

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO  
DA AMÉRICA LATINA

FABIO DE OLIVEIRA MALDONADO

A IDEOLOGIA DA DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

VERSÃO REVISADA

São Paulo

2017

FABIO DE OLIVEIRA MALDONADO

**A ideologia da dependência na América Latina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano

VERSÃO REVISADA

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M244i Maldonado, Fabio de Oliveira  
A ideologia da dependência na América Latina /  
Fabio de Oliveira Maldonado ; orientador Sedi  
Hirano. - São Paulo, 2017.  
157 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação  
Interunidades em Integração da América Latina. Área  
de concentração: Integração da América Latina.

1. Pensamento social latino-americano. 2. Teoria  
marxista da dependência. 3. Sociologia da América  
Latina. 4. Marxismo. 5. Ideologia da dependência. I.  
Hirano, Sedi, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim de uma intensa jornada de aprendizado, pesquisa e escrita é inevitável olhar em retrospectiva, lembrando os grandes e pequenos eventos contidos nesse processo. Processo denso e enriquecedor; difícil e estimulante. Jornada que exigiu e ensinou mais, justamente por se desenrolar em um período histórico singular do país; alguns diriam: uma esquina histórica! Rememorar os passos para reconhecer. E reconhecer, primordialmente, as pessoas que contribuíram para que eu pudesse iniciar e dar conta de finalizar essa dissertação.

De princípio, quero deixar registrado o agradecimento ao meu orientador Prof. Dr. Sedi Hirano que, durante esse percurso, deixou seus ensinamentos, ao mesmo tempo que proporcionou ampla liberdade na condução dessa pesquisa, para enfrentar as questões que surgiam durante o caminho e solucioná-las.

Quero deixar também o sincero agradecimento ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não apenas pelas preciosas contribuições feitas na banca de qualificação e nas conversas informais, mas pela sua atenção e incentivo em seguir por esse caminho.

Da mesma maneira, demonstro minha gratidão ao Prof. Dr. Mauro Iasi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mesmo sem saber, o tratamento dispensado a mim, solícito e preocupado em contribuir, deixou valiosa lição: outro tipo de trato humano é possível e, nesse sentido, a educação – seja na universidade ou fora dela - vale a pena.

Agradeço, de forma coletiva, as companheiras e companheiros do Núcleo de Estudos do Capitalismo Dependente (NECAD), grupo que tive o prazer de participar da fundação em 2015 e que tanto vem contribuindo para o amadurecimento teórico e o debate crítico de certa tradição teórica, abandonada convenientemente por tantos e tantas. Contudo, o mais importante é o companheirismo que foi se constituindo, ultrapassando as preocupações acadêmicas e políticas.

Igualmente deixo meu agradecimento a todos e todas do Núcleo de Trabalho e Pesquisa sobre a Práxis e Dialética de Marx (Núcleo Práxis), vinculado ao Laboratório de Economia Política e História Econômica da

Universidade de São Paulo (LEPHE-USP), que participo desde sua fundação, também em 2015. Mais que um grupo de estudos, o Núcleo Práxis ganha corpo enquanto ambiente de formação e atuação em espaços militantes e na periferia de São Paulo, além de espaço raro em que a divergência produz um diálogo educativo.

Ao fim, quero deixar registrado minha mais profunda gratidão à minha família. À minha mãe, Rita, e seu apoio fundamental, ao meu pai, Marcos, e cada um dos amigos e amigas que, à sua maneira, contribuiu e torceu durante esse processo.

À Joyce, companheira de todas as horas e para todos os momentos, meu sincero carinho e agradecimento pelo apoio, incentivo, conselhos, dedicação e por acreditar que um outro mundo é possível.

Aqui estamos nós! Eles ali chegando!  
Olhai os bichos acossados pela miséria!  
Vejam como ela os força a descer!  
Vejam como eles vêm descendo!  
Daqui ninguém volta: aqui estamos nós!  
Bem-vindos! Bem-vindos! Bem-vindos!  
Bem-vindos cá embaixo entre nós!

**Bertolt Brecht**

Realmente, vivemos tempos sombrios!  
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas  
denota insensibilidade. Aquele que ri  
ainda não recebeu a terrível notícia  
que está para chegar.

[...]

Para as cidades vim em tempos de desordem,  
quando reinava a fome.  
Misturei-me aos homens em tempos turbulentos  
e indignei-me com eles.  
Assim passou o tempo  
que me foi concedido na terra.

[...]

As forças eram escassas. E a meta  
achava-se muito distante.  
Pude divisá-la claramente,  
ainda quando parecia, para mim, inatingível.  
Assim passou o tempo  
que me foi concedido na terra.

III

Vós que surgireis da maré  
em que perecemos,  
lembrai-vos também,  
quando falardes das nossas fraquezas,  
lembrai-vos dos tempos sombrios  
de que pudestes escapar.

Íamos, com efeito,  
mudando mais frequentemente de país  
do que de sapatos,  
através das lutas de classes,  
desesperados,  
quando havia só injustiça e nenhuma indignação.

[...]

Vós, porém, quando chegar o momento  
em que o homem seja bom para o homem,  
lembrai-vos de nós  
com indulgência.

**Bertolt Brecht**

Os ventos do norte não movem moinhos.  
**João Ricardo & Paulinho Mendonça**

## RESUMO

O problema da dependência na América Latina foi apontado por um esforço intelectual coletivo ainda no final da década de 1960 e durante a década de 1970. Por uma conjunção de fatores históricos, o debate foi relegado ao esquecimento e toda uma corrente teórica que fez época acabou ficando esquecida. Ao longo dos anos 1990 e, principalmente, a partir da década seguinte, as exigências históricas impulsionaram toda uma nova geração de pesquisadores a retomar o fio desse debate. Inserindo-se nesse processo, esse trabalho se propõe a retomar a Teoria da Dependência a partir de uma perspectiva que fora pouco tratada: o debate sobre a ideologia dominante na região. O trajeto proposto para estudar esse objeto consiste em debater, dentro da tradição marxista, o conteúdo do conceito de ideologia; retomar o debate sobre a dependência, a partir da caracterização do conceito e de sua periodização; para enfim, entender o seu objeto. A proposta parte do pressuposto de que a reprodução do capitalismo dependente, apresenta o desafio de compreender a particularidade da ideologia das classes dominantes – que ao mesmo tempo são subordinadas no circuito capitalista internacional. A hipótese que norteia o trabalho é a de que, tal como o capitalismo dependente se reproduz de modo particular, o mesmo ocorre com a ideologia dominante nos países dependentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ideologia da dependência; Teoria Marxista da Dependência; América Latina.

## ABSTRACT

The problem of dependency in Latin America was indicated by a collective intellectual effort, still in the late 1960s and during the 1970s. By a conjunction of historical factors, the debate was relegated to oblivion, and a whole theoretical chain was forgotten. Over the 1990s and, in particular, from the following decade, the historical requirements have boosted an entire new generation of researchers to take up the thread of this debate. Inserting itself in this process, this work intends to resume the Dependency Theory from a perspective that has been little treated: the debate on the dominant ideology in the region. The proposed path to study this object consists of discussing, within the Marxist tradition, the content of the concept of ideology; to resume the debate on dependency, from the characterization of the concept and its periodization; to finally understand its object. The proposal starts from the assumption that the reproduction of the dependent capitalism, place the challenge of understanding the particularity of the ideology of the ruling classes – which at the same time are subordinated in the international capitalism circuit. The hypothesis that guides the work is that, just as dependent capitalism reproduces itself in a particular way, so does the dominant ideology in dependent countries.

**KEYWORDS:** Ideology of Dependency; Marxist Theory of Dependency; Latin America.

## RESUMEN

El problema de la dependencia en Latinoamérica fue señalado por un esfuerzo intelectual colectivo aún en fines de la década de 1960 y durante la década de 1970. Por una conjunción de factores históricos, el debate ha sido relegado al olvido y toda una corriente teórica que ha hecho época ha terminado se acabó quedando olvidada. A lo largo de los años 1990 y, principalmente, a partir de la década siguiente, las exigencias históricas han impulsado toda una nueva generación de investigadores a reanudar el hilo de ese debate. Insertándose en ese proceso, el presente trabajo se propone a reanudar la Teoría de la Dependencia desde una perspectiva que fuera poco tratada: el debate acerca de la ideología dominante en la región. El trayecto propuesto para estudiar ese objeto consiste en debatir, dentro de la tradición marxista, el contenido del concepto de ideología; reanudar el debate sobre la dependencia, desde la caracterización del concepto y de su periodización; para en fin, entender su objeto. La propuesta parte del presupuesto de que la reproducción del capitalismo dependiente, pone el desafío de comprender la particularidad de la ideología de las clases dominantes – que al mismo tiempo son subordinadas en el circuito capitalista internacional. La hipótesis que nordea el trabajo es la de que, tal como el capitalismo dependiente se reproduce de manera particular, lo mismo ocurre con la ideología dominante de los países dependientes.

**PALABRAS-CLAVE:** Ideología de la dependencia; Teoría Marxista de la Dependencia; América Latina.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Ideologia.....</b>	<b>15</b>
1.1. Alienação, fetichismo e reificação.....	18
1.2. O conceito de ideologia .....	31
<b>Capítulo 2: O capitalismo dependente na América Latina.....</b>	<b>52</b>
2.1. A caracterização da dependência.....	54
2.1.1 Transferência de valor (intercâmbio desigual) .....	64
2.1.2 Superexploração da força de trabalho.....	69
2.2. A periodização da dependência.....	72
2.2.1 Padrão de reprodução do capital.....	83
2.2.2 Padrão agromineiro exportador .....	85
2.2.3 Padrão industrial .....	88
2.2.4 Padrão exportador de especialização produtiva .....	93
<b>Capítulo 3: A ideologia da dependência .....</b>	<b>97</b>
3.1. Uma discussão metodológica .....	99
3.2. Ideologia imperialista ou ideologia local? Por uma crítica do método .....	109
3.3. Ideologia imperialista e ideologia local: Por um método crítico .....	127
3.4. A ideologia da dependência .....	140
<b>Conclusão .....</b>	<b>149</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

Para que melhor se possa compreender a particularidade das sociedades dependentes da América Latina, o esforço de atualização da Teoria Marxista da Dependência deve andar *pari passu* ao esforço de complementação dessa corrente teórica. Durante o final dos anos 1960 e durante os anos 1970, muito se avançou na compreensão da história e da estrutura econômica e social dos países latino-americanos. Expropriação do valor produzido internamente por meio do intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho, a recorrência ao subimperialismo por parte daqueles países que viveram um intenso processo de industrialização e se expandiram sobre os outros países da região, foram algumas das principais descobertas científicas desse período. No entanto, os avanços teóricos concentram-se especialmente no âmbito da economia política, não sendo acompanhados da mesma forma por estudo que envolvessem a questão do estado, sociológica (ainda que aqui houve avanços concretos), e cultural/ideológica.

Nos propomos, diante dessa observação, realizar um estudo teórico mais aprofundado sobre a ideologia das classes dominantes dos países dependentes. Pesquisar a estrutura da ideologia dominante e a forma como esta incide nessas sociedades é uma tarefa incompleta na Teoria Marxista da Dependência, o que implica uma dificuldade adicional, a saber, dialogar com algum estudo mais sistematizado sobre o tema, ainda que se possa encontrar aqui e ali alguma sorte de reflexão. Diante da dificuldade exposta, nosso esforço se limitará em constituir um método de estudo das ideologias dominantes em sociedades dependentes, bem como debater sobre uma metodologia que melhor operacionalize sua apreensão.

Para dar conta desse desafio, partiremos do objeto desse trabalho, qual seja, a ideologia. O primeiro capítulo dessa pesquisa será dedicado a elaborar um estudo teórico sobre a questão da ideologia, indicando a sua polissemia conceitual, com o objetivo de se apropriar conceitualmente do debate. Mantendo-se no campo marxista, identificaremos as definições clássicas em Karl Marx e Friedrich Engels que, por si só, colocam problemas efetivos para uma única definição. No entanto,

para isso, será necessário fazer um breve debate anterior, mas ao mesmo tempo fundamental, sobre a teoria da alienação que ao nosso ver consiste na base do fenômeno da ideologia. Melhor compreendida a alienação, delinearemos e refinaremos através do aporte de outros autores o polissêmico conceito de ideologia, controverso na própria tradição marxista. É verdade que muita tinta foi gasta nesse debate, de modo que poderíamos pular essa etapa supondo e aproveitando um determinado conjunto de formulações. No entanto, para melhor estabelecer um projeto de estudos da ideologia dominante nas sociedades dependentes, nos pareceu necessário dar esse primeiro passo.

Como, segundo Marx e Engels, qualquer formação ideológica está diretamente entrelaçada com a vida material, o segundo capítulo tratará de entender melhor como a vida é produzida nas sociedades de capitalismo dependente. A partir da Teoria Marxista da Dependência e na contribuição de seus principais teóricos (Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Anibal Quijano, André Gunder Frank entre outros), estudaremos as particularidades das formações sociais latino-americanas buscando, especialmente, identificar seus movimentos gerais. Indiretamente, o segundo capítulo aventará a possibilidade de um diálogo com outros autores que não estão identificados apenas com esse campo teórico, mas que se dedicaram a compreender a dependência<sup>1</sup>. Nesse sentido, a aproximação com autores como Florestan Fernandes e Octavio Ianni será fundamental para ampliar as margens destacadamente econômicas da vertente marxista da dependência. Através desse diálogo, tentaremos compreender o movimento próprio ao capitalismo dependente, o que permitiria melhor incorporar outros aspectos: político, ideológico, cultural. Não temos a intenção, por outro lado, de fazer um resgate histórico do surgimento da Teoria da Dependência, que exigiria promover um debate com as teorias da modernização e do desenvolvimento, além das formulações político-teóricas dos Partidos Comunistas até a década de 1960. Entendemos não ser necessário retomar o tema, já que esse debate está bem registrado<sup>2</sup>. Deste modo, esse capítulo será dividido em dois eixos: 1) o caráter

---

<sup>1</sup> Não faremos um debate aprofundado sobre as diversas possibilidades de diálogo, os pontos convergentes, bem como os pontos divergentes. Esse tema, por si, já seria objeto de um outro trabalho, extrapolando os limites propostos aqui.

<sup>2</sup> Cf. Theotonio dos Santos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, 2015. Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo*, 2000. Cf. Michael

da dependência, procurando definir o seu conteúdo, o estabelecimento de sua concretude nas sociedades latino-americanas. Em outras palavras, tentará responder o que é a dependência. 2) a historicização da dependência, que irá propor um debate mais amplo sobre a periodização do capitalismo dependente na região.

Melhor esclarecidas as questões da ideologia e do capitalismo dependente, o terceiro capítulo tratará da ideologia dominante nos países dependentes, aquilo que estamos chamando por *ideologia da dependência*. Como mencionado, o objetivo é o de debater uma questão de método e metodológica de estudo que permita identificar a função e as formas ideológicas ao longo das etapas históricas da dependência. Para isso, trataremos de debater duas questões metodológicas: a) como identificar a reprodução da ideologia dominante, isto é, quem as produz, organiza, sistematiza, isto é, quem são os representantes ideológicos da classe dominante; b) os veículos pelos quais a ideologia dominante se expressa e se dissemina, refletindo sobre quais os melhores meios para apreender esse objeto escorregadio.

Contudo, deixada por sim mesma, nem mesmo a metodologia mais consistente pode dar conta de desvendar o movimento complexo da ideologia dominante nos países dependentes. Daí a necessidade de um debate sobre o método apropriado - na maioria dos trabalhos observados, ou o debate de método está subordinado a metodologia ou nem mesmo aparece. Para avançar na direção de uma teoria da ideologia dominante condizente com os países dependentes, se torna fundamental entender os distintos movimentos que conformam esta ideologia. Apesar de em muitos casos os autores não terem se preocupado em elaborar uma teoria da ideologia nos países dependentes, muitos deles trataram da questão da importação ideológica ou mesmo da ideologia dominante local. Será, necessariamente, com a incorporação e a crítica desses trabalhos que proporemos um estudo mais rigoroso sobre a estrutura ideológica das burguesias dependentes.

Ainda que se possa dizer da possibilidade dos dois primeiros capítulos

---

Löwy. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, 2012. Löwy introduz as diversas linhagens do marxismo latino-americano, retomando diversos documentos que ilustram as linhas políticas dos partidos comunistas à época.

terem vida própria um sem o outro, que, em função da abrangência e da complexidade que envolve os temas da ideologia e do capitalismo dependente, pudesse se propor o destrinchamento de cada um deles em trabalhos a parte, foi feito o esforço de demonstrar que ambos estão conectados. Contudo, o terceiro capítulo é responsável por colocar em diálogo mais evidente os capítulos precedentes, demonstrando a pertinência dos debates antecedentes.

Em suma, este trabalho de dissertação pretende contribuir para o movimento de reconstrução do estudo do capitalismo dependente em seu período atual por toda uma nova geração de estudiosos, propondo uma nova fonte de estudo para a Teoria Marxista da Dependência a partir de certas lacunas deixadas em sua origem. Contudo, entender a ideologia dominante se torna também um elemento importante na disputa de diferentes projetos de sociedade e na crítica a eles.

## CAPÍTULO 1 - IDEOLOGIA

Ora, existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de “ideologia”; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos.

Michael Löwy.

Desde há muito tempo, as ciências sociais caminham incessantemente num deserto teórico buscando apreender ou mesmo compreender um dos conceitos mais escorregadios e fugitivos: o fenômeno da ideologia. Quando anunciam que chegaram perto, vislumbrando sua presença, ainda que de forma embaçada no horizonte, esta esvai-se como uma miragem, para aparecer novamente mais adiante. É certo que muito se avançou, muito se produziu, muito se aprendeu. Mapas conceituais dos mais diversos, bem ou mal fundamentados, foram elaborados indicando o trajeto que a reflexão deveria percorrer para apreender esse tortuoso fenômeno. Criado o conceito, no século XIX, por Antoine Destutt de Tracy - no desabrochar revolucionário da burguesia francesa<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “A trajetória de Antoine Destutt de Tracy é uma história fascinante, que estranhamente não ganhou notoriedade. Aristocrata de nascimento, desertou de sua própria classe para tornar-se um dos mais combativos representantes da burguesia revolucionária francesa. [...] Lutou como soldado durante a Revolução Francesa e foi preso na época do Terror; na verdade, foi na cela da prisão que ele primeiro esboçou o conceito de uma ciência das ideias. [...] Uma vez que toda ciência repousa em ideias, a ideologia desalojaria a teologia como soberana de todas elas, garantindo-lhes unidade. [...]”

Ainda no auge da revolução, De Tracy tornou-se um membro preeminente do Institut Nationale, o grupo de elite de cientistas e filósofos que constituíam a ala teórica da reconstrução social da França. Trabalhou na Divisão de Ciências Morais e Políticas do Instituto, na Seção de Análise das Sensações e Ideias, e ocupou-se em criar para as *écoles centrales* do serviço civil um novo programa de educação nacional, que teria como base a ciência das ideias. Napoleão, a princípio, estava encantado com o Instituto, orgulhoso de ser um membro honorário, e convidou De Tracy a juntar-se a ele como soldado em sua campanha no Egito. [...]

Mas a sorte de De Tracy logo declinou. Napoleão começou a renegar o idealismo revolucionário, os ideólogos rapidamente tornaram-se sua *bête noir*, e o próprio conceito de ideologia ingressou no campo da luta ideológica. Significava agora o liberalismo político e o republicanismo, em conflito com o autoritarismo bonapartista. Napoleão declarou ter sido ele o inventor do termo depreciativo ‘ideólogo’, como uma forma de rebaixar os homens do Instituto – de cientistas e *savants* a sectários e subversivos. [...]. Em 1802, fechou a Seção de Ciências Morais e Políticas do Institut Nationale, e seus membros foram então designados para ensinar história e poesia”. Terry Eagleton. *Ideologia: uma introdução*, 1997, p. 67-8.

De acordo com Ludovico Silva:

“Sem dúvida, Napoleão considerava, mais que ninguém, que a ideologia era algo concreto, se não fosse assim não a teria perseguido com tanta amargura”. Ludovico Silva. *A mais-valia ideológica*,

-, a definição de seu conteúdo permanece, desde então e até os dias de hoje, sob intensa disputa. Sem ter qualquer ilusão ou pretensão de esgotar o debate, com as suas mais diversas nuances, variantes e possibilidades, o presente estudo tem por objetivo avançar na compreensão teórica (e prática) do conceito marxista de ideologia e ideologia dominante. Não por outra razão, esta reflexão deixará pelo caminho inúmeras abordagens, inclusive dentro do que pode ser considerado de “campo marxista”, para se deter em determinadas perspectivas que melhor delimite e refine o conceito.

Terry Eagleton, em seu livro *Ideologia: uma introdução*, propõe uma determinada organização no debate da teoria da ideologia que nos parece sugestiva. O autor coloca o problema da seguinte maneira:

De modo geral, uma linhagem central – de Hegel e Marx a Georg Lukács e alguns pensadores marxistas posteriores – esteve muito preocupada com ideias de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação; já uma outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal. A herança marxista hesita entre as duas correntes intelectuais [...]. (EAGLETON, 1997, p. 16).

De modo preliminar, poder-se-ia dizer que a falsa consciência, enquanto produto da ideologia, seria meramente uma má compreensão da realidade, uma deficiência cognitiva em apreender a concretude das relações sociais, incorrendo na distorção e mistificação do real, em suma, numa ilusão. Por outro lado, a ideologia enquanto abordagem sociológica seria entendida a partir de sua função como fator importante na reprodução da vida social; refere-se as ideias que se chocam para “controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos”. Em outras palavras, os “interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se” - no âmbito da consciência social -, nas diversas ideologias<sup>4</sup> “que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social” (MÉSZÁROS, 2012, p. 65).

---

2013, p. 18.

<sup>4</sup> Não concordamos com determinadas perspectivas que estendem o conceito de ideologia para qualquer conjunto sistematizado de ideias, ainda que dando direção e sentido às ações. Não entendemos, por exemplo, que existiria, em si, uma ideologia marxista/socialista que se contraporiria a uma ideologia burguesa. Veremos isso mais adiante.

Ao nosso ver, entretanto, ambas abordagens propostas por Eagleton, tomadas isoladamente e de maneira simplificada, suprimem a abrangência do conceito. Por isso, não há razão para hesitar sobre as contribuições das duas correntes intelectuais de tradição marxista, mas sim em conservar determinados aspectos de ambas, superando suas simplificações e incoerências. De toda maneira, antes de aprofundar esse debate, há de se considerar o momento anterior: sua origem e o que a torna necessária. De acordo com Marilena Chauí, “é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos de dominação de classe e uma das formas da luta de classes” (2012, p. 94).

Por enquanto, na introdução deste debate, interessa-nos entender o que possibilita efetivamente a existência da ideologia. À esta questão Marilena Chauí (2012) e Mauro Iasi (2014) responderiam: o fenômeno da alienação<sup>5</sup>. De acordo com o próprio Eagleton: “A teoria da ideologia de Karl Marx é provavelmente mais bem entendida como parte de sua teoria da alienação, apresentada nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844) e também em outros lugares” (1997, p. 71). Sendo assim, para melhor compreender o conceito de ideologia, devemos manter congelado o debate anterior que hesita entre uma abordagem epistemológica e sociológica, e darmos uma passa atrás. Dedicaremos algum espaço para a reflexão sobre a alienação – sem pretendermos, com isso, nos deter em demasia, cientes de que não dispomos de espaço e tempo viável para realizar um estudo minucioso - antes de retomarmos o caminho em direção a um conceito de ideologia que esteja melhor assentado.

---

<sup>5</sup> Iasi se coloca nessa direção quando considera que “[...] Marx e Engels chegam à questão particular da ideologia no seio de uma rica e profunda discussão mais geral sobre a alienação que se mantêm, no essencial, ao longo de toda a obra dos autores, ainda que assumindo formas e dimensões muito variadas”. Mauro Iasi. *Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais*, 2014, p. 97.

Nesse mesmo sentido, Chauí põe a questão em termos claros:

“[...] o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino etc.), de sorte que as ideias quotidianas dos homens representem a realidade de modo invertido e sejam conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia”. Marilena Chauí. *O que é ideologia*, 2012, p. 95.

## 1.1 - ALIENAÇÃO, FETICHISMO E REIFICAÇÃO

A reflexão sobre o fenômeno da alienação, colocando a centralidade no trabalho, na atividade produtiva, como veremos adiante, se encontra de forma bem definida na obra de Marx a partir de 1844<sup>6</sup> e, mais especificamente, a partir dos *Manuscritos de Paris*, os *Manuscritos econômico-filosóficos* – embora acreditemos que a teoria da alienação permeie toda a obra “madura” de Marx<sup>7</sup>. Nos *Manuscritos*, o autor, então com 26 anos, realiza um giro em sua reflexão ao promover um encontro entre a filosofia e a economia política – este período marca o início “do estudo intensivo de Marx acerca da economia política” (MÉSZÁROS, 2016, p. 78) -, justamente quando o autor, sob influência de Engels<sup>8</sup>, se dá conta da necessidade desta última para a crítica radical da

---

<sup>6</sup> Marx na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (escrita em 1833), e na sua *Introdução* (escrita meses depois, sendo publicada em 1844), já estabelece pontos importantes sobre o conceito da alienação. Apropriando-se da crítica de Feuerbach à filosofia alemã que, no entanto, ainda está presa no debate da alienação no âmbito da religião – para o autor não seria o caso de descer do céu para a terra, mas fazer seu caminho inverso, indo da terra ao céu -, Marx dá um passo adiante e desloca a crítica da religião para a crítica do Estado. Uma conhecida passagem ilustra bem esse deslocamento:

“A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política”. Karl Marx. *Introdução - Crítica da filosofia de Hegel*. 2013, p. 152.

Sobre o idealismo hegeliano em relação ao Estado, Marx é direto em sua crítica:

“O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica”.

E segue em outro trecho:

“Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística”. Karl Marx. *Crítica da filosofia de Hegel*, 2013, p. 45; 50.

<sup>7</sup> Não temos condições e nem é o nosso objetivo tratar de modo aprofundado a polêmica questão sobre a relação entre os escritos de juventude e da obra madura de Karl Marx. Entraremos tangencialmente nesse terreno apenas na medida em que nos ajude a pensar a questão da ideologia e da alienação, conforme indicado anteriormente.

Um estudo rigoroso sobre o tema foi feito por István Mészáros em seu livro *A teoria da alienação em Marx*, publicado em 1970 (2016), no qual o capítulo VIII. *A controvérsia em torno de Marx* (p. p. 195-233), enfrenta esta polêmica indicando os traços de continuidade na obra do autor alemão. István Mészáros. *A teoria da alienação em Marx*, 2016.

Cf., José Paulo Netto. *Capitalismo e reificação*, 1981.

<sup>8</sup> “Muito importante para efetivar a transformação do pensamento de Marx mencionada

sociedade capitalista.

É no bojo da incorporação (incorporação ainda preliminar) do debate crítico com a economia política, que a reflexão de Marx sobre a alienação converge diretamente para a questão do trabalho. Para o autor, a atividade produtiva é a mediação *fundamental* do ser humano com a natureza, de forma que o “trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível (sinnlich)*. Ela é matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz”<sup>9</sup> (MARX, 2010, p. 81). É desse estatuto fundamental do trabalho enquanto atividade social – que produz objetos para a sociedade, dando sustentação para a sociabilidade -, que o ser humano pode ser considerado como ser do gênero<sup>10</sup> [Gattungswesen] – o “objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*” (MARX, 2010, p. 85). No entanto, o trabalho numa sociedade fundamentada na produção de mercadorias - numa sociedade que pressupõe a propriedade privada e a divisão social do trabalho -, se transforma em um tipo determinado de trabalho, onde o “trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz”, de sorte que “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um

---

anteriormente foi a influência de um trabalho intitulado ‘Esboço de uma crítica da Economia Política’ (*Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie*, escrito pelo jovem Engels em dezembro de 1843 e janeiro de 1844, e enviado a Marx em janeiro para publicação nos *Deutsch-Französischen Jahrbüchern* [*Anais franco-alemães*]). Ainda em 1859, Marx escreveu sobre tal esboço nos termos mais elogiosos possíveis”. István Meszáros. *op. cit.*, p. 77.

<sup>9</sup> Dizendo de uma outra forma:

“Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”. Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos*, 2010, p. 84.

<sup>10</sup> “O homem é um ser genérico [do gênero] (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre”. *Ibid.*, p. 83-4.

Ainda de acordo com Meszáros:

“Um ‘Gattungswesen’ – isto é, um ser que tem consciência do gênero a que pertence ou, formulando de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade. O homem é o único ser capaz de tal ‘consciência de gênero’ – tanto subjetivamente, em seu estado consciente do gênero a que pertence, quanto nas formas objetivadas dessa ‘consciência do gênero’, da indústria às instituições e às obras de arte – e, conseqüentemente, ele é o único ‘ser genérico’ [do gênero]”. István Meszáros. *Ibid.*, p. 80.

poder independente do produtor” (2010, p. 80). É, pois, sob esta forma determinada de sociedade, que se engendra o processo de estranhamento - fator intrínseco e incontornável da alienação:

A exteriorização (*Entäußerung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2010, p. 81).

A alienação se expressa no conjunto do processo que se inicia com a externalização do trabalho, passa pela objetivação em um produto que culmina no estranhamento, uma força hostil, perante o produtor<sup>11</sup>. Ora, se é verdade que o produto do trabalho passa, em qualquer época histórica, pelo processo de externalização e de objetivação, é somente sob certas formações sócio históricas muito específicas que este objeto se torna estranho e hostil ao trabalhador<sup>12</sup>. Em outras palavras, Marx diferencia externalização e objetivação de estranhamento, que só se viabilizaria em uma sociedade que cria novas mediações, a saber, a propriedade privada, a troca e a divisão do trabalho – mediações de segunda ordem que se apoiariam na mediação *fundamental* (de primeira ordem), isto é, na atividade produtiva enquanto tal (MÉSZÁROS, 2016, p. 78). Contudo, o estranhamento não se encontra apenas no produto do trabalho, mas na atividade prática mesma do ser do gênero; caso contrário, como “poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo?” (MARX, 2010, p. 82). Vejamos

---

<sup>11</sup> Para Hegel, como observa Lukács, a alienação inclui todo tipo de objetivação. No prefácio de 1967 à *História e consciência de classe*, o autor admite que seu livro incorria no mesmo erro. “Sob o termo exteriorização [Entäußerung], o conceito de alienação inclui para ele todo tipo de objetivação. Sendo assim, como conclusão, a alienação mostra-se idêntica à objetivação. [...] *História e consciência de classe* segue Hegel na medida em que nele também a alienação é equiparada à objetificação (para utilizar a terminologia dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx)”. György Lukács. *História e consciência de classe*, 2012, p. 26.

<sup>12</sup> “A intencionalidade do trabalho, seu aspecto teleológico, se externa no ato de produzir um objeto que por este meio se objetiva, mas o autor alerta que o seu argumento quer demonstrar que sob certas condições trata-se de ir ‘bem além disso’, isto é, que aquilo que se objetivou volta como um poder ‘hostil e estranho’ contra aquele que o criou. É impossível o trabalho sem objetivação e externalização, e o trabalho é constitutivo do ser social e histórico, no entanto, esta forma estranhada não tem esta dimensão ontológica, ela é forma particular de trabalho e, portanto, pode ser superada na medida em que se alterem as condições e as relações em que se dá o ato do trabalho”. Mauro Iasi. *op. cit.*, p. 111-12.

mais de perto em que consiste o estranhamento da própria atividade produtiva:

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. [...]. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. [...]. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (MARX, 2010, p. 82-3).

O estranhamento não ocorre apenas na relação do trabalhador com o seu produto, em que este se torna estranho para quem o produz, mas especialmente do trabalhador com sua própria atividade, de modo a não se reconhecer na sua atividade: a “energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele”; em suma, o “*estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da *coisa*” (MARX, 2010, p. 83). Com efeito, podemos entender o trabalho alienado como o estranhamento do trabalhador do produto do seu trabalho e o estranhamento-de-si, de sua própria atividade.

Nesse sentido, o estranhamento faz “[...] do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*”, de sorte que o desdobramento imediato de “[...] o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (2010, p. 85). Em suma, de modo geral, “[...] a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana” (2010, p. 86).

À essa altura nos cabe fazer uma breve ressalva. Não obstante o processo de externalização, objetivação e estranhamento conformarem a alienação, não necessariamente esta última se efetiva apenas na existência desses momentos.

Não é de admirar que a partir de um certo distanciamento, seja de espaço ou tempo, o sujeito possa olhar seu próprio produto como algo estranho. Olhamos os hieróglifos com os quais os

velhos egípcios queriam comunicar algo e não os entendemos, parecendo-nos algo muito estranho. O hieróglifo é algo ao mesmo tempo objetivo, externo, distanciado e estranho, mas não é em si mesmo 'alienado'. É apenas um produto humano que precisa ser decifrado. Algo distinto ocorre, por exemplo, com a realidade da sociedade capitalista. Ela se nos apresenta como uma objetividade externada e estranhada, mas como inevitabilidade natural, como portadora de uma 'inércia jurada' da qual não podemos escapar nem tentar alterá-la sem que a reproduzamos inevitavelmente. A mercadoria não é somente um hieróglifo social, uma simples metáfora, é algo com o que nos relacionamos e que determina nossa forma de ser e existir, e não um rabisco na pedra cuja compreensão ou ignorância não afeta nossa existência". (IASI, 2012, p. 310).

De acordo com Mauro Iasi, se é verdade que toda alienação comporta o estranhamento, nem todo tipo de estranhamento desemboca em alienação. Com efeito, a alienação se nos revela como fenômeno determinado com incidência prática na sociedade mesma.

Feita essa ressalva, podemos dizer que o trabalho alienado é a atividade produtiva estranhada sob o capitalismo. José Paulo Netto resume esta reflexão do seguinte modo:

O que Marx faz aqui é a fundamental distinção entre duas modalidades de atividade prática do ser genérico consciente: a atividade prática positiva, que é manifestação de vida (*Lebensäusserung*), e a atividade prática negativa, que é alienação de vida (*Lebenstäusserung*); fazendo-o, ele distingue nitidamente – e *contra* Hegel – *objetivação de alienação*: a objetivação é a *forma necessária* do ser genérico no mundo – enquanto *ser prático e social*, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma *forma específica e condicionada* de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é um trabalho unidimensional: reduz-se à dimensão da *lucratividade*, produção de valores de troca, *mercadorias*. E não só produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma *histórica* do trabalho – o *trabalho alienado*.

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perdição, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como alheio, autônomo. [...].

O trabalho alienado tem como corolário, para o trabalhador, uma alienação dúplice: a do produto do trabalho (alienação do objeto) e a da própria atividade do trabalho (alienação em si). (NETTO, 1981, p. 56-7).

O trabalho se expressa necessariamente pela objetivação do ser social, mas em certas circunstâncias, esta atividade prática é alienada, configurando-

se, portanto, em um fenômeno histórico<sup>13</sup> e social, tal como descreve Netto. A partir daí o problema para Marx será o de questionar a razão pela qual a produção conforma um ambiente social mistificado de tal forma que os produtos do trabalho não são reconhecidos como frutos de formas sociais. Em outras palavras, a questão é de que maneira o modo de produção capitalista, assentado sobre fundamentos sociais, mistifica, obscurece e mesmo escamoteia esses fundamentos, retirando-os seu caráter social.

Esta questão levantada por Marx - a ambiência mística em torno das mercadorias e o caráter autonomizado da produção mercantil -, só será efetivamente respondida após 1857-1858 com os *Gundrisse* e em 1967 n' *O Capital*, quando todos os elementos para a crítica da economia política estiverem maduros<sup>14</sup>. Se é verdade que nos *Manuscritos* o conceito de alienação aparece qualitativamente desenvolvido – sendo exatamente o momento, na obra de Marx, em que a filosofia encontra a economia política -, ele ainda não pode ter a concretude histórica que alcança depois, pelo fato de a obra marxiana se encontrar, naquela altura, *in statu nascendi*. Em suma, o que o autor alemão procura compreender é a razão pela qual no capitalismo a mercadoria (e derivado daí o produto social total) - produto do trabalho humano -, se autonomiza e ganha contornos próprios e hostis a quem lhe pariu. Ou, de acordo com suas palavras: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria?” (MARX, 2013, p. 147).

Evidentemente, ela surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto,

---

<sup>13</sup> “‘Alienação’ é um conceito eminentemente histórico. Se o ser humano está ‘alienado’, ele tem de estar alienado *de* algo, como resultado de certas causas – a interação de eventos e circunstâncias em relação ao ser humano enquanto sujeito dessa alienação – que se manifestam em um quadro de referência histórico”. István Mészáros. *op. cit.*, p. 40.

<sup>14</sup> “A esta altura, já terá acumulado não só um assombroso conhecimento historiográfico como, sobretudo, controlará de forma segura a bibliografia da economia política – lacunas de que se ressentem, com evidência, os Manuscritos de 1844”. José Paulo Netto. *op. cit.*, p. 61.

simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. [...]. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...]. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 147-8).

Com efeito, o caráter fetichista da mercadoria advém justamente da relação de trabalho que as produz, de tal maneira que as mercadorias são percebidas autonomamente em relação aos seus produtores. O fetichismo da mercadoria aparece como factualidade da produção do ser social que se insinua de ponta cabeças, inversamente; a relação social é tomada por relação entre objetos e a relação destes como relações sociais<sup>15</sup>. De modo geral, essa fantasmagoria surge no próprio caráter social do trabalho. No entanto, continua Marx:

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito da troca. Ou dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas<sup>16</sup>. (MARX, 2013, p. 148).

---

<sup>15</sup> Netto nos traz um exemplo palpável sobre o problema do fetichismo:

“Uma ilustração pode facilitar a compreensão do que se entende por essa *aparência misteriosa*: ‘Como valor de uso, um carro nada tem de enigmático; porém, como mercadoria, é tão imprevisível e caprichoso que não só o comprador, mas também o produtor, defrontam-se constantemente com novos enigmas: ainda ontem havia uma grande procura de carros pomposos, como símbolos de projeção social, e subitamente eles se tornaram invendáveis; o carro mais modesto e resistente ganha a corrida pela preferência dos compradores; de repente, isto também cessa e as firmas que dominavam o mercado entram em crise. As análises de mercado, a psicologia e a propaganda controlam a mercadoria; mas, de súbito, ela escapa ao controle ‘como se livremente começasse a dançar’” (Fischer, E. e Marek, F.: *O que Marx Realmente Disse*, Rio de Janeiro, 1970, p. 42)”. José Paulo Netto. *op. cit.*, p. 40.

<sup>16</sup> As relações sociais entre os produtores aparecem *como elas são no capitalismo*: como relação reificadas. Mais adiante, quando formos tratar do conceito de ideologia, retomaremos essa ideia.

No capitalismo, período histórico em que se configura a tendência à universalização da produção mercantil - que se configura como uma formação social que supõe não apenas a divisão do trabalho, mas a própria sociabilidade entre os produtores privados mediante a mercadoria - e da troca - quando há uma cisão do produto do trabalho entre coisa útil e coisa de valor -, o trabalho assume um duplo caráter social: se conforma enquanto trabalho útil socialmente necessário e, ao mesmo tempo, ao se inserir na cadeia de troca dos trabalhos privados, o produto do trabalho útil deve ter permutabilidade com qualquer outro tipo de produto do trabalho útil, deve, em feito, se igualar com os diferentes trabalhos. “Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano” (MARX, 2013, p. 149). De certo os produtores não sabem disso, mas ainda assim o fazem. Não à toa, o interesse imediato do produtor no ato da troca é definir quantos produtos podem ser obtidos em troca de sua mercadoria; questão que acaba sendo solucionada na própria *prática* da troca. Com o desenrolar dessa trama, no momento em que a reiteração da troca e as suas soluções são efetivadas, as proporções dos produtos intercambiáveis assumem uma constância tal que aparecem para os produtores como algo inato da própria existência da mercadoria - “elas aparentam derivar da natureza dos produtos do trabalho” (2013, p. 149-50). Assim, na imediatez da troca, o processo de intercâmbio social se inverte e o mecanismo do fetichismo se insinua: as relações sociais entre produtores, entre pessoas, transformam-se em relações sociais entre coisas: “Seu próprio movimento social possui, para eles, a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de eles as controlarem” (2013, p. 150).

O segredo que é ocultado pela naturalização da proporção dos objetos que se intercambiam, aquilo que é escamoteado na troca, é que por debaixo do valor da forma-mercadoria, o que está oculto é o trabalho que é dispendido na sua produção. “A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias”; dizendo com outras palavras, a grandeza de valor de uma mercadoria refere-se ao “[...] tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção”, que “se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba

sobre a cabeça de alguém” (2013, p. 150).

Como podemos notar, o fetichismo se manifesta no sentido inverso da observação da historicidade deste tipo determinado de relação social<sup>17</sup>: naturalizando e diluindo as especificidades históricas, ele acaba eternizando a reificação das relações sociais<sup>18</sup>. É nesse sentido que a forma-mercadoria adquire “[...] a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideram imutáveis -, mas sobre seu conteúdo”<sup>19</sup> (2013, p. 150). Assim, não é de se assombrar que “[...] somente a análise dos preços das mercadorias conduziu à determinação da grandeza do valor, e somente a expressão monetária comum das mercadorias conduziu à fixação de seu caráter de valor” (2013, p. 150).

Porém, é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados. Quando digo que o casaco, a bota etc. se relacionam com o linho sob a forma de incorporação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos a sandice dessa expressão. Mas quando os produtores de casaco, bota etc. relacionam essas mercadorias ao linho – ou com o ouro e a prata, o que não altera em nada a

---

<sup>17</sup> Daí a necessidade de a análise científica recorrer à história para romper, teoricamente, com o fetichismo. É nesse sentido que Marx diz:

“A reflexão sobre as formas de vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real”; reforçando o argumento em seguida: “Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção”. Karl Marx. *O Capital*, 2013, p. 150-1.

<sup>18</sup> De acordo com Iasi:

“A forma histórica de nossa sociabilidade, a forma capitalista, apresenta-se não apenas como objetivação, mas estranhamento. A alienação presente na primeira forma de consciência completa-se ao expor a realidade estranhada como ‘o real’. Desse modo, ela não é para o indivíduo uma aparência estranha, mas apenas a realidade, eternizada, naturalizada e sem história”. Mauro Iasi. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, 2012, p. 222.

<sup>19</sup> Cabe aqui retomar uma passagem de Marx que se refere à economia política enquanto ciência da burguesia:

“Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo”. Karl Marx. *O Capital*, *op. cit.*, p. 154.

questão – como equivalente universal, a relação de seus trabalhos privados com seu trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma insana. (MARX, 2013, p. 150-1).

A forma-dinheiro<sup>20</sup> é, por excelência, a forma acabada do mundo dos produtos, no qual estes, ao irem ao mercado, mensuram sua proporção em relação àquela. É este equivalente universal que obscurece o caráter social dos trabalhos privados.

Em suma, percorremos até aqui a reflexão sobre o fetichismo por entendermos ser um desdobramento direto da teoria da alienação. Dizendo de forma mais precisa, estamos, pois, propondo duas questões: 1) que o conceito de alienação e estranhamento, longe de terem sido deixados pelo caminho na obra “madura” de Marx, consistem uma parte fundamental dela – a teoria da alienação permanece vigente<sup>21</sup>; 2) o fetichismo e a reificação constituem a encarnação histórico-concreta da alienação; são as formas estranhadas fundamentais no capitalismo<sup>22</sup> - o “conceito de alienação está, portanto,

---

<sup>20</sup> Aqui, salta-se aos olhos à distância entre a reflexão de Karl Marx sobre o dinheiro, no último item dos *Manuscritos*, e a reflexão feita n’ *O Capital*.

<sup>21</sup> Mauro Iasi expõe essa reflexão da seguinte maneira:

“Não é o capital que é social graças à combinação do trabalho humano, mas o ser humano que é um ser social graças ao capital; assim como não é o Estado um corpo político por ser composto por seres sociais, mas o ser se torna social apenas quando reconhecido pelo Estado como cidadão. [...].

Este processo de dissociação do ser social de seu produto, as relações sociais como totalidade humana convertida em poder estranho sobre os seres humanos, começa com a cooperação, desenvolve-se na manufatura e completa-se na indústria moderna. Na manufatura, o trabalhador é mutilado, ‘reduzindo-se a uma fração de si mesmo’; na indústria moderna, ou seja, naquela em que prevalece o maquinário, o próprio ato do trabalho que resistia unitário, ou seja, o procedimento humano de utilizar ferramentas e meios, é fragmentado em seus elementos componentes pela intervenção do processo científico e técnico no processo de produção”. Mauro Iasi. *As metamorfoses da consciência de classe*, op. cit., p. 111.

<sup>22</sup> Nesse sentido, estamos de acordo com Iasi:

“Nossa hipótese é que Marx não interrompe a linha de reflexão que percorria ao tratar da questão da alienação e do estranhamento agora que expõe o ser do capital com fundamento da sociabilidade contemporânea. [...]. Assim, o fetichismo e a reificação são as formas mais precisas de apresentar o problema do estranhamento, mas a forma de apresentá-lo não altera, no essencial, aquilo que havia sido afirmado até 1846, pelo contrário, é sua plena afirmação”. Mauro Iasi. *Alienação e ideologia*, op. cit., p. 120.

José Paulo Netto, no mesmo sentido, coloca a questão nos seguintes termos:

“O que distingue a impositação no enfoque da alienação, em 1844, da tematização ulterior do fetichismo é a *concretização histórico-social* a que Marx submete o objeto da sua investigação. [...]. A angulação da pesquisa gira: os seus parâmetros, propicia-os a análise determinada das relações sociais de produção que os homens estabelecem em circunstâncias precisas. Por isto mesmo, as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas

estritamente ligado ao de ‘reificação’ – pois se os fenômenos sociais deixam de ser reconhecidos como o resultado de projetos humanos,” se o produto social não é visto enquanto tal, “é compreensível que sejam percebidos como coisas materiais, admitindo-se assim sua existência como inevitável” (EAGLETON, 1997, p 71). Para ilustrar como esta não é uma questão meramente acessória – como permanece um tema central na obra posterior do autor alemão - recorreremos à um trecho esclarecedor dos *Gundrisse*, que se inicia justamente com o termo “estranhamento”:

[...] as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez mais colossal, que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas. A tônica não recai sobre o *ser-objetivado*, mas sobre o *ser-estranhado*, *ser-alienado*, *ser-venalizado* [*Entfremdet*, *Entäussert*,

---

que falecem no trato da alienação: *referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade* – não é mais a alienação do homem moderno, abstratamente contraposto ao homem da pólis grega; o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a *reificação*”.

Em outro trecho o autor complementa:

“A teoria da alienação perderá qualquer traço de generalidade especulativa – não será uma *nova teoria*, mas uma concepção que só adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas determinadas. Na verdade, a teoria da alienação é qualitativamente a mesma; é a sua *função* que se transforma quando Marx completa a superação da filosofia em 1857-1858. Em síntese: quando a crítica da economia política é situada por Marx como a operação teórica central e levada a cabo com radicalidade, dá-se a concretização teórica da concepção de alienação”.

José Paulo Netto. *op. cit.*, p. 61; 67.

Ver também Mészáros (2016), especialmente no capítulo citado na nota 7, onde o autor traz inúmeros exemplos que confirmam a centralidade da teoria da alienação nos escritos posteriores de Marx, inclusive a persistência dos termos “*Entfremdung*” e “*Entäusserung*”. Diz o autor:

“Nada poderia estar mais distante da verdade do que afirmar – não importa a partir de qual ponto de vista político – que, de 1845 em diante, Marx não estaria mais interessado no ser humano e em sua alienação, porque sua atenção crítica teria sido desviada para outra direção pela introdução dos conceitos de ‘as classes’ e ‘o proletariado’. [...]. Assim, sua preocupação com as classes e o proletariado em particular *sempre* permaneceu, para ele, idêntica à preocupação com ‘a emancipação humana-universal – um programa claramente registrado na própria ‘Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução’. E esse programa, formulado nesses termos, é apenas outra expressão para o que ele chamou em outra parte de ‘transcendência da alienação’”.

Portanto, complementa Mészáros:

“A esta altura deve estar claro que *nenhum* dos significados da alienação conforme usados por Marx nos *Manuscritos de 1844* caiu fora dos seus escritos tardios. E não é de se admirar. Com efeito, o conceito de alienação como foi compreendido por Marx em 1844, com todas as suas ramificações complexas, não é um conceito que se possa largar ou ‘traduzir’ unilateralmente. Como vimos em várias partes deste estudo, o conceito de alienação é um pilar de importância vital no sistema marxiano como um todo, e não um simples tijolo deste. Largá-lo ou traduzi-lo unilateralmente equivaleria, por conseguinte, a nada menos que a demolição completa da própria construção e o reerguimento talvez apenas de sua chaminé”.

István Mészáros. *op. cit.*, p. 201; 208.

*Veräussetsein]* - o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, i.e., ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapõe a si mesmo como um de seus momentos. Na medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece de fato como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital -, tal distorção ou inversão é *efetiva* e não *simplesmente imaginada*, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas. Mas, evidentemente, esse processo de inversão é simplesmente necessidade *histórica*, pura necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas a partir de um determinado ponto de partida histórico, ou base histórica, e de maneira nenhuma uma necessidade *absoluta* da produção; ao contrário, é uma necessidade evanescente, e o resultado e o fim (imane) desse processo é abolir essa própria base, assim como essa forma do processo. Os economistas burgueses estão tão encerrados nas representações de um determinado nível de desenvolvimento histórico da sociedade que a necessidade da *objetivação* das forças sociais do trabalho aparece-lhes inseparável da necessidade do *estranhamento* dessas forças frente ao trabalho vivo. Todavia, com a superação do caráter *imediato* do trabalho vivo, como caráter meramente *singular*, ou atividade dos indivíduos como atividade imediatamente universal ou *social*, tais momentos objetivos da produção são despojados dessa forma do estranhamento; com isso, eles são postos como propriedade, como o corpo social orgânico, em que os indivíduos se reproduzem como singulares, mas como singulares sociais. (MARX, 2011, p. 705-06).

Essa passagem é extremamente esclarecedora sobre a função central que exerce o estranhamento e a alienação, bem como a necessidade de superação desta condição – dando-se, justamente, em um dos momentos de maior profundidade da reflexão crítica marxiana sobre a economia política e a sociedade capitalista.

Contudo, nos alerta Netto (1981), não se trataria, por outro lado, em subsumir a teoria da alienação numa teoria do fetichismo ou substituir uma pela outra. A segunda compõe um aspecto da problemática da alienação, que é mais abrangente – como já mencionamos, o fetichismo é a concretização histórica da alienação -, desnudando a essência do capitalismo, a saber, a relação capital-trabalho. Em efeito, o fetichismo consiste numa modalidade da alienação que, nas condições teóricas levantadas a partir dos *Gundrisse* (posteriormente n' *O capital*), revela o problema central da reificação como estrutura específica da alienação na sociedade burguesa<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> “O que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem como com o essencial do seu

O fetichismo põe, necessariamente, a alienação – *mas fetichismo e alienação não são idênticos*. A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. É possível afirmar (estendendo a investigação para além das sugestões marxianas de 1844) que em toda sociedade, *independentemente da existência de produção mercantil*, onde vige a apropriação privada do excedente econômico estão dadas as *condições* para a emergência da alienação. [...]. O fetichismo *implica* a alienação, realiza uma alienação determinada e não opera compulsoriamente a evicção das formas alienadas mais arcaicas. O que ele instaura, entretanto, é uma forma *nova e inédita* que a alienação adquire na sociedade *burguesa constituída*, assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido. (NETTO, 1981, p. 74-5).

Dito isto, torna-se necessário fazermos, aqui, um esclarecimento sobre a diferença entre fetichismo e reificação: colocando a questão de forma direta, poder-se-ia dizer que, enquanto o fetichismo expressa a questão a partir da mercadoria, a reificação coloca o problema a partir das relações humanas.

Enfim, o que se nos apresenta é que a alienação – e o fetichismo como sua formação histórico-concreta particular –, como fenômeno vinculado a experiência imediata, expressa o fato de que as condições sociais produzidas pela humanidade não apareçam enquanto tal, mas como produto dessa própria condição: o produto social é percebido como uma força estranha, independente, incontrolável e hostil (o Estado, o Dinheiro, a Natureza e assim por diante). Com efeito, engendra ideias que apreendem a realidade em sua inversão<sup>24</sup>, sustentando, assim, o surgimento da ideologia. Nesse sentido, impõe-se uma questão de primeira importância:

[...] por que os homens conservam essa realidade? Como se explica que não percebam a reificação? Como entender que o trabalhador não se revolte contra uma situação na qual não só lhe foi roubada a condição humana, mas ainda é explorado naquilo que faz, pois seu trabalho não pago (a mais-valia) é o que mantém a existência do capital e do capitalista? Como

---

fundamento econômico-social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas”. José Paulo Netto. *op. cit.*, 75-6.

<sup>24</sup> “Evidente que essa inversão não é produzida no próprio campo das ideias. As relações capitalistas ligadas ao fetichismo da mercadoria e sua consequente reificação aparecem no campo das ideias correspondendo a uma inversão real ocorrida na materialidade, ficando assim justificadas e naturalizadas”. Mauro Iasi. “Ideologia... quer uma para viver?”. In: Mauro Iasi, *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. 2011, p. 80.

explicar que essa realidade nos apareça como natural, normal, racional, aceitável? De onde vem o obscurecimento da existência das contradições e dos antagonismos sociais? De onde vem a não percepção da existência das classes sociais, uma das quais vive da exploração e dominação das outras? A resposta a essas questões nos conduz diretamente ao fenômeno da ideologia. (CHAUÍ, 2012, p. 67).

## 1.2 - O CONCEITO DE IDEOLOGIA

A ideologia ressurgue nesse ponto, sob uma nova perspectiva, qual seja, a partir do nexos entre as ideias, as representações e as relações travadas entre os seres humanos. Nessa linha, podemos dizer com mais segurança que o conceito de ideologia se explicita como o resultado imediato das próprias relações vivenciadas dos indivíduos com a estrutura social.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-4).

A questão, posta como está, ainda não nos permite vislumbrar sobre se o conceito se resumiria a falsa consciência ou se exerceria tão somente uma função específica, tal como foi explicitado na introdução do capítulo. Temos que, “em princípio”, a produção das ideias está “*imediatamente entrelaçada* com a atividade material”, com as relações vivenciadas, partindo exatamente da atividade material dos homens. Neste sentido, ainda que alvo de críticas em diversos aspectos<sup>25</sup>, a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim,

---

<sup>25</sup> Mannheim trata de pontos fundamentais, mas sua preocupação maior é evidentemente epistemológica. Seu relativismo histórico traz importantes críticas ao positivismo ao tratar do *relacionismo* entre as estruturas mentais dos sujeitos e as formações sociais e históricas, isto é, o condicionamento social de todas as formas de pensamento – nesse ponto, pode-se dizer que há uma inspiração marxista em sua abordagem. Se não partilha do mesmo entusiasmo de Lukács, em *História e Consciência de Classe*, sobre a consciência de classe proletária e sua capacidade de apreensão do “real”, ele entende que a perspectiva, o ponto de vista proletário, está num degrau superior em relação a perspectiva burguesa, que teria interesse em obscurecer para si e para os demais as limitações de sua própria justificativa. No entanto, Mannheim percebe que algumas correntes do marxismo também oculta o seu condicionamento social, julgamento de valor e sua

apresentada em *Ideologia e utopia* (1986), se aproxima desta perspectiva quando se interessa pelos “modos variáveis segundo os quais os objetos se apresentam ao sujeito, de acordo com as diferenças das conformações sociais”, observando como “as estruturas mentais são inevitavelmente formadas diferentemente em conformações sociais e históricas diferentes” (1986, p. 287). Este *relacionismo*, conforme se refere o autor, coloca a qualquer conjunto de pensamento a questão: “em conexão com que estrutural social surgiram e são válidos” (1986, p. 303). Entretanto, seguimos Mannheim até aqui. O seu conceito de *ideologia total*, uma abordagem ampliada do conceito de ideologia, não condiz com a perspectiva que será tratada, como veremos adiante.

Em realidade, Mannheim escreve *Ideologia e utopia* sob o impacto de *História e Consciência de classe*, de György Lukács. A consciência de classe, de acordo com Lukács, é uma reação racional vinculada à determinada situação presente dentro da estrutura social e do processo de produção. Em determinados casos, ela é ao mesmo tempo uma inconsciência que se manifesta de acordo com a situação de classe, de modo que tal situação se apresenta como uma relação estrutural que parece dominar todos aspectos e objetos da vida. Nesse sentido, a “falsa consciência” contida nesta situação real, concreta, antes de ser uma ilusão, seria a expressão mental própria da estrutura econômica. Em traços gerais, Lukács entende que a consciência de classe deve ser abordada a partir da posição de classe na estrutura social.

Ora, a reação racional *adequada*, que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe. Essa consciência não é, portanto, nem a

---

vinculação de classe (basta lembrar na ortodoxia da Segunda Internacional) e, ao que nos parece, acaba descartando o conjunto da obra marxiana. Ele tenta solucionar esse relativismo através do polêmico conceito de *intelligentsia* “livremente flutuante”, que teria um “privilegio epistemológico” por não ter posição de classe e vínculos sociais orgânicos. Assim, o papel epistemológico privilegiado do proletariado para Lukács e Marx, é substituído pela *intelligentsia* livremente flutuante. Esse não é o espaço para realizar um debate mais amplo sobre as contribuições e limites da obra de Mannheim.

Para uma abordagem mais detalhada Cf. Michael Löwy. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*, 2013.

Ver também as críticas de Max Horkheimer à Mannheim em: “Un nuevo concepto de ideología?”, in: Kurt, Lenk. *El Concepto de ideología*, 1982, p. 245-63.

Cf. Leandro Konder. *A questão da ideologia*, 2003.

E ainda: Terry Eagleton. *op. cit.*, 1997.

soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência. (LUKÁCS, 2012, p. 142).

Indo além na reflexão, Marx e Engels sugerem que:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [Bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A consciência, os ecos, as formulações nebulosas são as sublimações necessárias do processo de vida; sob esta perspectiva, a ideologia é a expressão ideal das relações sociais concretas<sup>26</sup>. Por isso, a inversão nas representações ideais é, antes, a vida real invertida. Com efeito, a consciência humana, por si

---

<sup>26</sup> Sedi Hirano, parece estar de acordo com a concepção de ideologia presente nos trechos extraídos da *Ideologia Alemã*: “[...] a ideologia é um reflexo da vida real dos homens e atua sobre eles, mas estes, ao alterarem suas condições materiais de existência, mudam-na também. Ela é um produto de homens reais e não de homens abstratos”. Sedi Hirano. *Castas, estamentos e classes sociais – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*, 2006, p. 162.

só, não soluciona os problemas concretos das relações sociais; estes são engendrados e solucionados na prática<sup>27</sup>.

Se concordamos com tais reflexões, fica difícil, a princípio, pensar a questão da falsa consciência: como uma teoria da ideologia poderia sustentar que determinada ideologia é, ao mesmo tempo, produto da realidade por um lado, e ilusão ou falha na cognição<sup>28</sup> – conforme dito – por outro? (EAGLETON, 1997, p. 34). Slavoj Zizek coloca a questão do seguinte modo:

Essa, provavelmente, é a dimensão fundamental da ‘ideologia’: a ideologia não é simplesmente uma ‘falsa consciência’, uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como ‘ideológica’; ‘ideológica’ é uma realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos ‘não sabem o que fazem’. ‘Ideológica’ não é a ‘falsa consciência’ de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela ‘falsa consciência’. (ZIZEK, 1996, p. 305-6).

---

<sup>27</sup> Nas Teses sobre Feuerbach, Marx deixa essa questão clara logo na primeira tese:

“O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação, mas não como atividade humana sensível, como prática; não subjetivamente. [...]. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não aprende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. [...]. Ele não entende, por isso, o significado da atividade ‘revolucionária’, ‘prático-crítica’”.

E na segunda tese arremata:

“A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade do poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica”. Karl Marx; Friedrich Engels. *A ideologia alemã*, 2007, p. 533.

<sup>28</sup> Terry Eagleton nos introduz o dilema da seguinte maneira:

“Uma outra analogia sugestiva entre literatura e ideologia pode ser compilada a partir do trabalho do teórico literário Paul de Man. [...]. As obras literárias, na visão de De Man, tendem a ‘dizer’ uma coisa e ‘fazer’ outra. Assim, o verso do poema de W. B. Yeats, ‘How can we know the dancer from the dance?’ [...], lido literalmente, indaga a respeito de como traçar a distinção em questão; mas seu efeito enquanto um fragmento de discurso retórico ou performativo é sugerir que tal distinção não pode ser estabelecida. Se isso servirá ou não como uma teoria geral do ‘literário’ é, na minha opinião, obviamente duvidoso; mas pode integrar-se a uma certa teoria dos mecanismos da ideologia esboçada por Denys Turner. Turner argumenta que um problema notável na teoria da ideologia diz respeito à embaraçosa questão de como as crenças ideológicas podem ser consideradas ao mesmo tempo ‘vivenciadas’ e falsas. Pois nossas crenças vivenciadas são, em certo sentido, internas a nossas práticas sociais; e sendo, desse modo, constitutivas dessas práticas, dificilmente se pode dizer que ‘correspondem’ (ou não correspondem) a elas. Nas palavras de Turner: ‘Visto que, portanto, parece não haver espaço epistêmico entre o que é socialmente vivido e as ideias sociais acerca disso, parece não haver lugar para uma relação falsa entre os dois’”. Terry Eagleton. *op. cit.*, p. 34-5.

De todo modo, a crítica de Marx e Engels mira a inversão especulativa realizada pela filosofia idealista alemã. Ao colocar as ideias como o fundamento mesmo da sociabilidade humana subordinando a prática<sup>29</sup>, a filosofia idealista as toma como forças autônomas, de sorte a naturalizá-las e desistoricizá-las, conduzindo, finalmente, a resolução de que bastaria trocar determinadas ideias ilusórias, equivocadas, falsas (aqui sim encontramos um sentido restrito da falsa consciência) pelas ideias “corretas”, que “a realidade existente haverá de desmoronar”<sup>30</sup> (MARX, 2007, p. 523).

Contudo, a reflexão anterior é ainda uma aproximação do fenômeno da ideologia e não pode ser tomada de forma isolada, isto é, apreender a ideologia tão somente como a forma invertida do real, como se fosse produto, uma mera expressão e estivesse em função das “bases materiais”, sem incidência sobre estas, tal qual sugere a tão debatida metáfora da “câmara escura”<sup>31</sup>. Terry

---

<sup>29</sup> No prólogo d’*A ideologia alemã*, Marx ironiza o círculo encerrado em que se encontra a luta das ideias sobre as ideias:

“Certa vez, um nobre homem imaginou que os seres humanos se afogavam na água apenas porque estavam possuídos pela *ideia da gravidade*. Se afastassem essa representação da cabeça, por exemplo esclarecendo-a como uma representação supersticiosa, religiosa, eles estariam livres de todo e qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida combateu a ilusão da gravidade. De cujas danosas consequências todas as estatísticas lhe forneciam novas e numerosas provas. Aquele nobre homem era do tipo dos novos filósofos revolucionários alemães”. Karl Marx; Friedrich Engels. *op. cit.*, p. 523-4

<sup>30</sup> “Em certo sentido, essa crítica conserva algo de uma estrutura racionalista ou iluminista: a verdade ou teoria, lançará luz sobre as concepções falsas”. Terry Eagleton. *op. cit.*, p. 72.

<sup>31</sup> Eagleton, critica o mecanicismo que estaria implícito nessa passagem:

“A metáfora sugere, então, que o idealismo é realmente um tipo de empirismo invertido. Em vez de derivar as ideias da realidade, deriva a realidade das ideias”. *ibid.*, p. 76.

Ainda que tenhamos desacordo com a perspectiva do conceito de ideologia do filósofo venezuelano Ludovico Silva, este observa que esta analogia, que é apenas uma primeira noção de ideologia, preserva um conteúdo importante, a saber, a determinação de toda ideologia pela realidade histórica. Contudo, ela é apenas uma analogia:

“O característico de toda bela e boa analogia é sua grande riqueza de sugestões e relações, mas também sua pobreza *explicativa*. As analogias não explicam. [...]. A analogia de Marx sobre o reflexo que ocorre na câmara escura e o ‘reflexo’ que ocorre na mente do homem (ou seja, a ideologia), é fecunda como analogia, mas *não explica*. [...]. Nem a mente do homem é uma câmara escura (ainda que possam ser comparadas analogicamente), nem a realidade histórica se comporta do mesmo modo que a realidade natural. Mas de algo estamos certos: *a ideologia é determinada pela história*”. Ludovico Silva. *op. cit.*, p. 28-30.

Mészáros, nesse mesmo sentido, coloca a questão nos seguintes termos:

“Admitidamente, é muito mais fácil trabalhar com nítidas reduções e modelos esquemáticos do que apreender o esquivo processo social de uma maneira que reproduza adequadamente, dentro do quadro categórico empregado, a dinâmica objetiva do movimento dialético. Além disso, na notação

Eagleton levanta essa polêmica ao apontar que os autores d'*A ideologia alemã* – empenhados em realizar a crítica da filosofia idealista alemã – operam uma mera inversão na dualidade consciência/relação vivenciada<sup>32</sup>, sugerindo derivar daí um materialismo mecânico. No fundo, a questão que Eagleton nos coloca é a seguinte: se a ideologia consiste em ser, meramente, uma inversão idealizada da realidade, um mero reflexo, se aquela está subordinada à essa, então como ela pode ser, ao mesmo tempo, uma força ativa? Essa reflexão implica imediatamente em outra questão já mencionada: é possível pensar o fenômeno da ideologia enquanto derivação da realidade, por um lado, e falha cognitiva de outro?

Recapitulemos, pois, o que os dois autores alemães já nos disseram: a produção de ideias está imediatamente *entrelaçada* à vida material, com a linguagem da vida real; é, portanto, *interna* a produção da vida. Tendo isso em conta, devemos, em efeito, dar um passo adiante para saber como que as representações ideais das relações reais, as representações da vida material, adquirem um caráter mistificado e se voltam como um poder estranho e efetivo sobre os seres que as engendram. Em outras palavras, como esse conjunto de ideias assume uma dimensão estranhada.

Para isso, antes de mais nada, há de se considerar que nesse mesmo texto, muito antes de propor essa inversão materialista, os autores apontam cinco momentos (aspectos) da produção da existência humana: 1) a produção social dos meios que satisfaçam as necessidades vitais<sup>33</sup>; 2) o surgimento de

---

'taquigráfica' de nosso próprio pensamento, todos nós tendemos a resumir – geralmente por imagens e símiles – redes inteiras de complicadas interconexões categoriais, com referência à troca, e, por meio de sua reciprocidade, conjuntos significativos de relações. [...]. De fato a taquigrafia ou imagem gráfica em si pode até ser um obstáculo a uma compreensão apropriada das complexas relações em questão se não for acompanhada de uma articulação conceitual adequada dos constituintes relevantes envolvidos". István Mészáros. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética de estrutura e da história*, 2011, p. 45.

<sup>32</sup> "O termo 'práxis' foi utilizado com bastante frequência pela tradição marxista para apreender essa indissolubilidade da ação e da significação. De modo geral, Marx e Engels reconhecem isso muito bem; mas, em seu entusiasmo de derrotar os idealistas, arriscam-se a terminar simplesmente por invertê-las, conservando uma dualidade nítida entre 'consciência' e 'atividade prática', mas revertendo as relações causais entre elas. Enquanto os jovens hegelianos a quem eles atacam consideram as ideias a essência da vida material, Marx e Engels apenas invertem esta oposição. Mas a antítese sempre pode ser parcialmente desconstruída, já que a 'consciência' figura, por assim dizer, em ambos os lados da equação. Sem dúvida, sem ela não pode haver 'processo de vida real'". Terry Eagleton, *op. cit.*, p. 73.

<sup>33</sup> "[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história,

novas necessidades a partir da satisfação das primeiras<sup>34</sup>; 3) a reprodução do próprio gênero; a constituição da família e, em seguida, de novas relações sociais<sup>35</sup>; 4) a conexão entre um determinado modo de produção e um determinado modo de cooperação, de força produtiva<sup>36</sup>; 5) a consciência e a linguagem enquanto produto da necessidade do intercâmbio entre os seres humanos, que desemboca na divisão entre trabalho material e trabalho espiritual, momento em que se cristaliza a divisão do trabalho enquanto tal<sup>37</sup>.

Considerando esses cinco aspectos constitutivos da produção e reprodução do ser social, os autores são claros quando afirmam que a linguagem é tão antiga quanto a consciência ou, de forma mais precisa, a linguagem é

---

a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos". Karl Marx; Friedrich Engels. *op. cit.*, p. 32-3.

<sup>34</sup> "O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico". *Ibid.*, p. 33.

<sup>35</sup> "A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*. Essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades, uma relação secundária [...]". *Ibidem*.

<sup>36</sup> "Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma 'força produtiva' – que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a 'história da humanidade' deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. [...]. Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens". *Ibid.*, p. 34.

<sup>37</sup> "Somente agora, depois de já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também 'consciência'. [...]. O 'espírito' sofre, desde o início, a maldição de estar 'contaminado' pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. [...]. Com isso, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, casualidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou 'naturalmente'. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual". *Ibid.*, p. 34-5.

a consciência *prática*. Ambas nascem da própria necessidade de intercâmbio entre os seres humanos, isto é, uma exigência da relação social<sup>38</sup>. A consciência e a linguagem, nesse sentido, não podem ser tratadas como meros reflexos secundários – tal como Eagleton sugere que Marx e Engels procedem, ao enfatizar apenas a passagem citada -, mas ao contrário, devem ser concebidas como algo constitutivo da própria produção da vida social.

Com efeito, a consciência e a linguagem em uma etapa em que a divisão do trabalho se consolida enquanto divisão entre trabalho material e trabalho espiritual, estão em condição de “representar algo sem representar algo real”, isto é, “de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-6) – é verdade, no entanto, que mesmo as representações ideais mais deslocadas e distanciadas das relações concretas mantém vínculos com estas, partem delas. Ora, é nesse momento, portanto, que as representações que os seres fazem de si se exteriorizam e se objetivam em determinados tipos de linguagem, crenças, filosofias, teorias, valores, morais etc., em suma, em ideologia, que se voltam contra eles próprios; essas representações se estranham, portanto. Nos parece que há, nesse estágio, uma distinção clara entre uma forma de consciência mais geral, a consciência social, e a ideologia, enquanto particularidade daquela<sup>39</sup>. É nesse ponto que retornamos ao estranhamento:

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural [*naturwüchsig*], não como seu próprio poder unificado, mas sim como potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

---

<sup>38</sup> “A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade”. *Ibid.*, p. 35.

<sup>39</sup> Como veremos, esse é um dos aspectos que se colocam contra o conceito ampliado de ideologia. Nesse caso, parece haver uma inversão, colocando a consciência social como uma particularidade da ideologia ou então como sinônimo.

Bem, se é verdade que a ideologia é uma inversão (não podendo ser confundida com ideário, com um conjunto de ideias, de visões de mundo), força que ganha certa autonomia (ainda que relativa) em relação ao “real”, que é desistoricizada, naturalizada e, portanto, se apresenta de forma nebulosa e estranha, também vimos que ela expressa e determina as relações sociais calcadas na divisão do trabalho. Isso nos conduz diretamente para outra questão central ao nosso estudo, a saber, a ideologia em uma sociedade estratificada em classes antagônicas.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideais; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Esta célebre passagem contém subsídios fundamentais para o desdobramento de nossa reflexão. Em um primeiro momento, os autores afirmam categoricamente que, em cada período histórico, as ideias dominantes são oriundas da classe dominante, assentando em terra firme as origens dessas ideias. Nesse sentido, “uma classe não é dominante porque universalizou suas ideias, mas universalizou suas ideias porque é a classe dominante” (IASI, 2014, p. 112). No entanto, as relações materiais dominantes são *apreendidas* idealmente, sendo, desse modo, mediadas pela interpretação dos seres sociais, o que significa dizer que as relações dominantes são “transmutadas em conteúdo e forma ideal de valores, de juízos, de conceitos, normas de conduta, de preceitos religiosos” (2014, p. 113). Em outras palavras, essa interpretação das relações sociais dominantes, nada mais é do que a atuação da função cognitiva, e esta “nem sempre revela diretamente em espírito sua carne real” (2014, p. 113). - Em suma, é esta apreensão que abre espaço para o trabalho espiritual “representar algo sem de fato representar algo real”<sup>40</sup> -. Por fim, o último trecho

---

<sup>40</sup> Essa distinção é essencial para evitar o tipo de crítica anterior, qual seja, a de que haveria uma mera inversão mecânica entre ideologia e consciência/relação material vivenciada, como se vê, há uma mediação que pode ser tão mais arbitrária quanto mais complexa é a realidade. Ademais, ela evita um outro tipo de crítica, também verbalizada por Eagleton:

propõe que as ideologias dominantes são as ideias da dominação de classe. Enquanto ideias dessa dominação, elas não se reduzem a mera expressão ideal, mas incidem praticamente sobre as relações sociais, seja por dispor dos meios de produção espiritual, seja por dispor dos meios de circulação das ideias<sup>41</sup>. Portanto, já podemos falar que a ideologia dominante adquire uma função de perpetuação do *status quo* mediante a inversão, a mistificação, o ocultamento, a racionalização/justificativa, a universalização do particular, a naturalização/desistoricização. Se tornam, enfim, um instrumento poderoso nas mãos da burguesia<sup>42</sup>.

É nesse sentido que podemos afirmar que a ideologia para Marx exerce uma *função* no quadro das tensões, conflitos sociais e da dominação de classes, de sorte que a definição acima indica a centralidade da dimensão política<sup>43</sup>. Aqui,

---

“Aquele que domina a produção material, controla também a produção mental. Mas esse modelo político de ideologia não condiz inteiramente com a concepção mais epistemológica, que a considera inconsciente de sua origem social. [...]”

Em outras palavras, o texto hesita, de maneira significativa, entre uma definição política e uma definição epistemológica de ideologia. As ideias podem ser consideradas ideológicas porque negam suas raízes na vida social com efeitos politicamente opressivos; ou podem ser ideológicas exatamente pela razão oposta – por serem expressões diretas de interesses materiais, instrumentos reais da guerra entre as classes. Acontece que Marx e Engels estão em confronto com uma classe dominante cuja consciência apresenta um caráter excessivamente ‘metafísico’; e visto que essa metafísica se aplica a propósitos de dominação política, os dois sentidos opostos de ideologia encontram-se de acordo com a situação histórica examinada n’A ideologia alemã”. Terry Eagleton. *op. cit.*, p. 78-9.

<sup>41</sup> Sobre isso, Mészáros observa que:

“[...] a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade”. István Mészáros. *O poder da ideologia*, 2012, p. 59.

<sup>42</sup> Em uma passagem dos *Gundrisse*, essa questão é reafirmada da seguinte forma:

“Essas relações de dependência coisal, por oposição às relações de dependência pessoal (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, ao passo que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. As relações só podem naturalmente ser expressas em ideias, e é por isso que os filósofos conceberam como o peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias e identificaram a criação da livre individualidade com a derrubada desse domínio das ideias. Do ponto de vista ideológico, o erro era tão mais fácil de cometer porquanto esse domínio das relações (essa dependência coisal que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despidas de toda ilusão) aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias e a crença na eternidade de tais ideias, i. e., dessas relações coisais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes”. Karl Marx. *Gundrisse*, 2011, p. 112.

<sup>43</sup> “Antes de tudo, elas devem fornecer apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa

mais precisamente, o nosso estudo vai alcançando a questão da consciência de classe da burguesia, no qual de acordo com Lukács (2012, p. 144) é necessário ter em mente que a vocação para a dominação por determinada classe significa que é possível, a partir dos seus interesses e da sua consciência de classe, organizar e configurar o conjunto da sociedade de acordo com esses interesses. Nesta linha,

Não há dúvida nos dias de hoje que a economia fundada no escravismo devia, por seus próprios limites, causar a ruína da sociedade antiga. Mas também é evidente que, na Antiguidade, nem a classe dominante, nem as classes que se rebelavam contra ela, de maneira revolucionária ou reformista, podiam chegar a tal concepção. Por conseguinte, com o surgimento desses problemas na prática, o declínio dessa sociedade era inevitável e sem esperança de salvação. Essa situação se manifesta com uma evidência ainda maior na burguesia de hoje, que na origem partiu em luta contra a sociedade absolutista e feudal com o conhecimento das interdependências econômicas, mas que era absolutamente incapaz de concluir sua ciência específica, sua própria ciência de classe. Ela também tinha de fracassar teoricamente em relação à teoria das crises. E, nesse caso, não lhe serve de nada que a solução teórica esteja cientificamente à sua altura. Porque aceitar, mesmo teoricamente, essa solução equivaleria a *não mais considerar os fenômenos da sociedade do ponto de vista da burguesia*. E disso nenhuma classe é capaz, ou melhor, seria preciso que renunciasse voluntariamente à sua dominação. Portanto, a barreira que faz da consciência de classe da burguesia uma “falsa” consciência é objetiva; é a situação da própria classe. É a consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade, e não algo arbitrário, subjetivo ou psicológico. Pois a consciência de classe da burguesia, embora possa refletir com clareza sobre todos os problemas da organização dessa dominação, da revolução capitalista e de sua penetração no conjunto da produção, deve necessariamente se obscurecer no momento em que surgem problemas, cuja solução remete para além do capitalismo, mesmo no interior da experiência da burguesia. (LUKÁCS, 2012, p, 146-7).

Não por acaso, somente no capitalismo, com a divisão do trabalho, a consciência de classe alcançou o estágio em que finalmente pode ser consciente. Justamente por isso, a ideologia não pode se resumir apenas em obscurecimento, em véus para determinados interesses político-econômicos, mas elemento da luta mesma da sociedade, de modo que, “a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do

---

projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida.

É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. Compreende-se, pois, que esta característica será mais pronunciada quanto maior for a importância dos interesses que motivam o confronto antagônico dos principais agentes sociais”. István Mészáros. *op. cit.*, p. 69.

caráter de classe da sociedade” (LUKÁCS, 2012, p. 156)<sup>44</sup>.

Assim, o conceito de ideologia assume definitivamente o caráter de função. Ao mesmo tempo, a questão da ideologia como problema cognitivo aparece novamente. Nesse sentido, nos parece mais correto propor que, por um lado, a falsa consciência deve ser vista como *um* aspecto da ideologia e por outro lado que não se trata em dizer que determinadas ideias são meramente ilusórias, irreais ou imaginárias – ainda que, eventualmente, o possam ser -, mas apenas “afirmar que existem enunciados ideológicos bastante centrais que são manifestamente falsos” (EAGLETON, 1997, p. 27). A “falsa consciência”, contida nas relações concretas seria a expressão mental própria da estrutura econômica. De acordo com Lukács, “os reflexos conscientes das diversas etapas do desenvolvimento econômico permanecem fatos históricos de grande importância”, de sorte que o materialismo dialético “não contesta de modo algum que os homens cumprem e executam conscientemente seus atos históricos. Mas, como destaca Engels numa carta a Mehring, trata-se de uma falsa consciência” (2012, p. 139).

Com efeito, é importante observar que a consciência e o interesse de classe encontram-se na burguesia em oposição. Por sua situação dentro do processo de produção, a consciência de classe burguesa é estimulada a compreender o conjunto social, mas, com isso, ela entra em contradição consigo mesma, suprimindo a si em pleno desenvolvimento. Esta contradição se explica, sociologicamente, no fato da burguesia ser obrigada a lançar mão da teoria e da prática para solapar da consciência social a realidade concreta da luta de classes, embora sua própria forma social a tenha aberto de forma pura e a tenha estabelecido como um fato histórico. Neste sentido, o núcleo deste problema consiste na dialética entre a perspectiva individual e o princípio social, entre a

---

<sup>44</sup> À esta altura, se faz necessário esclarecer que György Lukács abandona muitas das concepções apresentadas em *História e consciência de classe*, texto que estamos trabalhando alguns trechos. Um dos aspectos centrais criticados pelo próprio autor do livro condiz com a concepção histórico-filosófica, isto é, com a teoria da alienação, conforme mencionamos na nota 11. É verdade também que, somente em 1930, quando se torna colaborador científico do Instituto Marx-Engels, em Moscou, Lukács terá acesso, pela primeira vez, aos *Manuscritos econômico-filosóficos*. Por outro lado, a questão da falsa-consciência perde a centralidade e a ideologia, para Lukács, passa a ter como elemento central a sua função.

De todo modo, entendemos que existem passagens centrais no livro para nos ajudar a pensar a temática da ideologia.

função do capital como propriedade privada e sua função econômica objetiva dentro da estrutura capitalista. Este é o fator decisivo para a consciência de classe burguesa, pois, enquanto classe, ela determina o desenvolvimento econômico objetivo da sociedade ao mesmo tempo em que concebe tal desenvolvimento como um processo exterior (estranho).

Como consequência, evidencia-se a impossibilidade de a burguesia dominar na teoria e na prática os problemas ocasionados pela reprodução capitalista. Contudo, não obstante não poder se conscientizar plenamente de tais problemas, ela não pode negá-los ou escondê-los, já que estes fatos carregam em si os limites da produção capitalista, sendo eles o próprio capital. Uma realidade que se fosse internalizada pela consciência de classe burguesa, significaria a sua autonegação. Em outras palavras, os limites objetivos do capitalismo formam os próprios limites da consciência de classe burguesa. Assim, a consciência burguesa não pode romper com a ideologia, mantendo-se em um estado que a conserva.

Tal contradição, no interior da consciência da classe burguesa, se intensifica com a própria contradição da produção capitalista, já que, no processo de reprodução do capital surge, como forma histórica própria, o proletariado. Por isso, a consciência burguesa busca obscurecer e mistificar a verdadeira origem do mais-valor. Se na teoria, esta consciência tende a obscurecer a composição do capital, o seu próprio papel no processo produtivo, (a função do juro, da renda da terra, do mais-valor, entre outros), isto é, não apreende, obscurece ou mistifica os movimentos reais em sua totalidade, quando se passa à prática, ela escamoteia o núcleo político da sociedade capitalista, a saber, a própria luta de classes. Nesta linha, o próprio Mannheim observa que não “é por acaso que uma certa teoria deixa, total ou parcialmente, de se desenvolver para além de um determinado estágio de relativa abstração e oferece resistência a que tendências posteriores se tornem mais concretas”, podendo ser “censurando esta tendência, ou declarando-a irrelevante” (MANNHEIM, 1986, p. 298).

Em todo caso, a *função* é um elemento central na ideologia. Mészáros define a questão da seguinte maneira:

Compreensivelmente, o conflito mais fundamental na arena social refere-se à própria estrutura social que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de

qualquer sociedade específica. Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode ser simplesmente deixado à mercê do mecanismo cego de embates insustentavelmente dissipadores e potencialmente letais. Na realidade, quanto menor for tal controle, maior será o risco de ocorrerem as calamidades implícitas no crescente poder de destruição à disposição dos antagonistas.

Esse conflito tampouco será resolvido no domínio legislativo da 'razão teórica' isolada, independentemente do nome da moda que lhe seja dado. É por isso que o estruturalmente mais importante conflito – cujo objetivo é manter ou, ao contrário, negar o modo dominante de controle sobre o metabolismo social dentro dos limites das relações de produção estabelecidas – encontra suas manifestações *necessárias* nas 'formas ideológicas [*orientadas para a prática*] em que os homens se tornam *conscientes* desse conflito e o *resolvem pela luta*'. (MÉSZÁROS, 2012, p. 65).

Ainda que não acolhamos a definição ampliada de ideologia adotada por Mézszáros, o autor aponta para a importante função que “as formas ideológicas” exercem ao expressar e incidir o “conflito fundamental”. A questão essencial é que historicamente, quando a luta de classes é incorporada na teoria e na prática pelo proletariado e elevada à consciência social, a burguesia é impelida ideologicamente a uma posição consciente de defesa. Neste momento, a contradição na consciência burguesa se intensifica, a “falsa consciência” transfigura-se em “falsidade da consciência” – para falar com os termos de Lukács - e o problema teórico transforma-se em moral (LUKÁCS, 2012, p. 166-7).

Esta situação irá determinar decisivamente a função da consciência de classe da burguesia em sua luta pela dominação da sociedade. Com efeito, para Lukács:

O trágico e o dialético da situação de classe da burguesia revela-se no fato de que não somente é do seu interesse, mas é até mesmo uma necessidade imprescindível para ela adquirir, sobre *cada questão particular*, uma consciência tão clara quanto possível dos seus interesses de classe, mas que se torna fatal para ela, se essa mesma consciência se estender *à questão da totalidade*. A razão disso é sobretudo o fato de que a dominação da burguesia só pode ser a dominação de uma minoria. Como sua dominação não é exercida apenas *por*, mas também *no interesse* de uma minoria, resta a ilusão das outras classes, sua permanência numa consciência de classe confusa como pressuposto indispensável para a manutenção do regime burguês. (Basta pensar na doutrina do Estado que paira 'acima' das oposições de classes, na justiça 'imparcial' etc.). Mas, para a própria burguesia, a dissimulação da essência da sociedade burguesa também é uma necessidade vital. Pois as contradições internas insolúveis dessa organização social desvelam-se com clareza cada vez maior e colocam seus partidários diante da

seguinte escolha: fechar-se conscientemente a uma compreensão crescente ou reprimir em si todos os instintos morais para poder aprovar inclusive moralmente a ordem social afirmada em vista dos seus interesses. (LUKÁCS, 2012, p. 167-8).

Marx, no *Posfácio da segunda edição alemã d'O Capital*, já observava como a intensificação da luta de classes influenciou na passagem da economia política clássica, com os seus limites teóricos, para a economia vulgar, identificando a *má consciência* dos apologistas do capitalismo:

Tomemos o caso da Inglaterra. Sua economia política clássica coincide com o período em que a luta de classes ainda não estava desenvolvida. Seu último grande representante, Ricardo, converte afinal, conscientemente, a antítese entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra em ponto de partida de suas investigações, concebendo essa antítese, ingenuamente, como uma lei natural da sociedade. Com isso, porém, a ciência burguesa da economia chegara a seus limites intransponíveis. [...].

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial. (MARX, 2013, p. 85).

Zizek, em seu artigo *Como Marx inventou o sintoma?*, observa essa transmutação da “falsa consciência” em “falsidade da consciência” ou em um determinado tipo de ideologia que mascara a “realidade” em “má consciência”, enquanto passagem da ideologia, no sentido de velamento, para a consciência (razão) cínica. O autor coloca a questão nos seguintes termos:

Na *Crítica da razão cínica*, um grande campeão de vendas na Alemanha, Peter Sloterdijk propõe a tese de que o modo dominante de funcionamento da ideologia é cínico, [...]. O sujeito cínico tem perfeita ciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara. A fórmula, portanto, tal como proposta por Sloterdijk, seria: ‘eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem’. A razão cínica já não é ingênua, mas é o paradoxo de uma falsa consciência esclarecida: sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas, ainda assim, não se renuncia a ela. [...] ele reconhece, leva em conta o interesse particular que está por trás da universalidade ideológica, a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara. (ZIZEK, 1996, p. 312-13).

A ressalva que faríamos a reflexão de Zizek é que o fato da consciência burguesa internalizar os perigos da intensificação da luta de classes, não significa que esta consciência apreendeu a essência da sociedade burguesa e a ignore mesmo assim, mas tão somente que seus interesses imediatos estão sob ameaça e que não importa mais a “verdade” e sim aquele construto de ideias que a resguarde enquanto classe dominante – ou conforme Marx, não importa mais a veracidade de determinado teorema, mas sua utilidade para a manutenção do capital. É, como dissemos, uma postura defensiva. Não à toa, a história da ideologia burguesa é “apenas a luta desesperada contra o discernimento na verdadeira essência da sociedade criada por ela, contra a consciência real da sua situação de classe” (LUKÁCS, 2012, p. 168).

Esta passagem, em que a falsa consciência se transfigura em falsidade da consciência, de modo que a imprecisão e os limites teóricos se tornam um problema moral – abrindo espaço para a atuação dos “espadachins a soldo”-, confirma a ideologia da burguesia, a ideologia dominante, a esta altura, como um elemento essencial do campo da luta social entre as classes. Com efeito, cabe notar que, ao contrário das críticas de Eagleton<sup>45</sup>, Lukács esboça uma certa abordagem relacional, no qual a falsidade da consciência (a ideologia enquanto luta desesperada contra o discernimento da verdadeira essência da sociedade criada por ela) é justamente uma consequência da luta de classes – é impactada pelo avanço da classe antagônica. Sobre a ideologia ser um fenômeno relacional, Eagleton coloca acertadamente e de maneira sóbria o debate nos seguintes termos:

---

<sup>45</sup> A abordagem de Terry Eagleton sobre a ideologia enquanto fenômeno relacional, se adequa à proposta deste trabalho. Contudo, o autor desconsidera que Lukács não toma a ideologia enquanto fenômeno puro de uma classe – ao menos a ideologia dominante -, caso contrário, não haveria espaço para a passagem da falsa consciência em direção aquilo que ele denomina de falsidade da consciência. De acordo com Eagleton:

“Para Lukács, como para o marxismo ‘historicista’ em geral, é como se cada classe social tivesse sua ‘visão de mundo’ peculiar, corporativa, que expressasse diretamente suas condições materiais de existência, e a dominação ideológica consistisse em uma dessas visões de mundo impor sua marca na formação social como um todo. Essa versão do poder ideológico não só é difícil de conciliar com a doutrina mais estrutural e objetiva do fetichismo da mercadoria como também simplifica drasticamente a verdadeira irregularidade e complexidade do ‘campo’ ideológico. [...] a ideologia, como a própria classe social, é um fenômeno inerentemente *relacional*: expressa menos como uma classe vive suas condições de existência do que como as vive *em relação à experiência vivida de outras classes*. [...]. As ideologias dominantes, como argumentamos antes, têm de se engajar eficazmente na experiência vivida das classes subordinadas, e a maneira como essas classes subalternas vivem seu mundo será tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes”. Terry Eagleton. *op. cit.*, p. 95-6.

Na verdade, aquilo que confere poder a uma ideologia dominante – sua capacidade de intervir na consciência daqueles que ela subjuga, apropriando-se da experiência deles e reinfletindo-a – é também o que tende a fazê-la internamente heterogênea e inconsistente. Uma ideologia governante bem-sucedida, como vimos, deve comprometer-se significativamente com vontades, necessidades e desejos genuínos; mas isso é também o seu calcanhar-de-aquiles, que a obriga a reconhecer um ‘outro’ para si mesma e a inserir essa alteridade dentro de suas próprias formas como uma força potencialmente destrutiva. Poderíamos dizer, em termos bakhtianos, que para ser ‘monológica’ – dirigir-se a seus sujeitos com convicção autoritária – uma ideologia governante deve ser simultaneamente ‘dialógica’; pois mesmo um discurso autoritário é dirigido a um outro e só sobrevive na resposta do outro” (EAGLETON, 1997, p. 51).

Ora, se por um lado Marx e Engels colocaram claramente que a superação do estado de coisas não é um exercício meramente ideal, no qual se substituiria certas ideias por ideias novas e “verdadeiras”, mas ao contrário, é um exercício prático, também se coloca de maneira contundente (com especial interesse para nós) que as ideologias se tornam uma força importante que incide nas relações sociais. Nessa linha, retornando para 1843, na Introdução da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx afirma, em uma célebre passagem, que:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2013, p. 157).

No entanto, se o conceito de ideologia carrega em si a *função* política que tem por objetivo estabilizar e perenizar as relações sociais – através dos mecanismos já mencionados -, isto é, manter a dominação de uma pequena parcela da sociedade sobre todo o resto, ele pode ser estendido para as demais classes? A ideologia estaria presente enquanto produto da classe trabalhadora mesma? Seria interesse para esta justificar, mistificar, obscurecer a ordem existente ou ao contrário desvelar o seu conteúdo? A consciência adquirida pelo proletariado sobre o conflito estrutural (conforme aponta Mészáros), é ideológica? Em outras palavras, existiria uma “ideologia socialista”, “ideologia marxista”, uma ideologia proletária que apontasse para a superação do capitalismo?

Muitos são os autores marxistas que compreendem que a ideologia se resume a “um conjunto com coerência relativa de representações, valores,

crenças”, em outras palavras, que a “ideologia diz respeito ao mundo no qual vivem os homens, às suas relações com a natureza, com a sociedade, com os outros homens, com a sua própria atividade, inclusivamente a sua atividade econômica e política” (POULANTZAS, 1977, p. 200-1). Daí porque entendem que a consciência crítica adquirida pela classe antagônica à burguesia e ao capitalismo, consiste também em ideologia. Não apenas Nicos Poulantzas concebe que o marxismo é a “ideologia” da classe operária, conforme observa Ernesto Laclau (1978, p. 100), mas o próprio Laclau está de acordo com a perspectiva de que existe uma ideologia operária que entra em confronto com a classe antagônica<sup>46</sup>. Mészáros, por seu turno, também compreende a ideologia em seu termo amplo, significando a ideologia como a articulação do campo de ideias e valores organizados e orientados para a prática, seja em sua forma afirmativa da ordem social ou em sua negação (2012, p. 66). Em *Estrutura social e formas de consciência II*, Mészáros deixa claro para o leitor a sua perspectiva sobre o tema:

Assim, a ideologia é a *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, preocupada com a articulação e afirmação dos *conjuntos rivais de valores e estratégias*. [...]. É assim que a *visão socialista* [...] firmemente defini a si mesma em termos conscientes, abarcando a determinação de classe de seu *mandato* com combatividade desafiadora. (MÉSZÁROS, 2011, p. 145).

Não temos espaço e nem é o nosso objetivo fazer um inventário minucioso dos autores marxistas que vão nessa direção<sup>47</sup> ou nos determos em demasia na polêmica. No entanto, como vimos, não nos parece lícito atribuir a Marx uma abordagem que conceba a crítica das ideias dominantes, no bojo da luta das ideias, como ideologia. A radicalidade da crítica, isto é, “agarrar a coisa pela raiz”, não pode conceber os mecanismos de naturalização, universalização,

---

<sup>46</sup> “Toda classe luta a nível ideológico simultaneamente como classe e como povo, ou melhor, tenta dar consistência ao seu discurso ideológico, apresentando seus objetivos de classe como a consumação dos objetivos populares”. Ernesto Laclau. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*, 1978, p. 114.

<sup>47</sup> Cabe ressaltar que este não é um tema menor, tendo em conta que nomes como Lenin, Trotsky, Gramsci e Rosa Luxemburgo utilizavam o termo “ideologia” para se referir ao conjunto de ideias proletárias que se contraporiaam às ideologias e a sociedade burguesa. Telegraficamente, podemos dizer que a explicação para a utilização do termo nesse último sentido seria mais simples do que se poderia pensar num primeiro momento: os escritos de Marx e Engels como *A ideologia alemã* que colocam a questão de forma clara, só foram publicados, e ainda de forma incompleta, em 1932, com a sua publicação na íntegra entre 1962 e 1966. Não tiveram, portanto, contato com essas formulações. Cf. Mauro Iasi. “*Ideologia... quer uma para viver?*”, op. cit., 2011, p. 83.

mistificação, ocultamento, falsidade entres outros que são inerentes à ideologia<sup>48</sup>; ao contrário, ela deve revelar a inversão e a origem do estranhamento. Nesse sentido, a conotação anti-ideológica da crítica pode ser entendida dentro de um processo de tomada de consciência ou enquanto consciência mesma. A consciência da classe antagônica à ordem deve deixar a nu a forma que a reprodução da vida humana se dá sob o capitalismo; ela deve arrancar “as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche” (MARX, 2013, p. 152).

A partir desse raciocínio, pode-se concluir, enfim, que não existe uma ideologia proletária? Tampouco nos parece lícita tal conclusão. Ao contrário. Antes de mais nada, cabe lembrar que a ideologia dominante só se torna dominante, por se universalizar, por seu movimento ser dialógico, incidindo sobre a estrutura da consciência da classe trabalhadora ou de setores da classe, tornando-se, portanto, sua ideologia. Nesse sentido, podemos dizer que, de fato, a ideologia ou as ideologias proletárias consistem em uma realidade. Sem dúvida a expressão mais evidente de ideologia proletária é o estalinismo, com um conteúdo fortemente positivista<sup>49</sup>. A social-democracia ou o reformismo, de acordo com Löwy (2013), consiste em um dos principais fenômenos ideológicos que incide na consciência da classe trabalhadora. Com efeito, sobre a ideologia social-democrata, Mauro Iasi observa que:

Como sócia menor da ideologia burguesa, a nova ideologia proletária-cidadã é muito útil quando se faz necessário enfrentar os momentos difíceis da ordem democrática capitalista, como a fome, o desemprego, a violência, as guerras, o racismo e outras coisas ‘ocasionais e eventuais’, que acontecem com muita frequência no melhor dos mundos. [...].

Como toda ideologia, esta nova também se assenta sobre relações de dominação, apresenta interesses particulares como universais, inverte, vela, naturaliza a realidade para apresentá-la como inevitabilidade. Como essa ideologia social-democrata

---

<sup>48</sup> A ideologia é um fenômeno que, dentre outras coisas, conserva a ordem existente. Por isso, estamos de acordo com Löwy:

“A definição da ideologia (em oposição à utopia) como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx)”. Michael Löwy. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen*, op. cit., p. 20.

<sup>49</sup> Ver a detalhada análise que Löwy faz sobre o conteúdo positivista que permeia o estalinismo. Michael Löwy, op. cit., p. 201 – 235.

é sócia da principal, a burguesa, ela esconde e naturaliza as relações de produção capitalistas, apresentando-as como naturais. Entretanto, seus interesses não podem ser os da acumulação de capital, atividade vetada aos sócios menores da ordem; estes devem se contentar com postos na institucionalidade, com a ocupação de pontos subalternos de acomodação no interior do sistema: burocracias sindicais, Parlamento, cargos públicos, administrações municipais e outras maravilhas do mundo democrático” (IASI, 2011, p. 86-7).

Enfim, criticar a ordem existente, reconhecer as causas que movem “povos e classes”, bem como a independência destas causas em relação à consciência que os seres humanos têm delas, se torna uma missão central para qualquer estudo crítico sobre a ideologia e a consciência. Daí porque, o marxismo, o socialismo científico, não pode ser outra coisa que a crítica às ideologias. Marx, como vimos<sup>50</sup>, aponta claramente como o pensamento burguês, ao não apreendê-las, acaba naturalizando tais causas como imutáveis, de sorte que, ao fazer a apologia da ordem existente, consciente ou inconscientemente, acaba suprimindo da própria consciência o processo histórico e eternizando as formas de organização do presente como leis eternas, forças estranhas, hostis e incontroláveis.

Em torno dessa questão, Liev Tolstói faz uma reflexão monumental em *Guerra e Paz* (2013). A compreensão das razões e consequências da movimentação de milhões de seres humanos na Europa em torno das guerras napoleônicas em geral e, da guerra contra Rússia particularmente, são objetos de questionamento de Tolstói, pelo motivo de serem subsumidos, principalmente na figura de Napoleão Bonaparte, para diversos historiadores da época. O escritor russo, ao contrário, defende que as pessoas comuns, soldados, generais, camponeses e camponesas, burocratas etc., comporiam a real força motriz por detrás destas movimentações. Tolstói parece apontar exatamente e, talvez de forma intuitiva, para a inversão, a falsidade, a naturalização e sua consequente desistocirização e estranhamento, ou seja, o fenômeno da ideologia por detrás dessa falsa apreensão do “movimento dos povos”<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Ver nota 18.

<sup>51</sup> Ver principalmente, a partir da terceira parte do segundo volume:

“Os primeiros quinze anos do século XIX na Europa revelam um extraordinário movimento de milhões de pessoas. As pessoas abandonam suas ocupações habituais, precipitam-se de um lado da Europa para outro, saqueiam, matam-se umas às outras, regozijam-se e desesperam-se, e todo o curso da vida se transforma em alguns anos e revela um movimento intenso, que de início segue de modo crescente e depois declina. Qual é a causa de tal movimento ou devido a que leis isso ocorre?, pergunta a mente humana.

Chegamos aqui, portanto, com um refinamento e precisão mais acurada sobre o conceito de ideologia, esta forma delimitada de consciência social. Nos interessa sobremaneira destacar a objetivação dessas ideias nas relações sociais mesmas enquanto expressão estranhada e hostil, configurando-se em força ativa. É certo, contudo, que muita tinta foi gasta para debater esse tema, de forma que estamos conscientes que deixamos diversos aspectos sem um tratamento mais adequado e aprofundado, o que deve ser encarado com normalidade diante dos limites e objetivos propostos. Afinal, como observou Leandro Konder:

É como se a questão da ideologia fosse, hoje, uma nova versão do enigma que a Esfinge propôs a Édipo. Em vez da alternativa 'ou decifras o enigma ou te devoro', a questão da ideologia, moderna Esfinge, nos provoca, irônica: 'Decifra-me, enquanto te devoro'. (KONDER, 2003, p. 12).

Para sermos coerentes com a exposição feita até aqui, antes de adentrarmos no tortuoso labirinto da ideologia da dependência, devemos nos ater às características centrais das formações sociais latino-americanas, do capitalismo dependente, esforço a ser realizado no capítulo seguinte.

---

Os historiadores, ao responder a essa questão, nos apresentam os atos e as palavras de algumas dezenas de pessoas em um dos prédios da cidade de Paris, designando tais atos e palavras com o nome de revolução; depois fornecem uma biografia minuciosa de Napoleão e de algumas pessoas simpáticas e hostis a ele, relatam as influências de algumas dessas pessoas sobre outras e dizem: aí está por que se deu tal movimento, e eis as suas leis.

Mas a mente humana não só se recusa a acreditar nessa explicação como diz francamente que o método de explicação não é correto, porque mediante tal explicação um fenômeno mais fraco é tomado como causa de um fenômeno mais forte. A soma das vontades das pessoas fez a revolução e Napoleão, e só a soma daquelas vontades tolerou e aniquilou ambos. [...]

Toda vez que eu, olhando meu relógio, vejo que o ponteiro se aproximou do dez, ouço que numa igreja próxima começam a tocar os sinos, mas do fato de que toda vez que o ponteiro marca dez horas os sinos começam a tocar eu não tenho o direito de concluir que a posição do ponteiro é a causa do movimento dos sinos.

Toda vez que vejo uma locomotiva se pôr em movimento, ouço o som de um apito, vejo uma válvula ser aberta e o movimento das rodas; mas disso não tenho o direito de concluir que o apito e o movimento das rodas são a causa do movimento da locomotiva” Liev Tolstói. *Guerra e paz*, 2013, p. 1710-11.

## CAPÍTULO 2 – O CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

[...] atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e política anacrônicas. Padecemos não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos.  
Karl Marx.

A produção e reprodução da vida social nos países da América Latina, talvez mais do que em qualquer outro lugar do planeta, padece por causa dos vivos tal como por conta dos mortos. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo latino-americano parecem obedecer uma lei de bronze: estão imbricados de modo vital, seja em âmbito local, regional ou mundial. Mas não é apenas isso. Internamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento alimentam-se um ao outro constantemente, tendo como produto clássico o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Daí a trama constante que varia entre a modernização do arcaico e a arcaização do moderno. O interno, contudo, não se explica sem o externo, sem a divisão internacional do trabalho, e nesse campo, mais uma vez está posto o enredo do subdesenvolvido e do desenvolvido, aqui colocando-se em uma relação de interdependência desigual que consolida o destino do capitalismo dependente: o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Por quanto o primeiro se reproduz em função do segundo, poder-se-ia dizer que existe, em realidade, um lumpendesenvolvimento (FRANK, 1970). A explicação mais abrangente que se encontrou para a configuração desse modo de vida particular está presente na Teoria da Dependência.

Com efeito, a necessidade de se aproximar, tanto quanto possível, das condições e consequências históricas da estrutura do capitalismo dependente nos países latino-americanos, exige uma reflexão mais aprofundada sobre a dependência mesma. Para isso, propomos estudar de forma mais demorada dois aspectos desse debate que estarão divididos, para fins de exposição, em dois

eixos: a) o conceito de dependência. Buscaremos responder qual é o caráter da dependência, isto é, o que é a dependência; b) o caráter histórico, que apreenda a dependência em suas diferenças processuais, mediante padrões dinâmicos indicados por uma periodização. Em outras palavras, qual é a configuração da dependência nas mais diversas etapas históricas.

A reflexão do capitalismo dependente latino-americano, a partir desses eixos, se apoiará, fundamentalmente, nos construtos teóricos que culminaram naquilo que hoje é concebido por certa bibliografia como a Teoria Marxista da Dependência. Não por acaso, durante a década de 70, esta vertente teórica tornou-se um paradigma nos estudos das ciências sociais latino-americanas, exatamente por ser bem-sucedida em compreender, mais do que qualquer outro arcabouço teórico, as raízes e as consequências das “misérias” modernas latino-americanas, sem desconsiderar as “misérias” herdadas. As contribuições de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, além de Florestan Fernandes serão o núcleo duro do estudo sobre este capitalismo difícil – para dizer com as palavras desse último autor (2014) -, que se constituiu na região.

De início, a compreensão sobre o que é a dependência exige a compreensão de como esta se estrutura internamente a partir da conexão que mantém com a dinâmica do sistema capitalista e com o imperialismo<sup>52</sup>. Em realidade, não existe apenas um conceito de dependência, tornando ainda mais necessário passar por esse debate, sendo esse o primeiro ponto estudado nesse capítulo. Por outro lado, nunca é demais dizer que as estruturas que se configuram no capitalismo dependente, não são estanques e imutáveis, ao contrário, elas se modificam em função dos dinamismos econômicos, políticos e sociais internos e externos nos diferentes períodos históricos – o que inclui os dinamismos do próprio sistema capitalista e de seu centro hegemônico. Interessa-nos iniciar um debate sobre a periodização da dependência, sendo este o segundo ponto tratado. Cabe mais uma vez ressaltar que estes eixos são

---

<sup>52</sup> Por conta dos limites do trabalho, não tratado de forma mais aprofundado, o contexto em que a Teoria Marxista da Dependência surge no Brasil e na América Latina, mas tão somente na medida em que traga uma melhor compreensão dos conceitos ou mesmo da produção e reprodução histórica do capitalismo dependente. Para uma leitura mais minuciosa sobre o tema ver indicação de bibliografia na nota 2.

articulados e se determinam, estando aqui separados somente em função do método expositivo adotado.

## 2.1 - A CARACTERIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

A teoria da dependência surge, ainda na década de 1960, como um esforço de compreensão e resposta para a crise que entrava o modelo de desenvolvimento industrial – e *pari passu* a ele, entrevam em crise as teorias do desenvolvimento e da modernização, de um lado, mas também dos próprios partidos comunistas da região, de outro –, buscando entender a nova etapa histórica que a região parecia entrar. A temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento hegemonizou, até então, o debate intelectual nessa época, constituindo-se o centro da reflexão das diversas correntes teóricas. Para Theotonio dos Santos, esse período - marcado por uma virada na vida intelectual brasileira e latino-americana – deve ser entendido à luz do que vinha ocorrendo no mundo.

A Teoria da Dependência, que surgiu na América Latina nos anos 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-1945. Desde os anos 1930, as economias latino-americanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da industrialização, caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional. Em seguida, terminado o longo ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global em 1929 e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se depois da Segunda Guerra Mundial, através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial. O capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial. (DOS SANTOS, 2015, p. 25).

A crise do processo de substituição de importação - o principal mecanismo da política econômica desenvolvimentista -, na primeira metade da década de 1960, desemboca na crise teórica da ciência social “oficial”. De acordo com Vânia Bambirra, esta ciência oficial burguesa “nunca conseguiu alcançar uma verdadeira explicação global desse processo”, justamente por “se encontrar

limitada pelos compromissos com a ordem vigente e por metodologias que também estão comprometidas com essa ordem”<sup>53</sup> (2012, p. 34-35).

No bojo desse processo, a Teoria da Dependência constituiu-se como o paradigma no estudo do capitalismo subdesenvolvido latino-americano, superando a abordagem elaborada pelos teóricos desenvolvimentistas – identificados principalmente com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – que concluíam que os “problemas econômicos e sociais que afligiam a formação social latino-americana se deviam a uma insuficiência do desenvolvimento capitalista, e que a aceleração deste bastaria para fazer desaparecer” (MARINI, 1982, p.57, tradução nossa). Em outras palavras, as teses desenvolvimentistas, bem como aquelas teses que giravam em torno da modernização, entendiam haver um “desencontro histórico”, um descompasso no tempo que explicaria porque alguns países (ou regiões) haviam permanecido como arcaicos, enquanto outros passaram por um imenso processo de modernização. De acordo com esse raciocínio, a saída para o arcaico seria abrir as portas para a modernização, isto é, para o desenvolvimento acelerado do capitalismo<sup>54</sup>, desenvolvimento que só poderia ocorrer mediante um longo e intenso processo de industrialização. Esse seria o elemento central da ideologia desenvolvimentista e modernizante; a saída para o subdesenvolvimento, dado o “atraso” dos países latino-americanos, seria acelerar o processo de desenvolvimento capitalista.

O autor alemão André Gunder Frank não somente foi um dos pioneiros como também um dos críticos mais contundentes e precisos a qualquer variante ideológica do desenvolvimentismo/modernização e do etapismo. Não há e nem houve qualquer descompasso histórico entre o arcaico e o moderno, entre o

---

<sup>53</sup> Theotonio dos Santos, faz uma análise histórica da ciência oficial burguesa, dizendo que:

“Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização”. Theotonio dos Santos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, op. cit, p. 26.

<sup>54</sup> André Gunder Frank contesta tanto o modelo dualista de Jacques Lambert, Celso Furtado e outros, como o modelo etapista dos partidos comunistas latino-americanos.

subdesenvolvimento e o desenvolvimento, ao contrário; estes são resultantes contemporâneos de um modo de produção gerador de contradições e de desigualdades.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico são as caras opostas da mesma moeda. Ambos são o resultado necessário e a manifestação contemporânea das contradições internas do sistema capitalista mundial. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico não são simplesmente relativos e quantitativos porque um representa mais desenvolvimento que o outro; estão relacionados e são qualitativos por quanto cada um é estruturalmente diferente do outro, mas um e outro são causados por sua mútua relação. Não obstante, desenvolvimento e subdesenvolvimento representam o mesmo, porque são produzidos por uma só estrutura econômica e um processo capitalista dialeticamente contraditórios.

Portanto, não lhes pode considerar como produtos de estruturas ou sistemas econômicos supostamente diferentes, ou de supostas diferenças nas etapas de crescimento econômico dentro de um mesmo sistema. Um único processo histórico de expansão e desenvolvimento capitalista em todo o mundo gerou simultaneamente – e continua gerando – desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento estrutural. (FRANK, 1978, p. 21, tradução nossa).

Essa análise crítica de André Gunder Frank não deixa pedra sobre pedra na ideologia modernizante, dualista. Ao mesmo tempo, assenta as bases para que a caracterização da dependência ganhe um conteúdo mais bem-acabado. A América Latina subdesenvolvida, em efeito, ao ser apontada como a cara oposta do centro hegemônico desenvolvido, é também apreendida teoricamente como resultado da expansão do sistema capitalista e do próprio imperialismo. Nessa linha, a Teoria Marxista da Dependência, em diálogo direto com as teorias do imperialismo<sup>55</sup> (especialmente de Lenin e de Rosa Luxemburgo) coloca a perspectiva da dependência como um complemento ao imperialismo<sup>56</sup>, em uma

---

<sup>55</sup> Adrián Sotelo Valencia lembra que a incorporação do diálogo com o imperialismo:

“[...] era necessária para delimitar as diferentes origens das duas grandes vertentes da dependência. De um lado, aquela que surge como a continuação da teoria dominante da CEPAL, onde comparecem autores como Cardoso, Faletto e Paul Singer. Por outro lado, aquela que faz menção à TMD, [...] que vai à raiz dos problemas latino-americanos”. Adrián Sotelo Valencia. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, 2008, p. 149.

Mais adiante, poderemos vislumbrar os traços ideológicos da Teoria Weberiana da Dependência, no qual Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são os seus representantes. Não concordamos, contudo, que essa vertente teórica seja uma mera continuação do desenvolvimentismo da CEPAL, ainda que conserve alguns traços.

<sup>56</sup> “O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz praticamente à socialização integral da

reflexão totalizante do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, em *Imperialismo y dependencia* (1978), Theotonio dos Santos observa que:

O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento dos nossos países deve dar origem à teoria da dependência. Por isso, devemos considerar limitados os enfoques dos autores da teoria do imperialismo. Nem Lenin, Bukarin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo, nem os poucos autores não marxistas que se ocuparam do tema, como Hobson, deram enfoque ao tema do imperialismo a partir do ponto de vista dos países dependentes. Apesar de que a dependência deve ser situada no quadro global da teoria do imperialismo, tem sua realidade própria que constitui uma legalidade específica dentro do processo global e que atua sobre ele desta maneira específica. Compreender a dependência, conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica, significa não somente ampliar a teoria do imperialismo<sup>57</sup>, mas também contribuir para sua melhoria e reformulação. (DOS SANTOS, 1978, p. 301-2, tradução nossa).

Refletir sobre a dependência implica, também, entender a consequência da ação do imperialismo nos países periféricos ou, de forma mais ampla, as consequências da expansão do sistema capitalista em direção a esses países. Diante disso, as “análises” sobre a dependência devem partir de uma “situação concreta” para chegar numa “análise concreta”, tal qual demonstrou Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p 54).

Trata-se, então, do exercício de se passar do singular para o geral, a partir das particularidades, isto é, num processo de construção de relações hierarquizadas que se especificam e determinam, de sorte que a síntese resultante (a totalidade) apareça não mais como um agrupamento de eventos difusos, mas como um conjunto de relações que se apresentam organizadas no

---

produção; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para uma nova ordem social, de transição entre a mais livre concorrência e a completa socialização”. Vladimir Ilitch Lenin. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, 2012, p. 47-8.

<sup>57</sup> Em outro momento, Dos Santos se posiciona na mesma direção:

“Na tradição marxiana, a teoria do imperialismo foi desenvolvida como um estudo do processo de expansão dos centros imperialistas e de sua dominação mundial. Em um período de desenvolvimento interno nos países que são o objeto dessa expansão e naqueles que são governados por elas”. Theotonio dos Santos. *A estrutura da dependência*, 2011, p. 6.

pensamento. Nesse sentido, o movimento metodológico de elevação do singular (dos processos sociais concretos) ao universal vai especificando, através das condições do particular, as relações presentes num conjunto hierarquizado, em que o universal é informado pelo singular através do particular. Metodologicamente, a apreensão e síntese no pensamento é alcançada mediante a produção de categorias que elucidem essas relações hierárquicas e seu movimento. Em suma, esse movimento descrito significa não apenas a caracterização do singular e do particular, mas como o universal é informado e se mantém a partir daí. Daí a necessidade da categoria de dependência como complemento (ou mesmo aprimoramento, de acordo com Theotonio dos Santos) do imperialismo. Isso possibilita que desenvolvimento e subdesenvolvimento passem a ser entendidos de forma integrada, isto é, a “história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47). De acordo com Dos Santos:

O desenvolvimento do capitalismo como capitalismo monopólico imperialista se converte, dialeticamente, em um impulso à expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, em um limite para esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, mas sim a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado este em sua capacidade de desenvolvimento, incapaz de resolver nem sequer aqueles problemas de sobrevivência humana elementares que se pôde superar em boa parte nos países dominantes. (DOS SANTOS, 1978, p. 26-27, tradução nossa).

Nessa mesma direção, Vânia Bambirra tece as relações que vão se organizando e explicando o todo:

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2012, p. 33).

Com efeito, a síntese no pensamento das “análises concretas”, conforme dito anteriormente, carrega em si a necessidade da elaboração de categorias que possibilitam organizar a unidade do diverso, construindo uma articulação de relações parciais que se unificam em uma determinada estrutura hierarquizada.

Tendo isso em vista, a dependência, ainda de maneira preliminar, pode

ser entendida como:

[...] uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o 'desenvolvimento do subdesenvolvimento' é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (MARINI, 1982, p. 18, tradução nossa)

Nesse sentido, o entendimento do capitalismo, tal como se apresenta na América Latina, bem como do capitalismo global, é enriquecido a partir dessa análise integrada, no qual países subdesenvolvidos e países desenvolvidos passam a ser estudados e compreendidos dentro de um mesmo período histórico, enquanto contemporâneos, e dentro de um mesmo processo de acumulação de capital, em que ambos se interpenetram e se determinam – de um modo ou de outro<sup>58</sup>.

Fernando Henrique Cardoso observa, em *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência*, que o conceito da dependência “[...] determina as limitações da apreensão inicial” e “mostra como se reproduz uma estrutura dada de dominação e quais os limites possíveis de seu funcionamento (a negatividade)”. Nessa linha, o autor diz que, a “‘unidade do diverso’ não estará completa, entretanto, se a nova síntese for incapaz de mostrar as ‘condições da negatividade’” (CARDOSO, 1976, p. 373-4). Nesse sentido, quando Marini, por um lado, conclui que o fruto da dependência é a própria reprodução da dependência e, por outro, indica que sua liquidação ou superação supõe o fim das relações capitalistas - conclusão extraída da própria fórmula do “desenvolvimento do

---

<sup>58</sup> André Gunder Frank vai na mesma direção quando diz que:

“Para a geração de subdesenvolvimento estrutural, ainda mais importante que a drenagem do excedente econômico do satélite, depois da incorporação deste ao sistema capitalista mundial, é infundir à economia nacional do satélite a mesma estrutura capitalista e suas contradições fundamentais. Isto é, tão pronto como um país ou um povo é convertido em satélite de uma metrópole capitalista externa, a espoliadora estrutura metrópole-satélite organiza e domina rapidamente a vida econômica, política e social desse povo. As contradições do capitalismo se reproduzem internamente e geram tendências ao desenvolvimento na metrópole nacional e ao subdesenvolvimento nos satélites internos desta, como ocorre a nível mundial, mas com uma importante diferença: o desenvolvimento da metrópole nacional adoece, necessariamente, de limitações, entorpecimento ou subdesenvolvimento que a metrópole capitalista mundial não conhece, porque a metrópole nacional é ao mesmo tempo satélite, enquanto que a metrópole mundial não”. André Gunder Frank. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, 1978, p. 22.

subdesenvolvimento” de Gunder Frank -, o que se está colocando teoricamente é justamente a condição da negatividade. No entanto, ao contrário dos teóricos marxistas da dependência (incluindo o próprio Florestan Fernandes), Fernando Henrique Cardoso, não obstante reprovar o estudo da dependência que se limita “a considerar as condições de sua reprodução”, acaba recaindo nesse expediente, isto é, em sua positivação. À título de ilustração, neste mesmo artigo, Cardoso enfatiza de forma positiva a produção de mais-valor relativo na nova etapa da dependência, de modo que, ao “afirmar isto, oponho-me à interpretação de A.G. Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’”. (CARDOSO, 1976, p. 383).

Sua perspectiva sobre a nova etapa dependente elimina qualquer espaço teórico que aponte para a superação das limitações inerentes à dependência, propondo, ao contrário, a resignação à essa condição. Essa orientação ideológica – no sentido em que definimos anteriormente - já estava presente no último capítulo de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, ao “mostrar como a ‘internacionalização do mercado’ solidariza os interesses entre classes que no momento anterior apareciam como adversas (a burguesia nacional e a burguesia imperialista e mesmo setores das classes trabalhistas e os monopólios internacionais, por exemplo)” (CARDOSO, 1976, p. 373-74). Essa positivação se transforma numa verdadeira apologia à dependência em outro artigo, escrito em conjunto com José Serra, chamado *As desventuras da dialética da dependência* (1980), em que os autores atacam Ruy Mauro Marini e suas teses em *Dialética da Dependência*, que desembocavam em uma prática revolucionária<sup>59</sup>.

Retomando a categorização da dependência, é importante observar que essa linha de raciocínio elimina, de pronto, determinadas formulações que entendiam a dependência como um conjunto de obstáculos meramente externos, entraves exteriores que impediam os países subdesenvolvidos de caminhar em direção ao centro do capitalismo. Nesse sentido, Aníbal Quijano, coloca a questão nos seguintes termos:

Assim, na generalidade dos estudos sobre os problemas do subdesenvolvimento latino-americano, a dependência costuma aparecer como um conjunto de ‘fatores externos’, ou de ‘obstáculos externos’. Nesta imagem está implicado que esta relação se estabelece entre sociedades de desigual nível de

---

<sup>59</sup> Mais adiante, no terceiro capítulo, retomaremos as concepções ideológicas contidas na Teoria Weberiana da Dependência, especificamente em Fernando Henrique Cardoso.

poder econômico, mas, no fundo, autônomas; isto é, como um conjunto de obstáculos que determinadas sociedades opõem de fora a outras mais débeis que, por isso, não são capazes de vencer essas dificuldades. [...]. Por outra parte, uma tal concepção da dependência pressupõe, também, que se trata de ações unilaterais que sociedades de maior poder exercem contra outras de menor poder. [...]. No entanto, considerada a dependência como um conjunto de fatores 'externos' que travam o desenvolvimento de uma sociedade, ou como um conjunto de ações unilaterais das sociedades poderosas contra as débeis, só é uma parte da realidade. (QUIJANO, 2014, p. 77).

André Gunder Frank foi um dos primeiros a perceber a questão interna da dependência. De acordo com o autor:

“Para a geração de subdesenvolvimento estrutural, ainda mais importante que a drenagem do excedente econômico do satélite, depois da incorporação deste ao sistema capitalista mundial, é infundir à economia nacional do satélite a mesma estrutura capitalista e suas contradições fundamentais. Isto é, tão pronto como um país ou um povo é convertido em satélite de uma metrópole capitalista externa, a espoliadora estrutura metrópole-satélite organiza e domina rapidamente a vida econômica, política e social desse povo. As contradições do capitalismo se reproduzem internamente e geram tendências ao desenvolvimento na metrópole nacional e ao subdesenvolvimento nos satélites internos desta, como ocorre a nível mundial, mas com uma importante diferença: o desenvolvimento da metrópole nacional adoece, necessariamente, de limitações, entorpecimento ou subdesenvolvimento que a metrópole capitalista mundial não conhece, porque a metrópole nacional é ao mesmo tempo satélite, enquanto que a metrópole mundial não”. (FRANK, 1978, p. 22, tradução nossa).

Diante dessa observação, o caráter da dependência, em sua totalidade, deve ser apreendido em seu duplo aspecto ou, conforme Florestan Fernandes colocou, em sua dupla articulação<sup>60</sup>. Isto é, a dependência como uma situação

---

<sup>60</sup> A dupla articulação é uma condição permanente que dá conteúdo para a dependência e vai se moldando historicamente. Por exemplo, Florestan Fernandes, considera a etapa do capitalismo competitivo no Brasil, em que a economia é duplamente articulada, da seguinte maneira:

“1°) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial [...]; 2°) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais”.

Na etapa do capitalismo monopolista, a dupla articulação se renova:

“Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente”.

Com efeito, cabe observar rapidamente que Fernandes adota a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, observando que a nova etapa da dependência, denominada por ele de capitalismo monopolista, aprofunda as mazelas sociais e estreita os laços de dependência. Claramente, se posiciona na direção das formulações da Teoria Marxista da Dependência, adotando uma perspectiva contrária à de Fernando Henrique Cardoso, ao concluir

de condicionamento externo e como uma estrutura nacional que internaliza e reproduz a dependência de acordo com sua própria dinâmica interna, ainda que dentro daqueles limites impostos externamente. Com efeito, de acordo com Vânia Bambirra:

Uma vez resolvidas as questões teóricas gerais, nas quais o conceito de dependência se apresenta com um novo rigor analítico, ainda que em um nível muito alto de abstração, é necessário tratar de definir a *relação existente entre a situação de dependência e estrutura dependente*. (BAMBIRRA, 2012, p. 39).

É no primeiro sentido, da *situação de dependência*, que Marini entende que as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas em função das necessidades dos países centrais. Nessa mesma linha, de acordo com Theotonio dos Santos, a dependência, enquanto condicionamento externo, é “uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada” (2011, p. 5). Deste modo, o autor entende que uma “situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens”, isto é, “estabelece os limites possíveis de desenvolvimento destes países e de suas formas” (1978, p. 306, tradução nossa).

No entanto, duas questões levantadas por Dos Santos demonstram como a situação condicionante não é definitiva ou estanque: a) as características específicas dos países condicionados redefinem e particularizam esta situação, ainda dentro de certos limites impostos; b) a própria situação condicionante pode se alterar, seja por uma mudança na estrutura hegemônica ou na própria estrutura dependente. Devemos, portanto, “compreender esta situação condicionante como limite, ou melhor, como configuração de certas realidades mais complexas com as quais formam a realidade total que são as estruturas

---

que:

“O que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e ‘envenenado’. Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário)”. Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, 2014, p. 283; 304; 317-8.

Um debate mais sistematizado sobre as possíveis convergências da obra de Florestan Fernandes com os teóricos marxistas da dependência, bem como as divergências desse autor com as formulações de Fernando Henrique Cardoso, ainda está por ser feito. Extrapolando, certamente, os limites propostos nesse trabalho

nacionais” (DOS SANTOS, 1978, p. 307, tradução nossa).

Por outro lado, na *estrutura dependente*, o polo interno da dupla articulação, pode-se dizer que “a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine, em função das possibilidades estruturais das distintas economias nacionais”, de sorte que estas economias “delimitam quais são suas possibilidades de expansão, ou melhor, as redefinem ao nível de seu funcionamento concreto” (DOS SANTOS, 1978, p. 307, tradução nossa). Entretanto, de acordo com o alerta de Bambirra:

Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir -, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. Por isso, se a intenção é realizar uma análise científica, esta tem que encontrar em tais fatores condicionantes não apenas um ponto de partida, mas também seu objeto fundamental de investigação. (BAMBIRRA, 2012, p. 40-1).

Portanto, é a dupla articulação, como se conforma caracteristicamente sob a dependência, que “[...] engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2014, p. 349). Em outros termos, é da síntese da articulação - muitas vezes tensa, com choques e lutas, conforme observa Vânia Bambirra - entre a situação de dependência e a estrutura dependente, entre o âmbito externo e o âmbito interno, que se configura localmente a dominação burguesa como um terceiro elemento explicativo para a compreensão da dependência; isto é, “a articulação necessária entre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os interesses dominantes nas sociedades dependentes” (DOS SANTOS, 1978, p. 308-9, tradução nossa).

A contradição entre o âmbito externo e o âmbito interno, entre a situação de dependência e a estrutura que se define e redefine internamente, e toda sorte de consequências que se desencadeiam a partir daí, foi devidamente apreendida, em seu aspecto dialético, por Ruy Mauro Marini. Assim, a situação condicionante da dependência foi explicada partindo da transferência de valor

dos países dependentes em direção aos centros hegemônicos do sistema capitalista (expropriação/apropriação), cuja a categoria de *intercâmbio desigual* é o principal mecanismo, mas não o único, determinando a inserção subordinada dos primeiros no comércio mundial e em função dos segundos. Em um segundo momento, aparece a *superexploração da força de trabalho*, categoria que expressa uma sobre-exploração sistematizada da força de trabalho no momento da produção. A superexploração da força de trabalho, por seu turno, é o resultado desse condicionamento externo (como se verá) ao mesmo tempo em que repõem, em seus próprios termos, a estrutura interna em sua dinâmica particular.

### 2.1.1 – TRANSFERÊNCIA DE VALOR (INTERCÂMBIO DESIGUAL)

O processo de transferência de valor em direção aos países imperialistas, é a situação econômica condicionante que debilita, a partir de uma série de mecanismos, as possibilidades de construção de um tipo de capitalismo autônomo. André Gunder Frank, apoiado nas contribuições de Paul Baran, observa que os mecanismos de transferência de excedente econômico gerado nos países dependentes (satélites) em direção aos países hegemônicos (metrópoles) é uma das marcas fundamentais dos países dependentes. De acordo com o autor:

Baran chamou excedente econômico 'real' a essa parte da produção que se economiza e se investe em realidade (pelo que é só uma parte da mais-valia). Baran distinguiu também e pôs ainda mais em relevo o excedente econômico 'potencial' ou potencialmente invertível, o qual não está à disposição da sociedade, porque a estrutura monopolista desta impede sua produção ou (de ser produzido) é objeto de apropriação e esbanjamento em usos suntuários. A diferença entre quem percebe inversões altas e baixas e grande parte da incapacidade dos primeiros para canalizar seus ganhos para inversões produtivas, pode atribuir-se também ao monopólio. Portanto, a não realização e o desaproveitamento do excedente econômico 'potencial' em investimentos se deve, essencialmente, à estrutura monopolista do capitalismo. (FRANK, 1978, p. 18, tradução nossa).

Com efeito, Frank retoma Baran para demonstrar que existe uma parte do excedente gerado que é investido na esfera da produção, chamado de excedente econômico real, e outra parte deste excedente é drenado pela

estrutura monopolista ou é gasto com bens de luxo (suntuários), caracterizando-se, desta forma, como excedente potencial ou potencialmente invertível. Assim, uma das razões da manutenção do subdesenvolvimento é a contínua transferência deste excedente dos países dependentes para a consolidação do desenvolvimento daquele espaço geográfico que o autor se refere como metrópole. Tomando o exemplo chileno, Gunder Frank observa que:

[...] o monopólio exterior levou sempre à expropriação (e, por conseguinte, ao desaproveitamento para o Chile) de uma parte importante do excedente econômico produzido no Chile e à apropriação do mesmo por outra parte do sistema capitalista mundial. [...] O sistema capitalista internacional, nacional e local gera assim em cada ponto desenvolvimento econômico para a minoria e subdesenvolvimento para a maioria. (FRANK, 1978, p. 19, tradução nossa).

Nesse sentido, o intercâmbio desigual é a forma dominante de reforço da transferência de valor da região. Seu construto teórico apoia-se nas indicações de Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, que partem da análise do mercado internacional para melhor compreender o papel que a América Latina exerceu no surgimento do sistema capitalista<sup>61</sup>, bem como em sua posterior configuração.

Assim, parte-se de uma análise que considera a inserção da América Latina na dinâmica do sistema capitalista mundial para, em seguida, articular as condições internas que se reproduzem na região, ao invés de analisar as condições da América subdesenvolvida de modo separado e extemporâneo, isto é, sem estudar devidamente sua conexão intrínseca com o sistema econômico mundial. Com efeito, é a partir do estudo do movimento que conecta o âmbito internacional ao nacional/regional, é no âmago dessa articulação, que se pode compreender o conceito de intercâmbio desigual.

Quando os países latino-americanos conquistam sua independência formal e, portanto, tem-se início a dependência, sua inserção no comércio internacional está configurada para suprir as necessidades que a industrialização impunha através do livre-comércio. Nessa primeira etapa do capitalismo dependente<sup>62</sup>, existia o problema relacionado à questão do aumento

---

<sup>61</sup> “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. Karl Marx; Friedrich Engels. *O manifesto comunista*, 2010, p. 41.

<sup>62</sup> Nos deteremos de forma mais demorada sobre a questão histórica da dependência mais adiante.

da oferta mundial de alimentos e matérias-primas, ao mesmo tempo em que o preço destes bens declinava relativamente ao preço dos bens industrializados. Simplificadamente, a deterioração dos termos de troca, como é conhecida, reflete a depreciação dos bens primários em relação aos produtos industriais, no médio e longo prazo. É nesse ponto que Ruy Mauro Marini busca apreender as razões do fenômeno, assim como responder o motivo pelo qual este não se traduziu em desestímulo para a inserção subordinada da América Latina no mercado mundial.

Esta explicação não pode ser buscada na lei da oferta e da demanda, já que, apesar da concorrência desempenhar um papel decisivo na fixação dos preços, não logra explicar a razão da expansão acelerada, pelo lado da oferta, independentemente da deterioração nas relações de troca. Por outro lado, a questão não pode ser resolvida com a constatação empírica de que as leis mercantis são falseadas no âmbito internacional, por conta da pressão diplomática e militar das nações industrializadas. Esta interpretação “não vê que a utilização de recursos extra-econômicos é derivada precisamente do fato de existir por trás uma base econômica que a torna possível” (MARINI, 1982, p. 31, tradução nossa). Portanto, ambas as explicações ocultam a natureza do fenômeno da deterioração dos termos de troca. Neste sentido, o autor é direto quando diz que:

Não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, mas é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram mais do que o devido que sua posição comercial se deteriorou, senão que foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 1982, p. 31, tradução nossa).

O desenvolvimento das relações mercantis, de acordo com Marini, preparou as bases para uma melhor aplicação da lei do valor, ao mesmo tempo que criou as condições para que operassem certos mecanismos que o capital se utilizou para burlá-la:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. (MARINI, 1982, p. 33, tradução nossa).

Para o interesse desse debate, a presente reflexão restringir-se-á aos mecanismos que atuam no marco das esferas de produção de diferentes tipos de mercadorias que se inter-relacionam, mais precisamente na relação mercantil entre nações que trocam mercadorias qualitativamente diferentes: bens industriais de um lado e matérias primas e alimentos do outro. Ruy Mauro Marini, observa que o simples fato dos países industrializados produzirem bens que os demais países não produzem (ao menos não com tanta facilidade), permite que os primeiros iludam a lei do valor, o que significa, concretamente, vender seus produtos por preços superiores ao seu valor, configurando-se, assim, o conceito de intercâmbio desigual. O intercâmbio desigual implica, objetivamente, para o país desfavorecido nessa relação de troca, uma transferência de parte do valor produzido internamente. Essa transferência pode ser duplicada, caso o país industrializado, por conta de sua maior produtividade, consiga diminuir o preço de produção de seus bens.

Theotonio dos Santos resume esse movimento de expropriação e apropriação de valor de um país por outro da seguinte maneira:

O sistema de preços se situa na área da circulação da riqueza. Através da venda dos produtos se *realiza* um mais-valor que se criou no processo produtivo. No intercâmbio internacional não se produz, portanto, um processo de *exploração* da força de trabalho. Mas sim se produz uma *expropriação* por parte de um proprietário privado da parte do resultado do trabalho apoderado por outro proprietário. Para que esta apropriação se dê é necessário que este intercâmbio não se realize segundo o valor real dos produtos. Isto é, supõe condições especiais de mercado monopólico. [...]

A verdadeira causa do intercâmbio desigual e da perda dos termos de intercâmbio para os países dependentes deve ser encontrada no caráter monopólico do mercado mundial. (DOS SANTOS, 1978, p. 321-2, tradução nossa).

Diante da transferência de valor<sup>63</sup>, fundamentada, sobretudo no

---

<sup>63</sup> Devemos considerar que o processo de transferência de valor não se dá apenas pelo intercâmbio desigual, mas por outros mecanismos também. Theotonio dos Santos nos lembra que:

“O outro mecanismo pelo qual se transferem enormes quantidades de recursos produzidos nos países dependentes aos dominantes são os pagamentos de serviços. Estes são basicamente os fretes, seguros, os serviços técnicos e o pagamento de patentes. [...]. Estão supervalorizados e em muitos casos ou não existem ou são simples resultados de um monopólio de marcas e patentes que se assemelha a uma forma moderna de renda da terra, ou seja, de um direito puramente jurídico a expropriar com uma renda aos verdadeiros agentes da produção, isto é, uma transferência de excedentes gerais na produção aos ociosos que especulam com a propriedade monopólica de conhecimento humano”.

Todos esses mecanismos resultam em uma balança de pagamentos desequilibrada, caracterizada

intercâmbio desigual, as nações desfavorecidas lançam mão de um mecanismo de compensação: o incremento do valor intercambiado, isto é, o aumento da massa de mercadorias comercializadas (matérias primas e bens de subsistência). Contudo, para que se aumente a massa de valor produzida, a burguesia dependente deve “necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho”, ainda que somente o aumento da intensidade do trabalho se contraponha “realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho” (MARINI, 1982, p. 36, tradução nossa). Estes dois procedimentos, com efeito, contribuem para aumentar a massa de valor intercambiada. É daí, portanto, que se explica o aumento da oferta mundial de matérias primas e alimentos ao mesmo tempo em que se acentua a diferença entre seu preço de mercado e seu valor real de produção.

De toda forma, sabedoras desta encruzilhada, as burguesias dos países dependentes buscavam menos corrigir os desequilíbrios do intercâmbio desigual - por decisão, acomodação ou compromisso político-econômico -, do que compensar no âmbito da produção interna a transferência de parte do valor no comércio internacional. “Todo esse processo depende, [...] de outro que é fundamental, a fonte de toda riqueza: a produção”, de sorte que a “verdadeira exploração só se pode dar, portanto, no processo produtivo. Só se pode explorar a força de trabalho: os músculos, cérebros, nervos do trabalhador” (DOS SANTOS, 1978, p. 326, tradução nossa).

---

por déficits, que são financiados, de acordo com Dos Santos, pela ajuda externa, empréstimos internacionais. Com efeito:

“O comércio mundial baseado na expropriação por meio de preços e serviços monopólicos dos países produtores de bens primários favorece a entrada do capital internacional, que passa a explorar diretamente a mão de obra local sem mudar substancialmente as condições do mercado interno; também possibilita novos investimentos, o que promove uma remessa gigantesca dos resultados da exploração direta realizada. [...]. Estes mecanismos de expropriação e exploração direta não somente provocam uma crise da economia internacional, como refletem no seio dos nossos países através da superexploração dos trabalhadores, a busca de mercados vizinhos para explorar, a crescente monopolização, a ditadura, a tortura, a fome e a miséria. Todos estes fenômenos são parte de um mesmo drama e são a origem da rebelião constante de nossos povos”. Theotonio dos Santos. *Imperialismo y Dependencia*, 1978, p. 324; 329-30, tradução nossa.

## 2.1.2 – SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quando o cansaço era rio e rio qualquer dava pé.

Milton Nascimento & Fernando Brant.

A compensação pelo intercâmbio desigual, pela expropriação de valor, o expediente utilizado como o revés da moeda, a contrapartida pela inserção subordinada no mercado mundial e sua transferência de valor, seria a passagem para o âmbito interno da dupla articulação, fundamentando-se na superexploração da força do trabalho. A categoria da superexploração, constituída na essência mesma do capitalismo dependente, é a contradição fundamental que expõe o movimento e a forma característica sob a qual o capital se reproduz na região.

Esta categoria, ainda que apoiada nas contribuições do estudo da economia política presente n' *O Capital*, dá um passo adiante ao propor um tipo particular de exploração do trabalho. Para Ruy Mauro Marini, a peculiaridade que o sistema capitalista impõe aos países dependentes se exprime nessa forma particular da exploração da força de trabalho, que se dá a partir de três características:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento do mais-valor, logrado através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se pode dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento do mais-valor absoluto em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia que assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal, pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, no fundo de acumulação de capital', implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente [...]. Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 1982, p. 38-40,

tradução nossa).

Diante do desenvolvimento da economia dependente em função do mercado mundial, a burguesia local buscou compensar a transferência de valor, isto é, a expropriação de parte do valor produzido na região, através da superexploração da força de trabalho. Sob outra perspectiva, isto equivale a dizer que, a realização da produção latino-americana encontra-se na exportação em detrimento do consumo interno. Esse fato não é aspecto de menor importância. Marini lembra que o consumo dos trabalhadores representa “um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo de circulação”<sup>64</sup> (1982, p. 51, tradução nossa). Como a

---

<sup>64</sup> Sobre a cisão entre produção e circulação, Marini observa que:

“Opera-se assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, é dizer, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias”. Ruy Mauro Marini. *Dialéctica de la dependencia*, 1982, p. 50, tradução nossa.

Sobre o consumo do trabalhador Cf. Karl Marx. *O Capital. op. cit.*

Na introdução dos *Gundrisse*, Marx indica a importância da relação geral entre produção, distribuição, circulação (troca) e consumo, facilitando a compreensão das consequências em se realizar a produção somente no âmbito externo:

“[...] a produção é imediatamente consumo e o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu contrário. Mas tem lugar simultaneamente um movimento mediador entre ambos. A produção medeia o consumo, cujo material cria, consumo sem o qual faltar-lhe-ia o objeto. Mas o consumo também medeia a produção ao criar para os produtos o sujeito para o qual são produtos. Somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento<sup>1</sup>. [...]. Sem produção, nenhum consumo; mas, também, sem consumo, nenhuma produção, pois nesse caso a produção seria inútil. O consumo produz a produção duplamente: 1) na medida em que apenas no consumo o produto devém efetivamente produto. [...]. 2) na medida em que o consumo cria a necessidade de nova produção, é assim o fundamento ideal internamente impulsor da produção, que é o seu pressuposto. [...]. Se é claro que a produção oferece exteriormente o objeto do consumo, é igualmente claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade. [...] do lado da produção, que ela 1) fornece ao consumo o material, objeto. [...]. 2) Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. [...] Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. [...] A produção cria, portanto, os consumidores. 3) A produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material. [...]. A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. [...] Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a *disposição* do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade”. Karl Marx, *Gundrisse*, op. cit., p. 46-7.

economia latino-americana formou-se com base na exportação - uma herança direta do período colonial, não podemos esquecer -, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Apresenta-se aí o caráter social desta situação já que, como consequência, a tendência do sistema produtivo será o de superexplorar a força de trabalho sem a preocupação de repô-la – o que foi possível e amplamente utilizado por conta da ampla reserva de mão de obra presente e pronta para substituir os braços cansados.

Como pudemos ver, a inserção subordinada das economias locais no comércio internacional, forjou um processo de transferência de valor, baseado especialmente no intercâmbio desigual, que as obrigou a especializar-se na produção de matérias-primas e alimentos voltadas para a exportação. Estão aí as bases de uma formação social de produção capitalista que acentua as contradições próprios deste sistema e que, ao fazê-la, configura uma situação particular de relação de produção, ancorada na superexploração do trabalho e que, portanto, cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em forma ampliada a própria dependência. Sacrifica-se o consumo individual do trabalhador, diminuindo a demanda interna e consolidando a exportação como única via de realização da produção, o que por outro lado, contrasta com a demanda por manufaturas importadas por parte das burguesias locais em um primeiro momento, e pelas camadas médias posteriormente. Esta contradição explica a formação de um mercado interno específico, cindido entre a “baixa circulação” e a “alta circulação”, incidindo “de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente” (MARINI, 1982, p. 54-5, tradução nossa).

Pode-se dizer que, uma vez mais, Florestan Fernandes captou bem o movimento do capitalismo dependente:

Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De

fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas. (FERNANDES, 2009, p. 52).

Com efeito, os “dinamismos econômicos externos e internos não teriam razão de ser (nem motivariam econômica, social e politicamente os agentes econômicos) se não existisse a perspectiva da sobreapropriação capitalista” (FERNANDES, 2009, p. 60). Diante dessa realidade, Fernandes não hesita em afirmar:

Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas. (FERNANDES, 2014, p. 251).

O capitalismo, tal qual se apresenta na América Latina, enquanto uma configuração diversa das formações clássicas, formação particular, enquanto capitalismo dependente, deve ser estudado como um movimento contraditório em processo. Uma dialética que nega, a todo instante, as possibilidades de uma sociabilidade diversa, favorável a grande maioria de suas populações. As reconfigurações de suas estruturas internas não significam de nenhuma maneira sua superação, ao contrário, supõe configurações sociais históricas que se modificam aprofundando a dependência.

## 2.2 - A PERIODIZAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Se tutto deve rimanere com'è, è necessario che tutto cambi.  
Giuseppe di Lampedusa.

Embora se possa dizer que, desde o período histórico colonial, haja uma continuidade na situação de subordinação dos países latino-americanos em relação ao centro, é somente a partir do período que corresponde a

independência formal dos países da região e a revolução industrial na Europa, que as relações da América Latina com o centro capitalista europeu foram adquirindo uma estrutura definida, sendo, “a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento ulterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência”<sup>65</sup> (MARINI, 1982, p. 18, tradução nossa).

Detectada a gênese do capitalismo dependente<sup>66</sup>, convém dar um passo atrás para entender o método que possibilita apreender o movimento histórico do fenômeno da dependência, afim de periodizá-lo. Compete, nesse sentido,

---

<sup>65</sup> A delimitação histórica feita por Ruy Mauro Marini sobre o momento de surgimento da dependência, diverge daquela elaborada por Theotonio dos Santos (2011; 1978) e por André Gunder Frank (1970; 1978), que concebem a existência de um período de *dependência colonial*. Ao nosso ver, utilizar o conceito de dependência ao lado do conceito de colônia acaba esvaziando o primeiro, já que a situação colonial contém em si e extrapola a dependência. Apesar de não haver espaço e nem ser o objetivo deste trabalho, convém qualificar a diferença do período colonial. Nesse sentido, Florestan Fernandes diz que:

“O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado ‘antigo sistema colonial’. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político. Os colonizadores eram submetidos à vontade e ao poder das Coroas de Espanha e Portugal, às quais deviam, como vassallos, obediência e lealdade. Essa identidade de interesses, das Coroas e dos colonizadores, sofreu várias rupturas. Não obstante, permitiu tanto o endosso dos interesses dos colonizadores pelas Coroas como, inversamente, uma orientação de valores pela qual os colonizadores agiam em benefício dos interesses das Coroas. [...]. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores”. Florestan Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 2009, p. 22-3.

Por outro lado, enfatizando a diferença entre a dependência e o período colonial, Marini coloca a questão da seguinte maneira:

“Entretanto, e aí reside a debilidade do trabalho de Frank, a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguilhem, ‘o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento’. A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade. No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho”. Ruy Mauro Marini. *Dialéctica de la dependencia*, op. cit., p. 19-20.

<sup>66</sup> É por essa chave que se pode entender o interesse inglês na independência dos países latino-americanos, em especial na América espanhola, expresso na famosa declaração de Lord Canning:

“A América espanhola é livre; e se não administrarmos incorretamente nossos negócios, ela será inglesa”. D. A. G. Waddell. *A política internacional e a independência da América Latina*. In: Leslie Bethell. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, v. III, 2014, p. 253.

estudar os nexos que unem a estrutura dependente ao processo histórico, a relação entre estrutura e história, isto é, o método histórico-estrutural. De acordo com Fernando Henrique Cardoso:

Em primeiro lugar, na referência à análise histórico-estrutural há um conjunto complexo de supostos sobre o que seja estrutura, história e a relação entre ambas. Como em qualquer outra perspectiva que utilize a noção de estrutura, se assume que as relações entre as classes, os grupos e as instituições obedecem a regularidades, possuem uma certa rigidez e são articuladas. Entretanto (e também isto é óbvio), as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social. Por consequência, são vistas, ao mesmo tempo, como *processos*. Noutras palavras, são historicamente repostas num movimento que altera sua conformação presente. (CARDOSO, 1976, p. 375).

Vânia Bambirra, nessa mesma direção, justifica o sentido e a utilização da abordagem histórico-estrutural como método que dê conta do estudo histórico das particularidades encarnadas nas sociedades latino-americanas.

Usamos esta expressão com o objetivo de adequar a metodologia criada por Marx ao enfrentamento do estudo da problemática das sociedades dependentes latino-americanas, isto é, para tratar de explicar as leis de movimento de estruturas específicas, historicamente condicionadas. É por isso que acreditamos que a expressão histórico-estrutural é adequada, pois o nível de análise que pretendemos desenvolver, embora não se limite a nenhum país em particular, situa-se num nível muito mais concreto que o nível de análise sumamente abstrato realizado por Marx em *O capital*. (BAMBIRRA, 2012, p. 41).

Nesse sentido, Cardoso sugere que:

A ideia de que existe uma explicação histórica-estrutural tem a ver com o processo de formação das estruturas e, simultaneamente, com a descoberta das leis de transformação dessas estruturas. Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também, como se viu acima, passíveis de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural), alternativas novas vão-se abrindo à prática histórica. Neste sentido, o objeto da análise não se reifica em *atores*, mas se dinamiza em conjuntos de *relações sociais*. (CARDOSO, 1976, p. 376).

Para Cardoso, a estrutura é conformada pela dinâmica das relações sociais e tem sua própria lei de transformação a partir da prática histórica; prática que é política, econômica e cultural. Ao conjugar esses aspectos (político, econômico e cultural), por outro lado, o autor aumenta o grau de complexidade da análise histórico-estrutural. Faltando algum desses elementos explicativos, a historicização tende a perder o seu alcance explicativo.

Em feito, a abordagem histórico-estrutural, consiste em “um método que

requer a reconstituição da ‘história das relações estruturais’ e que, ao fazê-la, reproduz teoricamente a interação assinalada anteriormente entre o conceito e a prática” (CARDOSO, 1976, p. 376).

A análise do fenômeno da dependência, por certo, já carrega em si uma abordagem histórico-estrutural na medida em que, o capitalismo dependente, mesmo quando apreendido em um determinado momento, não é estanque, mas ao contrário, é o resultado de um processo socialmente constituído através de múltiplas determinações que se impõem em um dado momento. É nesta direção que se pode compreender a célebre frase de Karl Marx, em *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*: “os homens fazem a sua própria história”, diz Marx, “contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (2012, p. 25).

A complexidade de apreender esse fenômeno histórico<sup>67</sup> consiste, sobretudo, em que tais determinações (econômicas, políticas, sociais e culturais) são oriundas da dupla articulação (aqui entendida como a situação de dependência e a estrutura dependente), em que ambas carregam em si o problema concreto da luta e dos interesses de classes em nível internacional e local, tendo a dominação burguesa enquanto síntese dessa interação, como um terceiro elemento.

Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectiva: por um lado, considerar em sua totalidade as ‘condições históricas particulares’ – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que ‘põem em marcha’ as sociedades em desenvolvimento”. (CARDOSO, 2011, p. 33).

De acordo com esse segundo ponto, Cardoso assinala os aspectos que podem ser tomados como fio condutor da análise histórico-estrutural:

Através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação, o processo de mudança deixa de apresentar-se como resultado de fatores ‘naturais’ – isto é, independentes das alternativas históricas – e começa a perfilar-se como um processo que nas tensões entre grupos

---

<sup>67</sup> A complexidade de apreender tal fenômeno será aprofundada adiante, quando for tratada diretamente a questão da periodização.

com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos. (CARDOSO, 2011, p. 34).

Sendo assim, convém entender *como* e *por que* se forjam as diversas modalidades de conflitos, tensões, de compromissos, combinações, de articulações ou ainda mesmo de acomodações entre os “interesses capitalistas ‘nacionais’ e ‘estrangeiros’”, sejam eles “convergentes e divergentes, mais ou menos *conservadores* e mais ou menos *liberais*, variavelmente compartilhados pela ‘grande’, ‘média’ e ‘pequena’ burguesias [...]” (FERNANDES, 2014, p. 354-355).

A análise da situação de dependência, da estrutura dependente e dos interesses dominantes daí derivados, exige uma reflexão que explique a dependência em suas dimensões histórica, econômica, sociológicas e políticas. Fernando Henrique Cardoso, é verdade, aponta o caminho pelo qual o método histórico-estrutural deve apreender a multiplicidade de fatores complexos contidos na dependência. Contudo, passando da questão de método para o estudo da dependência em seu caráter histórico e geográfico (tipológico), o autor tem dificuldade em determinar o âmbito econômico de uma maneira mais precisa, não obstante ser sobre este que se desenvolve sua análise sociológica. Nesse sentido, de acordo com as críticas de Bamberger, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto:

[...] o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um ‘marco’ muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na ‘ação dos diversos grupos’, entendida sob o ponto de vista sociológico. Pois bem, o âmbito econômico, ao ser considerado apenas como um marco estrutural em sentido genérico, não permite revelar, em toda sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e classes sociais que atuam em função de interesses econômicos objetivos, cuja imposição exige a luta pela hegemonia política. Somente a existência desses interesses pode revelar o sentido da ação política e sociológica dos atores, que se manifesta muitas vezes em movimentos sociais aparentemente difusos e incoerentes. [...]

Desta forma, é como se estivéssemos vendo um conjunto de dança e percebendo seus movimentos, mas sem poder escutar o som que dá sentido e nexos a suas evoluções. Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada. Assim,

pelas deficiências no âmbito da análise econômica<sup>68</sup>, a análise política e sociológica acaba sendo muito limitada. (BAMBIRRA, 2012, p. 49-50).

Assim, as inconsistências apontadas no trabalho de Cardoso e Faletto revelam uma questão fundamental, a saber, a centralidade do âmbito econômico na análise da estrutura em processo - no método histórico-estrutural - para revelar o sentido dos interesses dominantes, isto é, apresentar a música que dá sentido para a evolução do conjunto da dança. Tendo isso em vista:

[...] podemos dizer que as formas históricas da dependência estão condicionadas por:

1. As formas básicas da economia mundial, que têm suas próprias leis de desenvolvimento;
2. o tipo de relações econômicas dominantes nos centros capitalistas e os modos como se expandem para o exterior;
3. os tipos de relações econômicas existentes no interior dos países que se articulam na condição dependente, no seio das relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista. (DOS SANTOS, 1978, p. 310, tradução nossa).

Pode-se dizer que os dois primeiros pontos apresentados por Theotônio dos Santos condizem com a situação de dependência (condicionante), enquanto o terceiro ponto à estrutura dependente. Desse modo, a periodização da dependência só pode ser captada se tomada em seu conjunto.

Um bom exemplo de que o descompasso na análise dessa dupla articulação pode recair em uma periodização que não capte a totalidade de cada momento, pode ser visto em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*<sup>69</sup> (2009), de Florestan Fernandes. O autor, nesse livro, faz um determinado tipo de periodização que acaba concedendo demasiado peso à situação de dependência, ao primeiro ponto (a economia mundial) e, especialmente, ao segundo ponto mencionado anteriormente, a relação econômica dominante nos países centrais. O autor, por outro lado, dá atenção para a questão da economia de uma maneira mais cuidadosa que Cardoso, o que o possibilita captar de maneira mais acurada os impactos internos.

---

<sup>68</sup> Essa deficiência irá repercutir na classificação tipológica dos países latino-americanos, feita por Cardoso e Faletto.

<sup>69</sup> Especificamente no capítulo 1: Padrões de Dominação Externa na América Latina. Florestan Fernandes. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, op. cit.

É verdade que abordar a América Latina através de uma periodização que priorize um padrão externo, acaba facilitando uma certa homogeneização da região, ao enfatizar as transformações e os fluxos vindos do exterior. Nesse sentido, diz o autor:

Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança de natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. (FERNANDES, 2009, p. 21).

Entretanto, esse tipo de periodização perde de vista, ou melhor, não capta em todo seu enredo, justamente, a estrutura da dependência (o âmbito interno da dupla articulação) – seja ela mais ampla, tratando da América Latina em conjunto, ou mais delimitada, blocos de países ou países específicos.

Para ilustrar a dificuldade de apreender as especificidades internas das diversas fases do capitalismo dependente, a partir de uma abordagem que prioriza um padrão de dominação externa, convém recorrer à própria periodização feita pelo autor nesse texto: 1) antigo sistema colonial, que foi “experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos” (FERNANDES, 2009, p. 22); 2) período neocolonial, surgido a partir da desagregação do sistema colonial, foi vigente por “quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX” (2009, p. 24); 3) período de dominação externa imperialista, em que “o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica” (2009, p. 26), de modo que este terceiro tipo de dominação externa surgiu “como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa”, em que os “padrões existentes de dominação externa tornaram-se evidentes após a quarta ou quinta década do século XIX e converteram-se numa realidade inexorável nas últimas quatro décadas daquele século” (2009, p. 25-26); 4) período do imperialismo total, padrão de dominação externa então em vigor, que “surgiu recentemente [final da década de 1960 e começo da década de 1970], em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos” (2009, p. 27).

Como se vê, esse modelo de periodização pouco consegue sintetizar e expor as condições internas da dependência em vinculação com as externas,

isto é, a situação de dependência e a estrutura dependente, já que mira e apresenta o interno a partir das condições externas<sup>70</sup>. Com efeito, Fernando Henrique Cardoso já observava que:

A complexidade da periodização a partir da teoria da dependência deriva da própria caracterização da situação de dependência, a qual supõe a articulação entre a economia mundial e as economias locais, entre a dominação internacional e a dominação de classe em cada país dependente. (CARDOSO, 1976, p. 377).

Nesse sentido, a construção de uma periodização da dependência precisa não somente dar a devida atenção ao âmbito econômico que, como foi dito por Vânia Bambirra, acaba iluminando os interesses de classe e as lutas que daí derivam, como também considerar adequadamente os três pontos indicados por Theotônio dos Santos que, segundo o autor (1978, p. 311, tradução nossa), condicionam “não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas”, isto é, “a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, ao mesmo tempo, sua estrutura social e política” – fator que deixa a análise mais complexa, conforme observa o próprio Cardoso. Pois bem, se é verdade que o método histórico-estrutural não se limita a reconstruir, enquanto síntese do pensamento, apenas as relações econômicas, mas engloba as relações sociais e políticas de uma determinada localidade em um determinado período, por outro lado, a questão

---

<sup>70</sup> O próprio Fernandes, desenvolve melhor a questão da periodização, dando a devida atenção ao fator interno, n’*A revolução burguesa no Brasil*. Diz o autor:

“Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilizações variáveis, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história”.

Nesse sentido:

“[...] dependência e subdesenvolvimento não foram somente ‘impostos de fora para dentro’. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana”. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, op. cit., p. 161; 262.

Apesar do autor estar preocupado em fazer uma periodização específica do desenvolvimento capitalista brasileiro, nos parece que essa linha de raciocínio pode ser válida para os demais países dependentes da região.

da economia, a partir dos três pontos indicados por Dos Santos, acaba se tornando o fio condutor que possibilita iluminar e tecer, simultaneamente, as demais relações constituídas.

Problematizada as principais questões, o método que melhor consegue apreender as diversas fases do capitalismo dependente e periodizá-lo, ainda que não considere devidamente todos os âmbitos<sup>71</sup>, é o *padrão de reprodução do capital*.

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas de produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua *encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram. (OSORIO, 2012, p. 40-1).

Se, por um lado, essa noção considera certas características que moldam as formas que o capital assume em determinado espaço, por outro lado, isso está diretamente referenciado aos condicionantes externos:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. *Isso permite historicizar a reprodução do capital* e diferenciar os padrões que se estabelecem. (OSORIO, 2012, p. 41).

Assim, para conhecer as faces que o capitalismo pode assumir em uma determinada sociedade, deve-se observar que, dentro de um determinado período histórico, existem setores e ramos que atraem uma maior quantia de investimento, constituindo-se no núcleo dinâmico da acumulação e reprodução capitalista. Analisando determinado período histórico, pode-se observar que o capital privilegia setores que, naquele momento, serão determinantes no seu processo de valorização.

Desse modo, a noção do padrão de reprodução do capital consiste na

---

<sup>71</sup> Esta é uma lacuna que não foi devidamente observada e tampouco solucionada. No entanto, não nos dedicaremos à esta tarefa neste trabalho, deixando aqui registrado que há de se avançar, todavia.

periodização do movimento repetitivo de valorização do capital, levando em conta o eixo dinâmico da acumulação capitalista em uma determinada região, país, etc. Como podemos ver, é uma periodização que recorre ao método histórico-estrutural, tendo como fio condutor o movimento do capital - orientado por interesses bem definidos: a valorização do valor –, ainda que este suponha as relações sociais, políticas e culturais.

Para a apreensão do movimento da reprodução capitalista, surge a necessidade da incorporação de elementos como a:

[...] procedência do dinheiro investido (estatal, privado nacional ou privado estrangeiro); o tipo de máquinas e ferramentas que se empregam; os mercados em que se adquire; o nível de preparação requerido da força de trabalho; as formas de organização da produção (linhas de montagem, círculos de qualidade, trabalho domiciliar etc.); os valores de uso que se produzem; a quais mercados correspondem (bens-salário, bens suntuários ou bens de capital); as economias a que se dirigem os produtos; a mais-valia, o lucro e sua repartição (quanto regressa às matrizes como lucro, quanto é pago por tecnologias e patentes, quanto fica na economia local etc.); entre outros pontos relevantes. (OSORIO, 2012, p. 46-7).

O padrão de reprodução do capital engloba todos estes aspectos mencionados, mas o faz sempre historizando-os, o que permite esclarecer dois aspectos: a) as razões pelo qual o capital se valoriza assumindo um determinado formato, priorizando a produção de determinados valores de uso, num determinado período, configurando, assim, diferentes formas capitalistas. “Não dá no mesmo valorizar o capital produzindo salsichas e produzindo canhões, assinala Marx, para enfatizar que o valor de uso de valorização define as características do capitalismo que será gerado” (OSORIO, 2012, p. 46). Daí decorre-se que o capital produtivo de um e outro são diversos, como diverso é o mercado de consumo, bem como as políticas econômicas estatais originadas como consequência. Em outras palavras, um país que baseia sua economia na produção bélica, sustentará um mercado de consumo para seus produtos, estimulando conflitos armados, repressão policial interna, etc.; b) os processos de emergência, auge e declínio de determinado padrão de reprodução. Isto supõe analisar as razões econômicas e políticas, ou seja, analisar projetos “de classe de determinados setores do capital”, que “se convertem em eixos de acumulação em cada caso” e “projetos de classe de outros setores do capital” que passam, por sua vez, a ocupar “lugares subordinados” (OSORIO, 2012, p. 45). Tais projetos, por seu turno, influem diretamente na sociabilidade das

classes dominadas, de modo que, de acordo com o projeto de reprodução do capital adotado em determinada sociedade, tem-se uma agressividade maior ou menor em relação ao mundo do trabalho.

São, portanto, estes dois aspectos da “historicização da reprodução do capital” que possibilitam “contar com melhores ferramentas para compreender a dinâmica dominante, econômica e política, em tempos específicos, e *o terreno em que se desenvolvem os conflitos classistas*” (OSORIO, 2012, p. 45).

Em suma, para “que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas por meio da repetição” (2012, p. 70). Nessa linha, cada “padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige” (OSORIO, 2012, p. 73).

Cabe, portanto, indicar os padrões de reprodução de capital na América Latina, atentando brevemente que, não obstante cada um dos padrões serem diferenciados pelo fato de indicarem os setores do capital que se convertem no dínamo da reprodução capitalista naquele período delimitado, é importante perceber que esses setores do capital continuam existindo enquanto frações importantes da burguesia quando já não são mais os polos dinamizadores, isto é, quando passam a estar submetidos aos novos setores que ocupam seu espaço como núcleo de acumulação do novo padrão<sup>72</sup>.

Enfim, se a observação de um determinado ciclo do capital pode ser comparada com a análise de uma foto, de uma imagem, o padrão de reprodução do capital consistiria na análise sequencial de diversas fotos, configurando-se um filme que permite identificar as regularidades de um determinado bloco

---

<sup>72</sup> “Em geral, pode-se observar que traços do padrão primário-exportador atravessam a reprodução do capital na região desde o século XIX até nossos dias, no século XXI. Na primeira etapa, como padrão dominante; posteriormente, com tais traços subordinados aos novos padrões existentes, readequando-se às novas condições. Assim como ocorre no México, que segue exportando prata, petróleo e hortaliças, em plena marcha do padrão exportador de especialização produtiva, com automóveis, aparelhos de televisão, motores de combustão interna etc. Ou no Chile, que, junto com polpa de madeira, farinha de peixe, uvas e outras frutas e madeiras, mantém a exportação de cobre (refinado e sem refinar) em um nível significativo e, em um nível muito mais abaixo, também a do ouro”. Jaime Osorio. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce (Org.). *Padrão de reprodução do capital*, 2012, p. 78.

histórico, com sua rigidez, fluidez e articulações.

### 2.2.1 – PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Tendo em conta a observação de Ruy Mauro Marini sobre a gênese da dependência, com início a partir da independência formal dos países latino-americanos, Jaime Osorio identifica três padrões de reprodução do capital e suas fases de transição ao longo da história.

Tabela 1 - Padrões de reprodução do capitalismo dependente:

<b>Padrão de reprodução dominante</b>	<b>Período que abrange</b>
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: OSORIO, Jaime. O padrão de reprodução do capital, 2012, p. 78.

Cada um desses padrões (e suas subetapas) tem sua lógica interna de reprodução. Entretanto, deve-se considerar que eles fazem parte de um movimento mais geral, o do sistema mundial capitalista, de modo que sua análise deve integrar-se aos processos que marcam o curso de tal sistema, das etapas que vão tendo curso e da lógica que rege cada uma de suas periodizações. O particular da análise não deve separar-se, então, dos processos gerais do qual faz parte. (OSORIO, 2012, p. 79).

Como podemos ver, fica patente que a dupla articulação, está presente na noção de padrão de reprodução do capital.

Isso implica assumir as características que o processo mundial de acumulação de capitais apresenta, bem como a forma heterogênea que dela deriva, no que diz respeito à geração de centros, semiperiferias e periferias ou de centros imperialistas e regiões e nações dependentes e dos movimentos e relações que se produzem no processo histórico entre essas unidades inter-relacionadas. (OSORIO, 2012, p. 79).

Aqui, estão considerados devidamente os três aspectos apontados por Theotonio dos Santos: o sistema capitalista mundial, supondo a divisão internacional do trabalho que este engendra; a expansão das relações capitalistas dominantes (imperialistas), ambos aparecendo como a situação de dependência (âmbito externo); até chegar nas relações específicas que se constituem nos países dependentes ou em grupos destes países, a estrutura dependente (o âmbito interno).

No entanto, Osorio alerta que:

Há de se considerar que tratar de um padrão que adquire formas em diversas economias (por exemplo, o padrão agromineiro exportador) revela traços gerais e comuns. Entretanto, é necessário diferenciar as especificidades com que tal padrão se desenvolve nas diversas formações econômico-sociais. O padrão agromineiro exportador, para continuar com o mesmo exemplo, não teve as mesmas características na Argentina, na Bolívia ou no México. Os valores de uso produzidos em cada um desses casos, suas implicações para dinamizar ou não manufaturas locais ou o tipo de propriedade sobre os principais gêneros de exportação (economias de enclave ou de controle nacional, para assumir a distinção estabelecida por Cardoso e Faletto) e suas repercussões na estrutura de classes e no Estado são elementos que permitem diferenças “nacionais” dentro de um mesmo padrão de reprodução do capital. Em poucas palavras, a busca de tendências e traços gerais não deve supor a perda de capacidade para dar conta das particularidades. (OSORIO, 2012, p. 80).

A passagem dos traços mais gerais e comuns do padrão de reprodução do capital na região para as especificidades geradas nos diversos países ou grupo de países, é um problema concreto que a pesquisa mais especializada deve enfrentar. Em outras palavras, o caráter espacial da dependência na região deve ser levado em conta em uma análise de casos concretos<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Introduzindo a reflexão sobre a questão dos tipos de formações sociais dos países da região, Vânia Bambirra observa que:

“Visando a esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República ou o Império, como no caso do Brasil -, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência”. Vânia Bambirra. *O capitalismo dependente latino-*

## 2.2.2 – PADRÃO AGROMINEIRO EXPORTADOR

Como já foi sugerido de passagem anteriormente, pode-se afirmar que o surgimento da grande indústria moderna teria enfrentado fortes empecilhos, caso não tivesse contado com os países dependentes. Marini explica a inserção da América Latina e o seu papel diante do centro capitalista da seguinte maneira:

[...] a classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter lugar se não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados em forma considerável pelos países latino-americanos. Isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (MARINI, 1982, p. 21, tradução nossa).

Continuando com o raciocínio, é importante notar que a participação latino-americana no mercado mundial não se resumiu meramente em fornecer matérias-primas e meios de subsistência. Esse papel na divisão internacional do trabalho era apenas aquele que estava mais à vista.

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá a que o eixo de acumulação econômica industrial se mova da produção de mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, isto é, que a acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite a região coadjuvar à esta mudança qualitativa nos países centrais, se dará fundamentalmente com base na maior exploração do trabalhador. É este o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]. (MARINI, 1982, p. 23, tradução nossa).

Se o eixo de acumulação industrial, impulsionado pela transformação das condições técnicas de produção, se move para a produção de mais-valor relativo, isto contém algumas implicações das quais Ruy Mauro Marini se atém. Para os capitalistas, o aumento de produtividade por si só, não assegura o mais-valor relativo, já que o aumento da produtividade do trabalho garante a produção de mais produtos no mesmo tempo que antes, porém não transfere mais valor

---

*americano*, 2012, p. 41.

ao produto. Em realidade, isto permite ao capitalista de um setor industrial específico reduzir o valor individual da sua mercadoria em relação às condições gerais de produção, “obtendo assim um mais-valor superior à de seus competidores – ou seja, um mais-valor extraordinário” (1982, p. 24, tradução nossa). Segundo observa Carlos Eduardo Martins, esta busca pelo mais-valor extraordinário dinamiza a incessante busca pela acumulação de capital, respondendo diretamente pela introdução do progresso técnico (2011).

Por um lado, esta condição significa uma alteração na repartição do mais-valor entre os capitalistas de um determinado segmento e, por consequência, traduz-se em um lucro extraordinário, mas por outro lado, este aumento da produtividade não modifica o grau de exploração do trabalhador naquele determinado setor, ou seja, não incide na taxa de mais-valor<sup>74</sup>. Além do mais, é importante ter em conta que, quando a técnica que permitiu o aumento da produtividade de um capitalista se dissemina para os outros capitalistas daquele determinado setor, aumenta-se tão somente a massa de produtos produzidos, de sorte que “o valor social da unidade do produto se reduziria em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento do mais-valor, senão que sua diminuição” (MARINI, 1982, p. 25, tradução nossa).

Fica claro, a partir dessa reflexão, que a variação na taxa de mais-valor se refere diretamente ao grau de exploração da força de trabalho: a relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário e o tempo de trabalho excedente. Neste caso, somente o aumento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário, pode alterar a taxa de mais-valor favoravelmente ao capitalista. Para isso, é primordial que se reduza o valor social das mercadorias que compõe os

---

<sup>74</sup> Sobre a questão da massa e da taxa de mais-valor Marx diz que:

“Se, por exemplo, o trabalho necessário é de 6 horas diárias, expressas numa quantidade de ouro de 3 xelins = 1 táler, então o táler é o valor diário de uma força de trabalho ou valor do capital adiantado na compra de uma força de trabalho. Se, além disso, a taxa de mais-valor é de 100%, esse capital variável de 1 táler produz uma massa de mais-valor de 1 táler, ou o trabalhador fornece diariamente uma massa de mais-trabalho igual a 6 horas”. Karl Marx, *O capital*, op. cit., p. 175.

Neste sentido, a determinação da taxa de mais-valor está dada no grau de exploração do trabalho, ou seja, na “relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valor) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente de seu salário)”. Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, op. cit., p. 25, tradução nossa).

bens-salário – aqueles necessários para a reprodução da força de trabalho -, o que diminui o tempo de trabalho socialmente necessário. O mais-valor relativo, portanto, está ligado à desvalorização dos bens-salário (o que a produtividade normalmente contribui, ainda que não seja o fator determinante).

E é neste sentido que a roda da economia mundial se desenvolvia e na qual a América Latina se inseria decisivamente. A região provia os meios de subsistência ao centro capitalista, contribuindo decisivamente para a diminuição “do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valor cada vez mais elevadas” ou, para dizer de outra forma, “mediante sua incorporação no mercado mundial de bens de salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento do mais-valor relativo nos países industriais” (MARINI, 1982, p. 27, tradução nossa).

Pois bem, o papel da América Latina, que se torna independente em um cenário de Revolução Industrial, está dado: exportar meios de subsistência e diminuir o valor dos bens de salário dos operários das indústrias do centro. No entanto, a inserção latino-americana na dinâmica do modo de produção dos países centrais é contraditória. “O crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação ainda mais notável de sua produtividade”, que resultam da revolução industrial e do surgimento da grande indústria, “levaram a que a massa de matérias primas voltada para o processo de produção aumentasse em maior proporção” (MARINI, 1982, p. 22, tradução nossa), conforme observou Marx<sup>75</sup>. Com efeito, com o aumento do mais-valor relativo acompanhado efetivamente de uma maior produtividade, cai o valor do capital variável em relação ao constante, que se incrementa. Por esta perspectiva, o capitalista se apropriaria do lucro do mais-valor produzido. Porém, como a taxa de lucro é fixada em relação ao capital total *adiantado* (salário, instalações, máquinas, matérias primas etc.), o resultado do incremento do mais-valor – neste

---

<sup>75</sup> Marx se refere a exigência do aumento mais que proporcional das matérias-primas da seguinte maneira:

“[...] com a parte variável também tem de crescer a parte constante do capital, e não só o volume das condições comuns de produção, como instalações, fornos etc., mas também (e principalmente) a matéria-prima, cuja demanda cresce muito mais aceleradamente do que o número de trabalhadores”. Karl Marx, *O capital, op. cit.*, p. 433.

caso em que se eleva o valor do capital constante na produção, inclusive pelo aumento mais que proporcional da massa de matérias primas – tende a ser a queda da taxa de lucro.

Essa contradição é contraposta tanto com a orientação de se aumentar ainda mais o mais-valor, como com a indução de uma baixa no valor do capital constante mesmo. É justamente neste segundo ponto que, mais uma vez, entra em cena o papel da América Latina, ofertando matérias-primas industriais. Sendo assim, mediante o aumento da exportação desses produtos - cada vez mais baratos no mercado mundial -, a região contribui de uma só vez para o aumento quantitativo da produção capitalista nos países industrializados e para a superação da contradição surgida posteriormente.

Em suma, durante um século “a vida econômica do país gira ao redor de uma grande roda mestra que é o comércio exterior”, como observara um ministro da fazenda argentino quando esta roda de repente parou, depois de 1930. Vale dizer que não somente toda a estrutura produtiva, mas também toda a “política de desenvolvimento” – taxação impositiva; monetária e de câmbio desvalorizados; de incorporação de novas terras à produção e de sua repartição entre grandes proprietários; imigração de nova mão de obra; salarial; portuária, ferroviária e de provimento de outra infraestrutura; industrial; etc. – da burguesia argentina determinou-se em função de seu interesse de descansar sobre esta roda mestra que desenvolveu o subdesenvolvimento atual da Argentina, de seu vizinho Uruguai e da América Latina em geral. (FRANK, 1970, 65).

### 2.2.3 – PADRÃO INDUSTRIAL<sup>76</sup>

De início, podemos entender o processo de industrialização mais

---

<sup>76</sup> Como o objetivo de resgatar os blocos históricos da dependência – sua periodização – consiste em apontar os traços mais gerais, não nos aprofundaremos na diferenciação das duas etapas do Padrão indústria: a) a etapa internalizada e autônoma; b) e a etapa de integração ao capital estrangeiro, propostos por Jaime Osorio.

Em nossa perspectiva, a divisão realizada por Osorio, em duas etapas, pode confundir o leitor ao propor uma etapa internalizada e “autônoma”. Como veremos, mesmo no período que, grosso modo, se estende da Primeira Guerra Mundial até 1955, não existe uma autonomia plena, mas uma certa independência limitada. O processo de substituição de importação, por outro lado, não significou uma etapa internalizada, mas sim a troca na pauta de importação para maquinários – e, por conseguinte, o aprofundamento (ou a mudança qualitativa) da dependência. De todo modo, não temos espaço aqui para aprofundar nesse debate, deixando registrado a insuficiência na nomenclatura e, talvez, no caráter que determina a divisão nessas duas etapas.

Para o nosso propósito, basta assinalar que ambas as fases carregam diferenças, que existe uma certa descontinuidade, que está inserida no Padrão industrial.

intensivo em diversos países da região, durante a segunda década do século XX, observando como a “primeira guerra mundial deu às econômicas dependentes da América Latina uma trégua com respeito ao capital e o comércio exterior, tanto como de outros laços com a metrópole”. Foi a partir de então, que “os latino-americanos impulsionaram seu próprio desenvolvimento industrial, principalmente pelo mercado interno de bens de consumo” (FRANK, 1970, p. 86, tradução nossa), constituindo a fase de industrialização internalizada.

Contudo, com o fim da I Guerra Mundial, as indústrias metropolitanas, principalmente a norte-americana, trataram de penetrar naquelas regiões em que o processo de industrialização teve início, substituindo e desnacionalizando a indústria local. A situação se inverte novamente com a crise econômica de 1929 que, “contrariamente à teoria do comércio internacional, mas de acordo com os precedentes históricos, reduziu fortemente o capital estrangeiro, assim como o comércio”, e, como consequência, a própria “transferência de recursos de investimento dos satélites para a metrópole” (FRANK, 1978, p. 286, tradução nossa). Esta era a situação de dependência que se estendeu até o pós-Segunda Guerra Mundial, mais especificamente, em 1953, com o fim da Guerra da Coréia, e em 1955, com a enorme escassez de divisas internacionais; divisas que o processo de “industrialização para dentro” tanto precisava para poder importar maquinários. Este período contínuo, de aproximadamente 25 anos – ainda que com idas e vindas no grau de dependência -, permitiu que surgissem condições para mudanças econômicas e políticas na América Latina, no qual o nacionalismo passou a ser hegemônico e sua política econômica proporcionou a “maior industrialização independente desde as décadas de 1830 e 1840, e possivelmente de qualquer tempo” (FRANK, 1978, p. 286, tradução nossa). Em suma:

O início da depressão modificou a tal ponto a arrecadação nacional e sua distribuição, que a estrutura institucional existente não pôde fazer frente aos necessários reajustes: em 1930 ou pouco depois ocorreram revoluções no Brasil, Argentina, Chile, Cuba e a revolução mexicana de 1910, que quase havia se detido, recebeu um novo impulso. [...]. Os interesses exportadores aliados com a metrópole, viram-se obrigados a entrar em coalizão com os, ainda débeis interesses industriais e (ao menos no Brasil) com os novos interesses regionais, incluídos pelo governo. [...]. Neste sentido, o afrouxamento dos laços econômicos coloniais com a metrópole e, em geral (ainda que não em Cuba), a relativa paralização da intervenção política imperialista, que a depressão metropolitana produziu na América

Latina, sentaram também as bases econômicas e políticas para novas alienações das classes e novos programas de industrialização. (FRANK, 1978, p. 87-8, tradução nossa).

Com efeito, não obstante a crise de 1929 - que marca o início de um período mais largo de um grau de situação de dependência menor - possibilitar um salto industrial em alguns países da região e até uma certa posição monopolista em âmbito interno, o fato é que a industrialização de determinados países dependentes da América Latina se desenvolve apoiada naquelas antigas bases. Isto é, a relação de produção baseada na superexploração do trabalho - que restringia a criação de um mercado interno - desembocou no surgimento de uma “indústria fraca” e dependente de “fatores externos” que, assim como no período anterior, se estruturou a partir das necessidades e exigências do mercado internacional e dos países mais desenvolvidos. Tal industrialização nascia de maneira complementar às indústrias avançadas, reproduzindo, em outro patamar, a dependência. Neste sentido, em um primeiro momento, o baixo nível tecnológico destas indústrias fez com que o preço da produção não se determinasse pela produtividade, mas sim pelo salário dos operários, de maneira que a burguesia industrial recorrerá ao:

[...] excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta experimenta (crise que obriga ao setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar aos salários no sentido da baixa. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial. (MARINI, 1982, p. 63, tradução nossa).

Impossibilitada de recorrer ao aumento da produtividade, a burguesia industrial dependente se abrigaria na conhecida e perversa fórmula que se acostumara. Assim, estariam dadas as bases para um novo ciclo de superexploração da força de trabalho, agora na economia industrial dependente.

Com a nova dinâmica da acumulação do capital em escala mundial, que teve início com a nova configuração da economia internacional do pós-Segunda Guerra, organizada sob a égide norte-americana<sup>77</sup>, através do Plano Marshall,

---

<sup>77</sup> “Um exame mais detido da economia do pós-guerra nos mostraria que os Estados Unidos conseguem estabelecer uma hegemonia indiscutida no sistema capitalista internacional, integrando-o sob sua dominação em um só sistema internacional. Contudo, mais importante nesse processo, é o fato de caracterizar-se por uma grande expansão de capital norte-americano a nível mundial e uma baixa relativa da exportação de bens dos Estados Unidos, como já vimos”. Theotonio dos Santos. *Imperialismo y dependencia*, 1978, p. 437.

se “iniciou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI, 2012, p.306). Nesse novo período, as burguesias industriais locais aprofundaram o processo de industrialização mediante o incremento da produtividade recorrendo à tecnologia externa – sendo essa a etapa de integração monopólica, de integração ao capital estrangeiro. Com efeito, a dependência tecnológica<sup>78</sup> surge como uma das principais características desse período.

[...] o principal limite produtivo do capitalismo dependente estaria na acumulação externa de capitais. Essa acumulação se manifesta no fato de que o setor I, produtor de bens de capita, é em grande parte externo a essa formação social e sua introdução se realiza por meio do investimento direto, financiamento externo<sup>79</sup> ou pelos saldos obtidos na balança comercial. (MARTINS, 2011, p. 243)

---

<sup>78</sup> “Esta política de investimento ‘estrangeiro’ – que se realiza predominantemente com capital latino-americano, como claramente assinala o senhor diretor da General Motors e do Departamento de Comércio dos E.U.A. – obedece a necessidade dos grandes monopólios ‘multinacionais’ que surgem das contradições do desenvolvimento imperialista mesmo, analisado por Baran e Sweezy, Magdoff e outros. Excederia o marco do nosso ensaio examinar esta problemática aqui, mas não podemos deixar de notar um dos seus elementos já enfatizados por Ruy Mauro Marini, que tem especial importância para definir ‘o novo caráter da dependência’, como denomina Theotonio dos Santos: Para poder manter seu rápido ritmo de desenvolvimento tecnológico e seu nível de utilidades monopolistas, as ‘empresas multinacionais’, se veem obrigadas a colocar seu equipamento recém tornado obsoleto mas ainda muito útil em alguma parte onde não compete com sua produção na matriz e ainda lhe proporciona utilidades; (ademais, a política governamental de conceder a estes monopólios liberais vantagens impositivas em matéria de depreciação e reposições alenta o mesmo processo); colocar este equipamento em suas subsidiárias na América Latina e outras regiões, onde sua instalação ainda significa ‘progresso tecnológico’. A esse respeito, um estudo sobre a indústria de bens de capital no Brasil faz notar que ‘as empresas estrangeiras se viram alentadas em suas operações ultramarinas pela possibilidade de empregar equipamento de segunda mão disponível a preços relativamente baixos, permitindo que o componente do equipamento de seu investimento lhes saíra a um custo de capital baixo. Todas as empresas estrangeiras do setor (de bens de capital) fizeram grande uso de equipamento usado que, caso contrário, teria sido descartado como obsoleto em suas fábricas matrizes... As empresas nacionais também fizeram grande uso de tal maquinaria dos países avançados, e quase todo seu grande equipamento se comprou de segunda mão’ (Leff a 26-7). O resultante crescimento ‘capital intensivo’ da indústria na América Latina não seria inconveniente por si só, se não trouxesse múltiplas consequências adicionais, algumas das quais podem resumir-se sob dependência tecnológica, ‘desenvolver’ bens e serviços que não alentam, mas freiam o desenvolvimento econômico e social, alienação do controle financeiro da economia nacional, ‘desenvolvimento’ e manutenção de instalações industriais ociosas, e a ilustração deste desenvolvimento do subdesenvolvimento na indústria automotriz, [...]”. André Gunder Frank. *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo: Dependencia, clase y política em Latinoamérica*, 1970, p. 113-4

<sup>79</sup> “Mas não se trata somente da combinação de dependência tecnológica e política governamental, mas da confabulação destas com o financiamento da produção e da comercialização dos bens e serviços gerados pela integração neodependente no desenvolvimento neoimperialista”. *Ibid.*, p. 115.

Ruy Mauro Marini entende que este processo representa um novo estágio na divisão internacional do trabalho, no qual os países dependentes passaram a absorver as etapas inferiores da produção industrial como, por exemplo, a siderurgia – anteriormente reservada às economias industriais clássicas -, que se generalizou a tal ponto que países como o Brasil começaram a exportar aço, “reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear, etc.)” (MARINI, 1982, p. 68-9, tradução nossa).

Nesta nova dinâmica, o avanço industrial dos países dependentes se deu de tal modo que, o pouco aumento da produtividade ocorrido através da intensificação do trabalho operário, combinou-se com a tendência à remuneração em proporção inferior ao seu valor real. Nesta linha, a “absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição do mercado interno, ao qual se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor”<sup>80</sup> (MARINI, 1982, p. 74, tradução nossa). Desta forma, renovou-se a relação de produção destas economias mantendo sua estrutura, de sorte que a industrialização dependente, ao perpetuar a restrição do consumo dos trabalhadores e da formação de um mercado interno dinâmico, manteve a cisão entre o consumo dos trabalhadores em bens-salário – baixa esfera de circulação - e o consumo por parte das camadas médias e da burguesia dependente na “esfera alta de circulação” ou consumo de bens suntuários.

A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores disruptivos que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 1982, p. 75, tradução nossa).

---

<sup>80</sup> Diante da necessidade de realizar uma massa cada vez maior de mercadorias que os países com as economias mais industrializadas da América Latina, especialmente o Brasil, vão se tornar subimperialistas.

## 2.2.4 – PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

O capítulo chega, nesta altura, ao padrão de reprodução do capital atualmente vigente na América Latina, qual seja, o padrão exportador de especialização produtiva<sup>81</sup>. Como o nome indica, este padrão se caracteriza, necessariamente, pelo fato de que a realização das mercadorias produzidas se dá no exterior, de sorte que nesta nova dinâmica a importância das exportações nas economias locais cresceram substancialmente. De acordo com Jaime Osorio, se em 1980 o peso das exportações na porcentagem do PIB da América Latina como um todo era de 10,3%, em 2000, o número chegaria à 19,9% e em 2007 à 23% (OSORIO, 2012, p.107).

É essencial ter em mente que a ascensão e consolidação deste novo padrão ocorre por conta do surgimento e consolidação do neoliberalismo no mundo<sup>82</sup>. Neste sentido, o capital estrangeiro exerceu um papel predominante na transformação e no direcionamento do padrão de reprodução do capital na região, através do investimento estrangeiro direto (IED), que em 1990 era de 14,9% e em 1996 já alcançava 37,8% do total mundial de IED (OSORIO, 2012, 108).

Somente entre 1998 e 1999, foi de 61 o número de empresas adquiridas e de licitações públicas superiores a 100 milhões de dólares vencidas pelo capital estrangeiro, totalizando 46,76 bilhões de dólares. E foi entre 1995 e 1998 que a banca mexicana passou praticamente inteira para as mãos do capital estrangeiro, assim como a área de telecomunicações no Brasil. [...]. A venda de empresas públicas e a centralização favorecida pela quebra ou enfraquecimento de empresas privadas locais em razão da crise dos anos 1980 permitiu, por sua vez, o fortalecimento de grandes capitais nacionais. Esses capitais privados nacionais e os estrangeiros, com um reduzido porém poderoso grupo de empresas estatais, constituem os principais dinamizadores do novo padrão exportador em andamento. (OSORIO, 2012, p. 109).

Neste sentido, Jaime Osorio explicita como a dependência se configura neste novo período histórico, observando que a especialização produtiva opera:

---

<sup>81</sup> Jaime Osorio faz um estudo do Padrão exportador de especialização produtiva a partir de cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Cf. Jaime Osorio, "América Latina: O novo padrão exportador de especialização produtiva". In: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce (Org.), *Padrão de reprodução do capital*, 2012.

<sup>82</sup> Nos parece que o trabalho de Osorio acaba enfatizando a especialização produtiva e deixando em segundo plano a ascensão e incidência do capital financeiro nessa nova etapa. Cf. Carlos Eduardo Martins. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, 2011.

[...] sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design [...]. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. [...]. Se no sistema mundial capitalista a soberania sempre foi objeto de uma distribuição desigual, mais forte nas economias centrais e mais débil nas regiões e economias periféricas, tal situação foi agudizada nas atuais condições de cadeias globais de direção transnacional, com elos e segmentos distribuídos pelo mundo. (OSORIO, 2012, p. 113).

Carlos Eduardo Martins, na mesma direção que Osorio, indica que a “integração é feita sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho que reespecializa esses segmentos”, direcionando-os “para a produção de *commodities*, bens de consumo e componentes industriais de valor agregado inferior ou médio” (MARTINS, 2011, p. 305). O autor ainda identifica algumas consequências da inserção do novo padrão de reprodução do capital das economias dependentes à economia mundial, sob hegemonia do neoliberalismo. Entre elas, “uma enorme transferência do patrimônio público e privado ao capital internacional e a geração de superávits comerciais para financiar uma parte do resultado negativo da conta corrente” (2011, p. 304).

Não é de se estranhar, com efeito, que, em sentido oposto às imensas remessas de lucro centralizadas nestes capitalistas, “os salários e as condições gerais de trabalho e de vida da maioria da população da América Latina assistam a uma drástica precarização” (OSORIO, 2012, p. 123).

Assim como na segunda metade do século XIX e no início do XX, o grande capital que opera na região está mais preocupado com o nível de vida da população dos mercados para onde exporta e com o poder de consumo dos trabalhadores que lá se encontram do que com os da população assalariada local. Para esse capital, os trabalhadores locais interessam mais como produtores do que como consumidores. (OSORIO, 2012, p. 124)

Em outras palavras, revelam-se, neste novo padrão de reprodução, velhos problemas apontados por Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Florestan Fernandes e André Gunder Frank, a saber, a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e a secular dificuldade na formação de um mercado interno. Convergindo com os pontos destacados, Martins atenta para o fato de que “os países dependentes e, em particular, no caso da América Latina, esse novo contexto da reprodução do capital acentua a

superexploração do trabalho e reforça as suas características mais agudas” (MARTINS, 2011, p. 303).

No entanto, na entrada do século XXI, surgem novas contradições que significam novos riscos para os países dependentes.

Na primeira década do século XXI, a reversão dos termos da troca propiciada pela demanda chinesa na economia mundial atuou como importante fator de sustentabilidade da arquitetura macroeconômica latino-americana. [...]. A vinculação da América Latina à economia chinesa apresenta importantes contradições: se inverte provisoriamente a deterioração dos termos de troca entre produtos básicos e manufaturados, aprofunda a primarização da pauta exportadora e cria uma janela de oportunidade que apresenta possibilidades e riscos [...]. (MARTINS, 2011, p. 314-15).

Jaime Osorio indica que, se no Brasil, em 1992 o percentual de jovens entre 15 e 24 anos que não trabalhava e tampouco estudava era de 21,1%, em “2007, após políticas sociais que buscaram mitigar a barbárie dominante, as cifras seguiam sendo altas, reduzidas apenas com relação à anterior, passando para 18,8%” (OSORIO, 2012, p. 129). Outros indicadores seguem na mesma direção, demonstrando que “o percentual da população ocupada que tem de trabalhar mais de 48 horas semanais sobe, em 2007, para 20,3%”, ao passo que a “população que trabalha mais de 44 horas semanais chega a 35,5%” (2012, p. 129). No México, país que não contou com a ascensão de movimentos políticos que buscavam atenuar os efeitos mais perversos da dependência nessa nova etapa ou, em alguns casos, que buscavam construir um modelo de resistência mais explícito<sup>83</sup>, a situação exprime ao máximo a acentuação do mecanismo de superexploração da força de trabalho – apoiada visivelmente no aumento do mais-valor absoluto, mas não só -, já que “o número de trabalhadores que tiveram de incrementar sua jornada de trabalho para mais de 48 horas passou de 2.336.316 trabalhadores em 1988 para 12.845.728 trabalhadores em 2002” (2012, p.129). Neste último ano, “a porcentagem de trabalhadores em atividades sem receber benefícios sociais (13° salário, previdência social, fundos de

---

<sup>83</sup> É importante deixar registrado que em nenhum caso houve um projeto mais radicalizado, devidamente voltado para a ruptura com a dependência. Não se chegou, nem ao menos a pensar o capitalismo dependente enquanto problema concreto. Em certo sentido, as experiências mais tímidas não fizeram nada mais do que recair na velha fórmula do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O discurso conciliatório, por seu turno, não é novidade. Pudemos ver como lá no início da década de 1970, Cardoso apontava, com certa dose de otimismo, um período de internacionalização do mercado interno que passaria a solidarizar os interesses de classes, profetizando um período que teria como marca a conciliação como desenrolar natural do processo. Há um desafio a ser feito no âmbito dos estudos da Teoria Marxista da Dependência que é justamente fazer um balanço crítico das experiências bolivarianas.

ensão) alcançava 63,14%”, ao passo que em 2010, “a taxa de desemprego real no país superava os 15% (mais de 8 milhões de pessoas), muito acima dos 5,3% reconhecidos pelas autoridades” (2012, p. 129).

Antes de mencionar as tendências deste início de século, cabe recapitular os efeitos que o período neoliberal trouxe para a América Latina ao impor um novo papel na divisão internacional do trabalho. Martins observa que no período de 1980 a 2002, os resultados deste padrão desarticularam a arquitetura de crescimento econômico e aprofundaram a periferização e a desigualdade, com “taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo”, além disso, o “aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves e a deterioração ecológica foram os seus resultados” (MARTINS, 2011, p. 315).

Como pôde ser visto, a América Latina se encontra atualmente em uma etapa histórica que retoma os mecanismos clássicos da dependência com uma dramaticidade sem paralelo. Os movimentos de transferência de valor e da superexploração da força de trabalho não podem mais ser encobertos. A situação de dependência constrange os limites internos, de modo que os espaços de atuação da estrutura dependente se restringem. As margens são encurtadas. Os efeitos da crise econômica mundial que atingiu diretamente o centro imperialista, evidenciam a urgência de se retomar o estudo sistemático do capitalismo dependente para propor um projeto alternativo num momento em que a luta de classes se acentua por todo o continente.

Em suma, a periodização da dependência através da categoria do Padrão de reprodução do capital, possibilita realizar a articulação dos conceitos clássicos formulados no final da década de 1960 e durante a década de 1970 ao novo momento histórico em que o mundo adentrou a partir da década de 1980. Ainda que a periodização da dependência, mediante essa categoria, continue dando demasiada ênfase para o âmbito econômico, se revela, por ora, o caminho mais seguro para agrupar o capitalismo dependente em blocos históricos, nos restando ir tecendo as demais dimensões.

## CAPÍTULO 3 - A IDEOLOGIA DA DEPENDÊNCIA

Porque és o avesso, do avesso, do avesso, do avesso.

Caetano Veloso.

Tratados alguns aspectos conceituas, dentre a polissemia de conceitos, da questão da ideologia e feito um estudo mais minucioso sobre as características e movimentos do capitalismo dependente - ainda que sem um maior aprofundamento, em função do espaço e do escopo do trabalho, nas categorias de transferência de valor, intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho, bem como de um resgate mais preciso e demorado dos períodos históricos abordados -, o presente capítulo articulará as reflexões anteriores para buscar compreender como a ideologia dominante e a consciência de classe da burguesia se configuram, se expressam e atuam nessas searas. Em outras palavras, trataremos do objetivo deste trabalho, a saber, o estudo da peculiaridade ideológica das burguesias dependentes; o estudo da particularidade dessa ideologia quando analisada em sua totalidade – na trama da reprodução do capitalismo dependente.

Destarte, podemos iniciar com o seguinte questionamento: se a ideologia das classes dominantes é, em cada período histórico, a ideologia dominante, sua força espiritual dominante e, portanto, são as ideias de sua dominação, como isso se daria nos países dependentes, onde a burguesia local é ao mesmo tempo dominante e dominada? Ora, se a ideologia dominante ao mesmo tempo que expressa também incide sobre a reprodução da estrutura capitalista e, em câmbio, se as relações de produção capitalista nos países dependentes funcionam de modo particular, resta uma lacuna fundamental a ser estudada - sendo justamente o nosso propósito -, a saber, a *ideologia da dependência*, tal como denominou Octavio Ianni em *Sociologia da sociologia latino-americana* (1976b).

Preliminarmente, reforçamos a necessidade de pensar o movimento dinâmico do capitalismo dependente (seja no âmbito econômico, político, social, cultural e ideológico e, evidentemente, todos eles em conjunto), conforme

propõe Florestan Fernandes em sua formulação sobre a dupla-articulação (a intersecção do âmbito externo e interno)<sup>84</sup>. Tendo presente os traços gerais desta estrutura, que se mantém ainda que de diferentes formas, estaremos mais próximos de entender a ideologia e a consciência de classe da burguesia dependente.

Algumas questões se impõem, contudo, antes de seguirmos nessa direção. Um primeiro problema que aparece de maneira incontornável para qualquer trabalho preocupado em apontar a existência de determinada ideologia, consiste em definir a metodologia de estudo, demonstrando de onde surge as ideologias, isto é, quem as produz. Nesse sentido, o estudo sobre a ideologia dominante deve recorrer aos representantes ideológicos da classe em questão: seja através da literatura, da ciência (economia política ou ciências sociais) ou análise dos representantes políticos. Por outro lado, deve-se demonstrar sua materialidade, os veículos pelos quais ela se expressa, seja mediante o estudo de documentos históricos (tais como tratados internacionais nas áreas econômica, política, culturais, documentos patronais, sindicais, programas de governo, etc.), de questionários (nesse caso, abre-se a possibilidade de pesquisar a ideologia diretamente com a burguesia, conforme o trabalho de Fernando Henrique Cardoso em *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971) - que debateremos adiante), análise do discurso nos meios de comunicação, conteúdo pedagógico nas escolas e universidades, produção científica, entre outros. Entretanto, não obstante sua importância, em diversos trabalhos, nem sempre as duas questões andaram juntas ou são tomadas com o rigor necessário.

Outro ponto central, apresenta-se no fato de que, dentro do estudo da ideologia dominante nos países periféricos, alguns trabalhos tomaram-na como se esta fosse a ideologia imperialista que agisse diretamente sobre nossas classes dominantes e sociedades dependentes, sem nenhum tipo de mediação mais elaborada (a expressão mais conhecida dessa linha é a abordagem do imperialismo cultural *tout court*). De outro lado, porém, outras considerações do

---

<sup>84</sup> Entendemos que o conceito de dupla-articulação – uma forma dinâmica de pensar o externo e o interno - pode melhor iluminar a categoria de intercâmbio desigual e de superexploração da força de trabalho, bem como a cisão entre a alta e a baixa esfera de circulação de mercadorias nos países dependentes, precisando os modos como essas categorias vão se articulando ao longo de tempo. Evidentemente, esse é um trabalho a ser realizado com mais atenção em outro espaço.

tema recaíram numa abordagem que terminou por escamotear ou considerar apenas lateralmente a ideologia oriunda dos países imperialistas, de sorte que a ideologia das classes dominantes/dependentes aparecia como se fosse expressão fundamentalmente local, uma verdadeira jabuticaba ideológica. A consideração dessa questão, se torna determinante para a elaboração de um método apropriado para a compreensão da ideologia da dependência: sem o método adequado, a metodologia para a apreensão das ideias dominantes, por mais refinada que seja, acaba não dando conta de explicá-la.

Para estar maduro, o estudo da ideologia da dependência deve passar, portanto, por uma reflexão mais aprofundada sobre esses dois temas.

### 3.1 – UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA

A apreensão de determinada ideologia de classe deve levar em conta diversos aspectos que se apresentam no conjunto de complexos que conformam a totalidade – considerado na esteira da processualidade histórica. Pois bem, de toda maneira, quem sistematiza os interesses e demonstra os limites e horizontes da situação de classes são os representantes dessa classe. Em determinadas passagens do *Dezoito Brumário*, Marx elucida precisamente a relação da ideologia com a classe social e seus representantes políticos, através da vinculação dos representantes do partido democrático com a classe ao qual estavam identificados: a pequena burguesia.

Tampouco se deve imaginar que os representantes democratas eram todos *shopkeepers* [lojistas] ou os seus defensores entusiásticos. Por sua formação e situação individual, mundos podem estar separando os dois. O que os transforma em representantes do pequeno-burguês é o fato de não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que este não consegue ultrapassar na vida real e, em consequência, serem impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções para as quais ele é impelido na prática pelo interesse material e pela condição social. Essa é, em termos gerais, a relação entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que representam. (MARX, 2012, p. 64).

Os limites da “vida real”, sua condição social e interesses, impõem os contornos dentro dos quais a ideologia dos representantes da pequena burguesia se move. Ainda que não haja uma identificação individual entre ambos, a situação de classe ou condição social, além dos interesses materiais (econômicos) dessa classe, assinalam o alcance do construto ideológico que os unifica. Em todo caso, para nós é importante observar que Marx identifica aqueles que sintetizam e teorizam as tarefas e soluções da classe como representantes *políticos* e *literários*. Contudo, tal raciocínio não “se aplicaria ele também a seus representantes *científicos* (ou com pretensão científica), no domínio das ciências sociais e econômicas”, se pergunta Michael Löwy, para responder em seguida que realmente “o conceito de *representação científica de classe* ocupa um lugar crucial na crítica marxista da economia política” (2013, p. 121-2). Com efeito, a partir dessa reflexão, reafirmamos a pertinência em estudar a ideologia a partir dos representantes dessa classe, seja no âmbito da política, literatura ou ciência econômica e social.

À guisa de ilustração, para o interesse desse estudo, recorreremos às potencialidades identificadas nessas indicações a partir de alguns exemplos que, se não chegam a tocar a raiz do nosso problema, demonstram alternativas importantes para a apreensão ideológica. No terreno da crítica literária, Antonio Candido, em *Literatura e Subdesenvolvimento*, capítulo que compõe o livro *A educação pela noite* (2011), identifica as limitações da consciência social de uma época a partir das condições dos países subdesenvolvidos<sup>85</sup>.

Mário Vieira de Mello, um dos poucos que abordaram o problema das relações entre subdesenvolvimento e cultura, estabelece para o caso brasileiro uma distinção que também é válida para toda a América Latina. Diz ele que houve alteração

---

<sup>85</sup> Não tendo a pretensão de fazer um debate literário de forma mais aprofundada, caberia apontar as limitações que a circulação das ideias dominantes encontra, a partir dos representantes literários, em uma região dependente e subdesenvolvida como a América Latina:

“Se pensarmos nas condições materiais de existência da literatura, o fato básico talvez seja o analfabetismo, que nos países de cultura pré-colombiana adiantada é agravado pela pluralidade linguística ainda vigente, com as diversas línguas solicitando o seu lugar ao sol. Com efeito, ligam-se ao analfabetismo as manifestações de debilidade cultural: falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor que o número já reduzido de alfabetizados); impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas; falta de resistência ou discriminação em face de influências e pressões externas. O quadro dessa debilidade se completa por fatores de ordem econômica e política, como os níveis insuficientes de remuneração e a anarquia financeira dos governos, articulados com políticas educacionais ineptas ou criminosamente desinteressadas”. Antonio Candido. *A educação pela noite*, 2011, p. 172.

marcada de perspectivas, pois até mais ou menos o decênio de 1930 predominava entre nós a noção de 'país novo', que ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro. Sem ter havido modificação essencial na distância que nos separa dos países ricos, o que predomina agora é a noção de "país subdesenvolvido". Conforme a primeira perspectiva salientava-se a pujança virtual e, portanto, a grandeza não realizada. Conforme a segunda, destaca-se a pobreza atual, a atrofia; o que falta, não o que sobra. (CANDIDO, 2011, p. 169).

A noção que vigorou até 1930, de pujança virtual, país novo (referindo-se aqui ao caso brasileiro), que está em vias de realizar sua grandeza, é evidentemente uma abordagem ideológica que mantém raiz na situação concreta do país. De acordo com esse primeiro período, que se desfaz com a crise de 1929, Candido observa que:

Esse estado de euforia foi herdado pelos intelectuais latino-americanos, que o transformaram em instrumentos de afirmação nacional e em justificativa ideológica. A literatura se fez linguagem de celebração e terno apego, favorecida pelo Romantismo, com apoio na hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma. O nosso céu era mais azul, as nossas flores mais viçosas, a nossa paisagem mais inspiradora que a de outros lugares, como se lê num poema que sob este aspecto vale como paradigma, a *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, que poderia ter sido assinado por qualquer um dos seus contemporâneos latino-americanos entre o México e a Terra do Fogo.

[...]. Mas no outro lado da medalha, também as visões desalentadas dependiam na mesma ordem de associações, como se a debilidade ou a desorganização das instituições constituíssem um paradoxo inconcebível em face das grandiosas condições naturais. ("Na América tudo é grande, só o homem é pequeno")<sup>86</sup>. (CANDIDO, 2011, p. 170-1).

Já para o norte-americano Richard Morse, em seu instigante ensaio *O multiverso da identidade latino-americana*<sup>87</sup> (2011), o florescimento de um

---

<sup>86</sup> Outro exemplo interessante sobre o estado de "consciência amena de atraso", conforme designação de Candido, é o de Manuel Bonfim:

"Caso curioso é o de um pensador como Manuel Bonfim, que publicou em 1905 um livro de grande interesse, *A América Latina*. Injustamente esquecido (talvez por se apoiar em superadas analogias biológicas, talvez pelo radicalismo incômodo das suas posições), ele analisa o nosso atraso em função do prolongamento do estatuto colonial, traduzido na persistência das oligarquias e no imperialismo estrangeiro. No final, quando tudo levava a uma teoria da transformação das estruturas sociais como condição necessária, ocorre um decepcionante estrangulamento da argumentação e ele termina pregando a instrução como panaceia. Num caso desses, nós nos sentimos no âmago da ilusão ilustrada, ideologia da fase de consciência esperançosa de atraso que, significativamente, fez bem pouco para efetivá-la". *Ibid.*, p. 177.

<sup>87</sup> Richard Morse não está tão preocupado com a questão do subdesenvolvimento, afastando-se da temática da dependência. Seu objetivo, como o título sugere, consiste em compreender uma estrutura dimensional tal que contenha as inúmeras expressões e buscas da identidade da América Latina. O autor transita da crítica literária, para a análise filosófica, histórica e sociológica. A

pensamento mais otimista e voltado para a região se confirma justamente em um período de crise nos países centrais, especialmente entre 1910 e 1930:

Esse aparente colapso dos pressupostos evolutivos animou os latino-americanos a desdenhar os presumíveis determinismos de seu passado e a inventar uma nova “realidade” e um novo futuro. Agora a Europa não oferecia apenas modelos, mas patologias. O desencanto no centro deu ensejo à reabilitação na periferia.

[...]. Com o centro agora abalado, as ideias provindas da periferia ganhavam respeito. Alejo Carpentier (1904-1980) iria descobrir que o mundo é policêntrico e Jorge Luis Borges (1899-1986), afirmar que não existe centro algum. Como diz o romancista mexicano Carlos Fuentes “o escritor ocidental só pode ser central no reconhecimento de que hoje ele é ex-cêntrico; e o escritor latino-americano, na aceitação de que sua excentricidade está centrada hoje num mundo sem eixos culturais”. (MORSE, 2011, p. 27).

Como podemos notar, por toda a América Latina se caracteriza nesses escritores uma sensação de superação da condição periférica, como se houvéssemos, no continente, avançado em relação aos países centrais (ou ex-cêntricos). Ainda que seja importante enquanto crítica ao imperialismo ou, ao menos, à divisão internacional do trabalho, esta perspectiva não deixa de transparecer uma percepção de grandeza.

De toda forma, por outro lado, a noção negativa que passa a se constituir na literatura latino-americana no pós-Segunda Guerra Mundial, manifestando-se a partir dos anos 1950, sobretudo na ficção regionalista, é colocada nos seguintes termos:

Ora, dada esta ligação causal “terra bela – pátria grande”, não é difícil ver a repercussão que traria a consciência do subdesenvolvimento como mudança de perspectiva, que evidenciou a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante. A visão que resulta é pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro, e o único resto de milenarismo da fase anterior talvez seja a confiança com que se admite que a remoção do imperialismo traria, por si só, a explosão do progresso. Mas, em geral, não se trata mais de um ponto de vista

---

identidade latino-americana, tal como o autor propõe, é plástica; um labirinto escuro que, com o andar da história, se modifica. As influências estrangeiras são incontornáveis, ainda que, em determinados períodos, haja uma “reação indigenista”.

No geral, nos parece que o ensaio, preocupado em diagnosticar a identidade latino-americana, ou melhor, as identidades, envereda muito pouco para a questão de classes. As tendências literárias, filosóficas, históricas e sociológicas são examinadas a luz de seus principais interlocutores (aquilo que, como vimos, Marx chamou de representantes ideológicos) em pleno compasso com a história. Contudo, não obstante algumas exceções, não encontramos a preocupação do autor em identificar as diferenças de identidade a partir do recorte de classe. Podemos localizar a potencialidade desse tipo de abordagem, nas poucas passagens que o autor se dedica a isso – como na análise dos principais escritos de Roberto Arlt.

passivo. Desprovido de euforia, ele é agônico e leva à decisão de lutar, pois o traumatismo causado na consciência pela verificação de quanto o atraso é catastrófico suscita reformulações políticas. O precedente gigantismo de base paisagística aparece então na sua essência verdadeira – como construção ideológica transformada em ilusão compensadora. Daí a disposição de combate que se alastra pelo continente, tornando a ideia de subdesenvolvimento uma força propulsora, que dá novo cunho ao tradicional empenho político dos nossos intelectuais. (CANDIDO, 2011, p. 171).

Para o autor, não “é falso dizer que, sob este aspecto, o romance adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos” (2011, p. 172). Outro ponto que merece ser destacado que Candido ilumina nesta reflexão, é que os representantes literários, não estão necessariamente articulados com os interesses de classe da pequena-burguesia ou mesmo da burguesia, ainda que possam compartilhar da mesma situação de classe, mas podem encarnar uma consciência contestatória, rebelde, radical ou revolucionária.

Ainda que não chegue ao cerne do que nos preocupa, *Literatura e subdesenvolvimento* é um exemplo de como se pode apreender a ideologia pela crítica dos representantes literários. Por certo, Antonio Candido deixou rastros importantes e, se não tinha por objetivo apontar as consequências da dependência sobre os trabalhadores do campo e da cidade extraíndo-as do campo literário, o autor capta perfeitamente o movimento da dependência.

As nossas literaturas latino-americanas, como também as da América do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas. E se afastarmos os melindres do orgulho nacional, veremos que, apesar da autonomia que foram adquirindo em relação a estas, ainda são em parte reflexas. No caso dos países de fala espanhola e portuguesa, o processo de autonomia consistiu, numa boa parte, em transferir a dependência, de modo que outras literaturas europeias não metropolitanas, sobretudo a francesa, foram se tornando modelo a partir do século XIX, o que aliás ocorreu também nas antigas metrópoles, intensamente afrancesadas. Atualmente é preciso levar em conta a literatura norte-americana, que constitui um novo foco de atração.

Esta é a que se poderia chamar de influência inevitável, sociologicamente vinculada à nossa dependência, desde a própria colonização e do transplante por vezes brutalmente forçado das culturas. (CANDIDO, 2011, p. 182).

Roberto Schwarz, em seu aclamado ensaio *As ideias fora do lugar*, parte também de uma análise literária (de Machado de Assis) para identificar e fazer a crítica da ideologia dominante – em seu caso do liberalismo, especificamente no século XIX. Seu ensaio, contudo, é mais matizado, trazendo mais elementos das

ciências sociais. Por organização expositiva, deixaremos para debater este ensaio mais adiante, quando tratarmos da questão de método da ideologia da dependência.

Em efeito, a análise crítica dos representantes literários, conforme assinalado no *Dezoito Brumário*, demonstra capacidade de iluminar a ideologia a partir de um prisma determinado. Nos países dependentes, entretanto, o pouco alcance da literatura impede que a ideologia exerça plenamente sua função (manutenção da ordem via naturalização, universalização, obscurecimento, etc.) – por outro lado, como frisou Candido, em um dado momento, a partir dos anos 1950, o Romance adquiriu uma força desmistificadora que precedeu a tomada de consciência dos economistas e políticos. Tendo isso em conta, o estudo específico da *ideologia dominante* em sociedades dependentes nos parece apresentar um caminho sugestivo quando considera a articulação do debate dos representantes científicos e políticos<sup>88</sup>. À guisa de ilustração, retomaremos dois exemplos de estudos que demonstram a capacidade de apreender a ideologia quando se parte do debate científico (em sua multidisciplinariedade).

Fernando Henrique Cardoso, em *Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971), desenvolveu um estudo de fôlego, ao articular uma análise sociológica das sociedades dependentes com uma pesquisa consistente sobre a ideologia da burguesia dependente da Argentina e do Brasil, através de um amplo questionário feito com grandes e médios industriais. Este trabalho, que é fruto de investigações iniciadas em 1963 e redigidas entre 1967 e 1968, culminando com uma tese para o concurso da cadeira de Política da Universidade de São Paulo, contém instigantes reflexões sobre a ideologia das burguesias industriais argentinas e brasileiras. O ponto alto do estudo consiste nas pesquisas de campo com os empresários industriais realizadas pelo Consejo Nacional de Desarrollo, na Argentina, sob orientação de Juan Carlos Marin e pelos Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) das Nações Unidas, em Santiago do Chile, e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil orientado por Luciano Martins.

Ao nosso ver, esses levantamentos revelam dados importantes sobre as

---

<sup>88</sup> Não queremos, no entanto, fazer uma priorização de instrumentos para estudar a ideologia. O essencial do estudo é articular os representantes literários, políticos ou científicos com o capitalismo dependente e seu processo histórico, bem como com as ações políticas que vão se engendrando.

dimensões ideológicas do grande empresariado industrial desses dois países. Permitem, por exemplo, vislumbrar por um lado, a impossibilidade à época de uma aliança de classe entre essa fração da burguesia dependente – que se torna o centro dinâmico dessas economias - e a classe trabalhadora e, por outro lado, sinaliza a possibilidade de aliança entre a fração industrial e a fração agropecuária (em traços gerais entre as classes “produtoras”) – tornando-se um importante dado que objetaria a formulação dos partidos comunistas da região que, como é sabido, apostavam no progressismo e anti-imperialismo dos setores das burguesias industriais para combater o setor agropecuário (feudal ou semifeudal), em aliança política com a classe trabalhadora. É sugestivo, também, perceber que os industriais “mais vinculados” com o “exterior”, isto é, com o capital internacional, com o centro do capitalismo mundial, tomaram as medidas mais ativas para ampliar o seu mercado para o exterior, mais especificamente para os países vizinhos na América Latina<sup>89</sup>, através de instrumentos como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), ao mesmo tempo que eram reticentes de medidas que ampliassem o mercado interno - indicativo ideológico de sua tendência subimperialista<sup>90</sup>. Contudo, como veremos em detalhes adiante, as concepções teóricas e de método do estudo acabaram por limitar o alcance do entendimento sobre a ideologia dominante dessas burguesias dependentes, refletindo inclusive na organização do questionário.

Outra questão condiz com a metodologia de análise das ideologias ao qual o trabalho recorre: a pesquisa de opinião no nível individual. Nesse sentido, Cardoso propõe dois andamentos metodológicos complexos: “a determinação

---

<sup>89</sup> “As tendências, nos dois países, são óbvias: quanto mais a empresa está vinculada ao ‘modo internacional de produção’, mais atua dinamicamente para ampliar externamente o mercado. No caso dos empresários brasileiros, quando se isola o grupo mais vinculado ao exterior entre os que mantém algum tipo de vinculação, e se verifica como atuou diante da ALALC, vê-se que *todos* tomaram algum tipo de medida: 25% medidas passivas (do gênero ‘gestão de informação’) e 75% medidas ativas de integração das empresas ao mercado latino-americano através da ALALC. Ora, as análises anteriores mostraram, por outro lado, que os grupos estruturalmente mais vinculados ao modo internacional de produção são os mais ‘modernos’, ‘desenvolvimentistas’ etc.; e mostraram que são, ao mesmo tempo, reticentes quanto à ampliação do mercado interno”. Fernando Henrique Cardoso. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, 1971, p. 190.

<sup>90</sup> Por estarmos preocupados em desenvolver um método mais geral de estudo da ideologia da dependência e, portanto, por termos feito um debate sobre os traços gerais da dependência na América Latina, não debateremos a questão do subimperialismo e suas expressões e atuações ideológicas, justamente pelo fato de ser uma característica específica de poucos países da região.

da relação entre estrutura socioeconômica e ‘estrutura ideológica’, por um lado, e entre ‘estrutura ideológica’ e verbalização individual por outro” (1971, p. 48). É justamente sobre esse segundo ponto que o autor diz:

Por fim, temos o problema do uso de dados obtidos ao nível individual e subjetivo para caracterizar as ideologias. Teria sido possível naturalmente caracterizar as ideologias empresariais a partir de documentos que expõem o ponto de vista do setor industrial: manifestação de sindicatos, conferências nacionais e internacionais de empresários, relatórios anuais das empresas etc. Esses dados foram efetivamente tomados em consideração por nós e por outros autores para determinar o ‘ponto de vista das indústrias’. Entretanto, eles dificilmente permitem descobrir o que para nós era fundamental: como no seio do setor empresarial se polarizam as orientações ideológicas. O tom convencional dos textos acima referidos permite pouco mais que ver a posição do conjunto do setor industrial sobre tal ou qual problema, e muito raramente – quando se tem mais que uma central sindical ou quando algum setor industrial se manifesta em particular exprimindo sua divergência com respeito à opinião oficiosa da classe – se pode determinar, por seu intermédio, os matizes existentes, para não mencionar as dificuldades na determinação das ‘variáveis dependentes’ que atuam sobre esses matizes. (CARDOSO, 1971, p. 54).

A caracterização da ideologia a partir de uma série de documentações é aceita pelo autor como instrumento válido, ainda que ele proponha que estas revelem “pouco mais” do que a posição do conjunto da classe, o que para a definição de ideologia dominante, buscada por nós, se torna exigência de primeira ordem. Aliás, o caminho lógico para observar as diferentes orientações ideológicas no seio da própria classe dominante, é justamente desvendar qual é a ideologia dominante. Em suma, Cardoso admite as dificuldades de sua opção metodológica:

Sabemos os riscos dessa posição metodológica, mas cremos que para incentivar um processo de utilização e aproveitamento frutífero das possibilidades de análise abertas pelas modernas técnicas de investigação e manter ao mesmo tempo as preocupações teóricas e metodológicas da Ciência Social clássica é preciso assumir riscos conscientemente. (CARDOSO, 1971, p. 55).

As escolhas metodológicas feitas, em efeito, podem revelar ângulos distintos da ideologia dominante, contudo, o primeiro passo para tal seria defini-la claramente<sup>91</sup>.

Por seu turno, em *La ideologia dominante: Brasil – América Latina* (1975),

---

<sup>91</sup> Entendemos que a análise de documentos como os citados pelo autor, são um dos veículos mais importantes para identificar a ideologia dominante.

Miriam Limoeiro Cardoso realiza um minucioso estudo sobre a ideologia desenvolvimentista no Brasil, no período de Juscelino Kubitschek. Mediante a articulação das ciências econômicas e sociais com o debate político e, através do levantamento de dados, documentos e da análise de discurso, a autora busca identificar a estrutura da ideologia dominante que, na segunda metade da década de 1950, carregava um forte conteúdo desenvolvimentista. Ainda que entenda o conceito de ideologia de modo diverso ao qual tomamos nesse trabalho – uma das vantagens de seu trabalho, em relação ao de Fernando Henrique Cardoso, é que a autora realiza um debate prévio sobre o conceito de ideologia -, o seu mérito é justamente a quantidade de documentos que consegue levantar e articular em torno de uma reflexão cuidadosa e orientada que, por seu turno, não se resume em uma análise quantitativa. É possível dizer que muito da estrutura das ideias desenvolvimentistas são apreendidas pela autora neste trabalho e, em muitos sentidos, podemos ampliar para os demais governos e países que atingiram um grau de desenvolvimento industrial aproximado – a própria autora estende o exemplo da ideologia desenvolvimentista no Brasil para os demais países latino-americanos.

Em traços muito gerais, o discurso de Juscelino Kubitschek se concentra em torno do desenvolvimento econômico. “Pretende propor uma política que permita deflagrar a aceleração do processo de crescimento econômico, superando o estado de atraso e alcançando a prosperidade” (1975, p. 91, tradução nossa). Miriam Limoeiro Cardoso, consegue demonstrar como o desenvolvimentismo, nessa etapa, busca vencer a miséria e a pobreza para manter a ordem, identificando no estado de subdesenvolvimento um terreno fértil para a “subversão comunista”.

Em ambos estudos, interessa-nos notar, nesse momento, que os autores buscaram apreender a ideologia dominante através do estudo dos representantes da classe dominante, Fernando Henrique Cardoso fazendo diretamente uma série de questões para a burguesia industrial na Argentina e no Brasil e Miriam Limoeiro Cardoso analisando dados, documentos, livros e os discursos de um representante político, nesse caso o presidente da república. Evidentemente, articulam os resultados dessas pesquisas com uma análise complexa das sociedades estudadas. O primeiro apoiado num sugestivo, mas incipiente conceito de dependência – em *Dependência e desenvolvimento na*

*América Latina* o conceito estará melhor estabelecido -, e a segunda fazendo certa referência à uma dependência externa.

Entretanto, tal como Fernando Henrique Cardoso, a autora não desenvolve adequadamente um método apropriado para o estudo da ideologia dominante, de modo que, ainda que diversos aspectos importantes sejam desvelados, importantes lacunas não permitem que a pesquisa identifique, em sua integralidade, a ideologia das burguesias dependentes. Em ambos os exemplos, a questão metodológica e a questão de método não andam juntas, a primeira tem um peso muito maior que a segunda.

Em todo caso, nos parece que tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Miriam Limoeiro Cardoso propõem uma abordagem metodológica interessante: o primeiro recortando caminho e buscando contato direto com a própria burguesia, utilizando como veículo para isso uma série de questionários; e a segunda através do representante político da classe então dominante, o Presidente da República, mediante a análise de discurso em meios de comunicação (na rádio, principalmente na Voz do Brasil, e jornais), em congressos e eventos políticos e no estudo dos livros escritos pelo próprio Juscelino Kubitschek.

Em ambos os casos, os resultados são interessantes, incluindo aqui a análise crítica no âmbito literário. Mas a metodologia parece não dar conta do grau de complexidade que a captura da ideologia dominante exige. Um resultado mais robusto poderia ter sido alcançado com um estudo prévio de tratados internacionais, documentos patronais, programas de governo – tal como o próprio Cardoso admite -, em articulação com o expediente adotado por ambos autores<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Para ver uma crítica da ideologia a partir de outro prisma - do ensino na América Latina e das ciências sociais - Cf. Nildo Ouriques. *O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil*, 2015.

O objetivo principal de Nildo Ouriques é fazer a crítica das ciências econômicas e sociais no Brasil de forma a resgatar do ostracismo a Teoria Marxista da Dependência. Seu principal alvo é a escola de sociologia paulista, formada na Universidade de São Paulo, cujo Fernando Henrique Cardoso é o seu grande expoente. Para isso, Ouriques parte do conceito de “colonialismo intelectual” (a importação de ideias, programas, teorias, conceitos) para fazer a crítica à nossa produção científica.

Cf. Octavio Ianni. *Sociologia da sociologia latino-americana*, 1976b. Em especial cap. II – Sociologia e dependência científica; cap. VI – Problemas de explicação na sociologia; cap. VII A crise do pensamento sociológico.

Cf. Tomás Amadeu Vasconi. *Dependencia y superestructura y otros ensayos (sobre ideologías y*  
108

Como se vê, a metodologia pelo qual se busca identificar os “sinais vitais” da ideologia, bem como os veículos pelos quais esta se expressa, são decisivos para qualquer pesquisa. No entanto, é o método que norteia o estudo, sendo o aspecto fundamental para a apreensão da ideologia dominante dos países dependentes. Sem considerá-lo e defini-lo claramente, as diversas metodologias aplicadas não dão conta de agarrar esse objeto tão arredo, furtivo e, ao longo do tempo, multifacetado que é a ideologia.

### **3.2 – IDEOLOGIA IMPERIALISTA OU IDEOLOGIA LOCAL? POR UMA CRÍTICA DO MÉTODO**

Uma grande quantidade de estudos realizados sobre as ideologias dominantes da América Latina, partiu de dois pontos opostos: por um lado, consideraram que essa ideologia seria tão somente uma extensão da ideologia imperialista, como uma mera cópia, cabendo às classes dominantes locais reproduzi-las internamente. Nesse modelo, situam-se trabalhos elaborados, mas que ao estarem presos na ênfase ao âmbito externo, acabam perdendo as tensões internas que configuram o polo local, com suas condições sociais e interesses em disputa. Por outro lado, determinadas pesquisas permaneceram restritas ao âmbito interno. Sob esta ótica, os estudos mais refinados reconstituíram os enlaces dos interesses, situação e tensões entre as diversas classes e grupos sociais, ainda assim, com uma distante referência ao cenário internacional. Outros estudos mais apressados buscaram tão somente identificar os interesses das classes dominantes locais, concebendo a partir daí uma ideologia dominante cristalizada que, por sua vez, cumpriria sua função de manipular as massas. Examinemos mais de perto essas duas tendências, começando por aquelas que acabam enfatizando a ideologia imperialista, ainda que para se referir à ideologia dominante na América Latina.

Em *La “armonia de intereses”: ideologia de las naciones dominantes*

---

*educación en América Latina*), 1970.

(1966), James Petras estuda a configuração da ideologia dominante dos Estados Unidos para a América Latina – e, por extensão, a ideologia dominante no continente. Para identificar a estrutura dessa ideologia, o autor analisa a produção das ciências sociais em torno do tema – a metodologia, aqui, busca captar a ideologia dominante através dos representantes científicos. A partir daí ele polemiza com uma determinada análise das relações internacionais - surgida um pouco antes do começo da Segunda Guerra Mundial e que seguiu durante a Guerra Fria -, que aponta para a existência de uma harmonia de interesses entre os Estados Unidos e a América Latina. É no bojo dessa perspectiva de harmonia que surgem políticas e termos ideológicos como o de “Boa Vizinha”, “Pan-americanismo”, “Sistema Interamericano”, “Aliança para o Progresso” entre outros. Para James Petras, a “retórica do liberalismo estadunidense compete com a impaciente demanda de milhões de desesperançados”. Para o autor, os “cientistas sociais dos Estados Unidos, que buscam uma capitação cabal da realidade, deverão confrontar fatos tais com o descontentamento das massas, a pobreza e a exploração na América Latina” (1966, p. 446-7, tradução nossa). Nesse sentido, observa que:

Os partidários da “harmonia de interesses”, geralmente empregam uma destas três estratégias de investigação: 1) separação das condições humanas e sociais da estrutura básica da sociedade; 2) separação dos “problemas estruturais” dos órgãos políticos de mudança vigente; 3) proposição de pautas políticas que “solucionem”, tanto a repressão do descontentamento como a estabilização da situação, o que permite apresentar a política dos Estados Unidos como progressista. (PETRAS, 1966, p. 447, tradução nossa).

A primeira estratégia, ao levar em conta a situação de indigência presente na região, considera que a exploração dos recursos traria desenvolvimento para a região, de modo que tais problemas se solucionariam. “Mais do que qualquer das outras políticas, os ‘desenvolvimentistas’ aceitam como um ato de fé a convergência dos Estados Unidos e da América Latina nos planos de desenvolvimento” (1966, p. 448, tradução nossa).

A segunda estratégia vincula as condições sociais às estruturas institucionais. Ao fazer isso, idealiza um modelo “moderno”, tais como as instituições norte-americanas, e um modelo “tradicional”, “atrasado”, conforme encontrado na América Latina. Não leva em conta o processo de acumulação primitiva pelo qual passou a região, bem como a contínua exploração por parte do “ocidente”. Ademais, desconsidera e obscurece as relações existentes entre

os grupos modernos e os “tradicionais” (latifundiários especialmente), em que partilham interesses comuns, nos quais se sobressaem, evidentemente, os interesses dos Estados Unidos.

“O terceiro grupo, o mais heterogêneo, o dos ‘conselheiros políticos’ (*policy guides*), reconhece o impacto de instabilidade que a política dos Estados Unidos produz na América Latina” (1966, p. 450, tradução nossa). Sob esta perspectiva, certos escritores preveem catástrofes caso determinadas demandas não sejam satisfeitas, isto é, caso haja negligência com a América Latina. Petras, por seu turno, coloca a questão em termos concretos:

É certo que o contínuo controle e saturação dos mercados internos latino-americanos pelas exportações dos Estados Unidos (mais de 1/3 de todas as exportações de maquinarias), a permanente extração de matérias-primas e utilidades, o estabelecimento de colégios militares para um grande número de pessoal militar, são alguns índices de que os Estados Unidos não foram ‘negligentes’ com a América Latina em que respeita o seu próprio desenvolvimento econômico. (PETRAS, 1966, p. 450, tradução nossa).

De toda maneira, nesse terceiro grupo, sustenta-se a necessidade de organizar estruturas que contemplem os setores populares, como forma de estabilizar a situação e evitar qualquer tipo de instabilidade.

Em suma, o que unifica essas três correntes é justamente a suposição da harmonia de interesses que, segundo Petras, não leva em consideração as implicações de problemas e pontos críticos nos conflitos internos. Ambas se apoiam em alguns conceitos-chaves, dentre os quais, se destaca o de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Mas nesse caso, são tomados tão somente como comparativo em termos quantitativos, deixando de ater-se às diferenças qualitativas na relação que existe entre os dois “estágios”, a saber, de dominação/subordinação. “A relação causal é interrompida, omitindo-se assim a subordinação ou dominação de um país por outro, que é precisamente o que produz essas diferenças qualitativas de fundo” (1966, p. 452, tradução nossa). Omite-se, desse modo, que as “necessidades dos países subordinados estão em contradição com as dos industrializados, os quais têm o controle das principais decisões que afetam os setores-chaves para o desenvolvimento daqueles”. Ora, é “bem conhecido o controle que exercem as companhias norte-americanas sobre os mercados e matérias-primas da América Latina” (1966, p. 452-3, tradução nossa).

Para Petras, “os fatores (força e dinheiro) são suficientemente efetivos para conter os grupos políticos governantes dentro dos limites que os homens de estado norte-americanos consideram permitidos” (1966, p. 453, tradução nossa). Nesse sentido,

Os dois maiores fracassos dos países latino-americanos, a incapacidade de desenvolver um mercado interno e um setor industrial dinâmicos, estão relacionados com o fato de que tem muito pouco controle sobre as decisões que afetam diretamente essas áreas. O principal fator que agudiza as contradições dos Estados Unidos e da América Latina é o conflito entre as forças sociais da América Latina que tentam conseguir o controle dessas áreas e os propósitos dos Estados Unidos de manter sua posição dominante. (PETRAS, 1966, p. 453-5, tradução nossa).

Como se vê, James Petras não considera que haja harmonia de interesses entre as burguesias imperialistas e as burguesias dependentes, mas ao contrário, os interesses seriam distintos e conflitivos. O melhor cenário para as burguesias latino-americanas seria controlar o mercado interno e o setor industrial dinâmico, ao passo que os propósitos das burguesias norte-americanas é justamente ter controle sobre essas áreas. Para Petras não há nenhum tipo de mediação entre a insatisfação das classes dominantes da América Latina, que buscam controlar o mercado interno e o setor industrial, e os interesses dos Estados Unidos que, evidentemente, buscam manter sua posição imperial e os seus interesses. Essa é uma lacuna analítica que a Teoria Marxista da Dependência irá cumprir ao demonstrar não apenas a subordinação da burguesia dependente, mas a reprodução interna da dependência mediante mecanismos como a superexploração do trabalho. Como foi visto no segundo capítulo, a burguesia dependente aceita seu espaço na trama da divisão internacional do trabalho e busca se acomodar nesse papel. Ademais, para além de uma certa consciência sobre a própria situação de classe no cenário mundial, internamente, a ideologia dominante dessa burguesia dominante/dominada consiste em uma maneira de estabilizar a ordem (além de recorrentemente utilizar os mecanismos repressivos).

Indo adiante em sua linha de raciocínio, o autor observa que:

Os cientistas sociais dos Estados Unidos especialistas em países subordinados, especialmente os estruturalistas, fazem frequentes referências às estruturas duais, a moderna e a tradicional. Como foi pontuado anteriormente, a política dos Estados Unidos apresenta-se geralmente como dedicada a promover a primeira e mudar a segunda. Tomando como ponto de partida esta bem manifesta orientação, o cientista social

passa a analisar cada 'setor', deixando de lado cuidadosamente um problema básico: o grau em que o desenvolvimento do setor 'moderno' está condicionado pela existência do tradicional. (PETRAS, 1966, p. 456-7, tradução nossa).

Com efeito:

A interpretação modernidade-tradicionalismo é a forma típica de desenvolvimento do moderno capitalismo, e nos países dependentes expressa-se em geral na utilização de técnicas de produção modernas e relações sociais tradicionais que mantêm os trabalhadores passivos ou sob controle. Portanto, o conflito decisivo não está como os 'dualistas' quiseram, entre um setor moderno e outro tradicional, mas entre aquelas classes sociais tradicionais para que seja possível manter essa limitada modernização que convém à *elite*. Essa interpenetração citada anteriormente – com frequência a mesma pessoa é um latifundiário numa 'área tradicional' e um homem de negócios no setor moderno – malogra a análise dualista marcada na visão impressionista da 'pugna de culturas'. Uma perspectiva apta para observar na atualidade o desenvolvimento social dentro da América Latina como um todo integrado, deverá focar a interdependência e inter-relações de subordinantes e subordinados dentro de um contexto internacional. (PETRAS, 1966, p. 458-9, tradução nossa).

Petras acerta em sua análise, podendo-se dizer que, nesse ponto, está muito próximo dos teóricos marxistas da dependência. No entanto, o que o autor parece não dar atenção é que, para a ideologia dominante norte-americana, não interessa destacar a imbricação dos setores tradicionais com os modernos. A função da ideologia nesse caso é indicar a existência do dualismo para permitir a manutenção de um discurso modernizante, cujo resultado é a exportação de um terço do maquinário norte-americano - conforme diz o próprio autor – que, dado o que está em jogo, não pode ser explicitado, deve ser ocultado<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Nesse aspecto um recente trabalho de Perry Anderson sobre as diretrizes da política externa norte-americana e seus principais teóricos capta bem o sentido da ideologia imperialista:

“Para ser eficaz, uma ideologia tem tanto de refletir como de distorcer, ou ocultar, a realidade. No início da Guerra Fria, assim como em seu fim, os Estados Unidos possuíam poucas colônias, eram de fato uma democracia eleitoral, confrontaram efetivamente um sistema sociopolítico que não o era e, como no passado, gozavam de vantagens naturais extraordinárias de tamanho, localização e qualidades físicas. Tudo isso podia ser, e foi, sintetizado em uma ideologia imperial a comandar um consenso popular, mesmo que não unânime, em casa, e um poder de atração, mesmo que não onipresente, fora dela. No entanto, a instância determinante definitiva na formação da política externa norte-americana se encontrava em outro lugar e pôde receber apenas uma articulação cautelosa até que a Guerra Fria fosse vencida. Enquanto o comunismo era uma ameaça, o termo capitalismo era tudo menos um termo tabu no vocabulário do Ocidente. Nos EUA mesmo, as virtudes da livre iniciativa sempre foram, certamente, proeminentes na liturgia nacional, mas, mesmo nesse idioma, raramente eram projetadas como leitmotifs da defesa global da liberdade contra o perigo totalitário. Os gestores do império estavam cientes de que seria contraproducente trazê-las para o primeiro plano. Os rascunhos iniciais do discurso presidencial que se transformariam na Doutrina Truman, preparados por seus assessores Clifford e Elsey, apresentavam a Grécia como uma linha estratégica de defesa para o acesso ao petróleo do Oriente Médio e, notando que ‘tem havido uma tendência mundial de afastamento do sistema da livre iniciativa’, advertiam que, ‘se por omissão permitirmos que a livre iniciativa desapareça nas outras nações do mundo, a própria existência da

De todo modo, nos parece que preocupado em fazer a crítica das estratégias de “harmonia de interesses”, o autor acaba olhando apenas para um lado do polo dessa relação entre dominante e dominado, ou melhor, imperialismo/dependência, que é justamente o lado do imperialismo. Por isso, o autor não consegue visualizar que entre uma floreada harmonia de interesses e o modelo de conflito, tal qual propõe como aquele que efetivamente ocorreria, existe uma relação dinâmica de tensões e compromissos, em que ambos os lados se localizam dentro do processo histórico e, portanto, em uma determinada situação de classe que engendra os limites que alcançam seus interesses. Nesse sentido, entre a harmonia e o conflito existe uma situação tensa de compromisso. Indo além, poderíamos dizer que é entre a harmonia plena e o conflito total que se percebe o jogo da relação e acomodação de interesses com a conformação de compromisso, nos mais variados períodos históricos. No entanto, para que seja visualizada essa situação, o estudo deve levar devidamente em conta os dois polos e, portanto, quais são os interesses das classes dominantes dos países dependentes em um determinado período.

Para o autor, um “modelo de conflito, baseado na diferença de necessidades e estruturas dos Estados Unidos e da América Latina, daria conta tanto da continuidade como das inovações da política exterior norte-americana nos últimos anos” (1966, p. 462, tradução nossa). Nesse sentido, tanto a intervenção como a ocupação militar seriam, em realidade, “as expressões concretas – dados – dos conflitos subjacentes implícitos na diferença de interesses que emergem na estrutura de uma sociedade industrial dominante e em uma área subordinada de produção primária” (1966, p. 462, tradução nossa). O problema é que as tensões entre os interesses, que se acomodam, se refazem, se repõem e se afirmam, não necessariamente desembocam no conflito *per se*. E, nesse ponto, de uma outra maneira, o autor parece concordar

---

nossa economia e da nossa democracia estará seriamente ameaçada’. Falar desse modo era deixar as coisas claras demais. Truman objetou que isso ‘fazia a coisa toda soar como um prospecto de investimento’, e Acheson se certificou de que segredos dessa natureza não fossem revelados. Nem mesmo ao livre-comércio, por mais essencial que fosse à Pax Americana, era concedido um lugar de destaque como imperativo ideológico. Mas o que, sob as circunstâncias de então, era menos patente na hierarquia de suas legitimações seria, como os eventos futuros mostrariam, extremamente decisivo no mapa das suas operações. Naquele momento, a Guerra Fria tinha de ser ganha e o catecismo da segurança era fundamental”. Perry Anderson. *A política externa norte-americana e seus teóricos*, 2015, p. 43-4

com essa perspectiva quando afirma que, “as mudanças e ajustes feitos na política norte-americana entre 1960 e 1965 refletem na realidade as mudanças produzidas” por conta do “conflito entre os Estados Unidos, Cuba e o resto da América Latina e as relações de força dentro do continente” (1966, p. 463, tradução nossa). Ou seja, existe uma mudança na conjuntura que radicaliza as contradições entre as condições e os interesses da burguesia norte-americana e das burguesias latino-americanas.

No período inicial, quando os Estados Unidos, considerando iminente a possibilidade de outras revoluções do tipo da cubana, tolerava e aceitava conflitos limitados, alguns governos projetaram programas de desenvolvimento que estavam em contradição com as aspirações dos Estados Unidos. Durante esse período, em que os Estados Unidos consideravam seus interesses estratégicos em grave perigo, preferiu conceder uma fugaz independência a seus aliados, que duraria tanto enquanto a situação interna parecesse segura. A partir de 1962, a política dos Estados Unidos pode ser definida em dois níveis de conflito: o nível básico é o dos conflitos estruturais, por exemplo, Cuba-Estados Unidos; e os conflitos secundários, dóceis a ação tática, tal como a que houve entre os Estados Unidos e o Brasil durante a época de Quadros a raiz do comércio e das relações com o bloco comunista. Os conflitos secundários são tolerados sobre a base de que têm prioridade ganhar a luta de fundo. A falha principal do esquema de “harmonia de interesses” é a incapacidade de reunir estes dados dentro de seu esquema. (PETRAS, 1966, p. 463-4, tradução nossa).

Ora, o que James Petras cobra do modelo de harmonia de interesses não tem sentido de ser, na medida em que esta pode ser considerada como uma das formas na qual a ideologia imperialista circunstancialmente pode se apresentar na periferia. A crítica, com efeito, tem força quando a ciência social busca desvelar a ideologia dominante a partir dessa perspectiva isolada. Por outro lado, como a última citação demonstra, nos parece que o modelo de interpretação que o autor recorre para escapar daquele criticado, tampouco consegue ir na raiz do problema, já que se admite que, antes de haver um conflito de fato, existe um período de acomodação de interesses – ainda que de forma tensa –, o que obriga James a denominar a relação dos Estados Unidos com o Brasil daquele momento como um “conflito secundário”, isto é, um conflito tolerado pelo país imperialista<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Nos parece que quando James Petras, ao propor que os Estados Unidos “concederam uma fugaz independência” para alguns países, acaba valorizando em demasia apenas um lado da engrenagem histórica, como se ela fosse feita unilateralmente, apenas por um lado da relação imperialismo/dependência – ainda que esse lado seja, na verdade, o centro hegemônico do sistema

O problema que parece preocupar o autor é justamente o ponto de contato entre as burguesias imperialistas e as burguesias dependentes, dando prioridade para a compreensão dos interesses que movem as primeiras, ainda que faça referência as segundas – o autor toca no âmbito externo da dupla articulação, buscando indicar os influxos político e econômicos que modelam a situação de dependência. Como foi mencionado, James Petras não alcança uma resposta convincente porque não leva devidamente em conta quais são os interesses e as condições concretas das burguesias dependentes. O golpe militar ocorrido no Brasil, no Chile ou na Argentina tiveram a participação dos Estados Unidos, é verdade, mas ocorreu essencialmente de forma articulada com os interesses de setores das burguesias dependentes. Com efeito, para que se proponha uma análise crítica da intersecção de interesses, afim de responder se estes estão em harmonia, em compromisso, em tensão ou em conflito, é preciso conhecer plenamente quais são os interesses e a situação de classe de ambos os lados.

A perspectiva de Petras, ainda que muito bem elaborada e refinada, configura-se no exemplo de uma abordagem que enfatiza de forma acentuada o âmbito externo da dupla articulação. Cabe dizer, em favor do autor, que a preocupação de Petras não era entender a estrutura da ideologia dominante das burguesias dependentes, mas tal como foi dito, a ideologia que se produz nos Estados Unidos em relação a América Latina, a partir do contato entre ambas as burguesias – ou espaços político-econômicos.

*O colapso do figurino francês* (2015), de Nildo Ouriques, configura-se em um exemplo intermediário, mas que, ao fim e ao cabo, acaba enfatizando em demasia o âmbito externo. O objetivo principal de Ouriques é fazer a crítica das ciências econômicas e sociais no Brasil de forma a resgatar do ostracismo a Teoria Marxista da Dependência e o pensamento crítico latino-americano. Seu principal alvo é a escola de sociologia paulista, formada na Universidade de São Paulo, cujo Fernando Henrique Cardoso é a referência. Para isso, o autor resgata uma certa crítica ao “colonialismo intelectual” que permeia nossa produção científica: a importação de ideias, programas, teorias, conceitos. De

---

capitalista. Por outro lado, estamos de acordo que, naquele momento, a preocupação primordial do governo norte-americano era com Cuba.

acordo com Ouriques:

[...] aquilo que denomino o figurino francês, ou seja, o velho colonialismo intelectual e seu corolário: a tentativa de perpetuar no Brasil o desconhecimento da importante contribuição do pensamento crítico latino-americano no desenvolvimento de nossas ciências sociais. (OURIQUES, 2015, p. 44).

Nos parece, no entanto, que faltou para o autor um debate mais de fundo sobre o que seria esse colonialismo intelectual ou, em suas palavras, o figurino francês. Dizendo de outro modo, a questão de método não foi devidamente levada em questão para demonstrar teoricamente os movimentos que internalizam os influxos ideológicos externos e os transformam em pensamento dominante. Em muitos momentos, o autor dá a impressão de que o pensamento dominante no Brasil é uma simples e pura reprodução do que se produz externamente, ao passo que, em nossa perspectiva, a trama é mais complexa, acompanha o movimento da dependência: influxos externos oriundos das classes dominantes internacionais, que ocupam uma determinada situação e detém determinados interesses em um determinado período, são absorvidos e reconfigurados de acordo com a situação e os interesses internos daquele período, numa dinâmica entre ambos os polos que sempre estão em tensão e acomodação. Ouriques reivindica o colonialismo ao invés da dependência para explicar a ideologia dominante no Brasil, daí porque quando trata da reprodução das ideias centrais pelos representantes ideológicos locais, acaba dando um peso muito grande para o caráter externo das ideias, sem dar tanta atenção para o fato dela se reconfigurar internamente de acordo com os interesses dominantes – que no aspecto criticado pelo autor seria perpetuar o desconhecimento do pensamento crítico latino-americano por um lado, e contribuir para a reprodução ideológica do próprio capitalismo dependente, de outro. Para Nildo Ouriques:

[...] sem o conceito de colonialismo é impossível explicar o domínio da neoclássica no terreno do pensamento econômico. Em outros termos, sem explicar o caráter mundial da produção de conhecimento e as redes neocoloniais criadas no mundo universitário que o alimentam, a permanência de uma 'teorização' que luta contra os fatos e por eles é derrotada – especialmente após a grande crise de 2007/2008 -, seria impossível explicar a força da neoclássica no ensino de economia dos países latino-americanos. (OURIQUES, 2015, p. 170).

Em outro trecho, o autor vai na mesma direção:

O colonialismo na região é muito forte e parece que o comportamento intelectual do latino-americano típico nas ciências sociais em geral e na economia em particular, ou seja, o neocolonialismo, já está incorporado ao DNA dos economistas brasileiros. (OURIQUES, 2015, p. 190).

Como se vê, a lente do autor está posta sobre os influxos externos, o que permite fazer uma crítica contundente no campo das ciências sociais e apontar a funcionalidade desse “colonialismo” em escamotear o pensamento autóctone e radical – ainda que seja apenas uma das funções ideológicas desse “colonialismo” no campo das ciências econômica e sociais. A questão interna é tratada de modo secundário, fazendo referência especificamente ao bloqueio intelectual à ciência social crítica. O estudo da ideologia da dependência deve ser dinâmico, evidenciando a absorção dos influxos externos em função das tensões internas e sua reconfiguração a partir de um determinado processo histórico; portanto mais trabalhoso. É neste sentido que a troca do conceito de colonialismo por dependência ou, mais precisamente, de colonialismo intelectual por ideologia da dependência não é uma questão meramente formal, mas carrega em si o próprio método de análise da dependência.

Dito isto, o trabalho de Fernando Henrique Cardoso, mencionado anteriormente, constitui-se no exemplo oposto. E, nesse sentido, as limitações do livro são evidentes. Antes de mais nada, o próprio conceito de dependência que Cardoso trabalha ainda não está maduro, sendo impreciso e de certa forma volátil. Diz o autor:

Convém repetir que a ‘dependência estrutural’, tal como a concebemos, se distingue do conceito de ‘dependência externa’ utilizado pelos economistas e da ideia de que existe um ‘setor nacional’ e um ‘setor estrangeiro’ nas economias subdesenvolvidas. Evidentemente, tanto existe uma ‘dependência externa’, com graus variáveis, quanto um setor econômico estrangeiro. Porém, a dependência externa se manifesta por dimensões econômicas como a relação entre o coeficiente de importação e o PNB, ou o endividamento crescente dos países subdesenvolvidos etc., que não estão sendo considerados nesta análise. E por outro lado, a distinção entre setor estrangeiro e setor nacional da economia supõe que existe uma diferenciação no modo de comportamento das unidades produtivas e de quem as controla em cada um dos dois setores. Entretanto, essa diferenciação parece modificar-se quando a economia interna se internacionaliza, isto é, quando passa a operar *estruturalmente* vinculada ao modo internacional de produção industrial-capitalista, adotando suas técnicas produtivas e mantendo relações financeiras com ele independentemente do controle acionário nacional ou externo.

A ideia de *dependência estrutural* vai salientar, precisamente, que esses fenômenos se dão num contexto social e político em que as solidariedades, as alianças entre os grupos e os sistemas normativos por eles compartilhados começam a redefinir-se em função do novo corte estrutural significativo: pertencer ou não ao setor internacionalizado da economia nacional. (CARDOSO, 1971, p. 178).

Nos parece que o conceito de dependência estrutural proposto se modifica de acordo com o período histórico que se olha; válido, em efeito, para o período que o autor denomina de “internacionalização do mercado interno” (quando a economia interna se internacionaliza), mas não para o período agrário-exportador/liberal ou de desenvolvimento para dentro/populista. Dependência estrutural adquire, em realidade, um estatuto *circunstancial* de dependência, no sentido de que é algo periódico, que se conforma em uma dada ocasião e que, mais adiante, pode se esvaír de acordo com as novas configurações do capitalismo. Como vimos de maneira mais detalhada, o capitalismo dependente se mantém, o que se modifica são as formas históricas em que ele se configura. A dependência estrutural é fruto da inserção subordinada das economias latino-americanas no sistema capitalista, a partir dos processos de independência. Isto significa que a estrutura dependente (estrutura interna), com suas tensões e peculiaridades que a diferenciam, comporta em si a internalização mesma da situação de dependência (âmbito externo); é a configuração, portanto, do capitalismo dependente mesmo. Em suma, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, o conceito de dependência está melhor formulado pelo autor e por Faletto, ainda que sob uma base teórica weberiana.

Esse problema não é menor, pois implica no tipo de perguntas que se apresentam na metodologia proposta a partir do questionário. Se por um lado, os dados levantados sobre a opinião dos industriais em relação a dinâmica da política interna (percepção sobre o papel dos bancos, aliança de classes, percepção sobre a classe trabalhadora, etc.) devem ser aproveitados e levados em conta, por outro lado, fica evidente a lacuna sobre a percepção desse setor em relação às diversas frações da burguesia imperialista. Em outras palavras, enquanto alguns autores partem apenas da ideologia imperialista para compreender a ideologia das burguesias dependentes, Cardoso faz o caminho inverso, dando atenção tão somente ao âmbito interno. Assim, esse enfoque se torna “manco”, não conseguindo agarrar as ideias dominantes dessa classe em

sua totalidade, de modo que o que aparece inicialmente como uma orientação independente (por exemplo, a opinião dos setores industriais mais vinculados com o imperialismo sobre o papel positivo dos bancos em suas atividades), seria melhor compreendido quando pesquisado em função dessa dupla articulação, revelando aspectos da ideologia que poderiam, inclusive, contradizer as respostas iniciais.

Com efeito, não basta fazer um questionário sobre se o controle acionário da empresa é ou não totalmente nacional, se a empresa paga patente, remessa de lucro e juro ao exterior, se paga royalties e know-how ou ainda se as fontes de créditos são estrangeiras<sup>95</sup> (1971, p. 174-5), para então determinar se esses industriais são ou não são vinculados ao exterior – aliás, provavelmente esse tipo de levantamento poderia ser obtido de outras formas que não o questionário. A maior, menor ou não vinculação com o exterior caracteriza o grau de dependência dessas burguesias. Não basta, pois isso é em si pressuposto pelo conceito de burguesia dependente, de qual partimos. A partir daí, para o estudo da ideologia dessas burguesias – que como vimos antes, através do próprio questionário, tem interesse na exportação -, deveriam ser questionados os interesses dessa classe e a percepção da situação de classe, os condicionamentos em relação à burguesia imperialista e ao sistema capitalista internacional, tal como é feito em relação ao âmbito interno. Por tanto, faltam questões fundamentais para indicar a ideologia dominante da burguesia dependente: 1) questionamento sobre a existência e o motivo do interesse na associação com a burguesia “internacional”; 2) como seria a percepção da situação de classe frente ao imperialismo e quais são os limites e horizontes que se colocam a partir daí. Diversas perguntas poderiam ser derivadas dessas duas questões.

O trabalho de Miriam Limoeiro Cardoso, por seu turno, acaba indo nessa mesma direção. A metodologia empregada para investigar a ideologia dominante a partir da figura de Juscelino Kubitschek e circunscrita ao período de seu governo é menos reveladora quando comparada com a pesquisa feita

---

<sup>95</sup> De modo mais genérico possível, o autor inclui uma questão sobre o “fortalecimento do bloco ocidental”. Fernando Henrique Cardoso. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*, 1971, p. 141 – 143; p. 158 – 160.

diretamente com os grandes empresários industriais. Entretanto, a autora consegue ir mais longe em relação ao trabalho precedente, pelo fato de considerar melhor os laços externos, ainda que não considere a questão de método de modo satisfatório.

Para a autora, a ideologia desenvolvimentista adentra na América Latina colocando-a como um espaço a ser fortalecido - sob liderança regional brasileira -, diante do perigo comum, a saber, o comunismo. O desenvolvimento econômico seria a chave para enfrentar o subdesenvolvimento e a pobreza, sendo, por sua vez o meio pelo qual se chegaria ao objetivo de manter a ordem e a segurança contra a subversão comunista ou, em outras palavras, para perpetuar o capitalismo dependente. Contudo, ao não dar a devida atenção ao âmbito externo, a autora deixa transparecer que a questão do desenvolvimento, enquanto meio para manter a ordem vigente, elemento que compõe a ideologia desenvolvimentista, seria um produto da própria consciência da burguesia dependente, canalizada por Juscelino Kubitschek, perdendo de vista a preocupação do próprio capital internacional e de seus representantes de classe<sup>96</sup>.

Se Limoeiro Cardoso não considera devidamente os influxos ideológicos norte-americanos que acabam atingindo a consciência burguesa na América Latina, por outro lado ela observa que, em âmbito internacional, “os laços que garantem o exercício hegemônico dos Estados Unidos devem ser fortalecidos para que possa fazer frente a uma outra hegemonia que se estabelece”<sup>97</sup> (1975,

---

<sup>96</sup> Uma rápida passagem pela literatura sobre a política externa norte-americana no período considerado, demonstra que a luta pelo desenvolvimento como forma de erguer um muro contra a subversão comunista, não é oriunda das classes dominantes dos países dependentes, mas uma preocupação das classes dominantes do centro do capitalismo e, em especial, dos Estados Unidos. Sobre isso, Joseph S. Tulchin - voz acadêmica do liberalismo da burguesia internacionalizada – não deixa dúvidas:

“O debate sobre a Aliança para o Progresso incluía a noção de que a fome e o subdesenvolvimento geravam instabilidade social e levavam ao comunismo, enquanto que o desenvolvimento econômico fortaleceria a capacidade dos Estados de enfrentar as pressões subversiva”. Joseph S. Tulchin. *América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta*, 2016, p. 99.

Nesse sentido, a ideologia desenvolvimentista do período propunha a superação do subdesenvolvimento como meio para enfrentar a subversão comunista. Contudo, como visto, essa era uma preocupação central dos Estados Unidos através da Aliança para o Progresso e não apenas uma preocupação interna que ganhava respaldo externo, como sugere Miriam Limoeiro Cardoso.

<sup>97</sup> Sobre a Operação Pan-Americana, Miriam Limoeiro Cardoso resgata um sugestivo discurso feito por Kubitschek na Escola Superior de Guerra que ilustra a urgência enfatizada pelo ex-presidente

p. 131, tradução nossa). Aqui se expressa claramente um elemento da ideologia da dependência atuando na direção de estreitar os laços de dependência – garantindo o respaldo interno ao imperialismo - mediante a justificativa da manutenção da ordem e, portanto, do anticomunismo. Nesse sentido, ao contrário do que se poderia pensar, a “política desenvolvimentista não contraria os interesses americanos; ao contrário, encontra uma identificação profunda com eles”<sup>98</sup>. Não existe “da parte dela nenhum receio, nem ressentimento, nem oposição quanto aos Estados Unidos. O que ela pretende é a cooperação da grande nação” (1975, p. 134, tradução nossa).

Em uma passagem extremamente esclarecedora, Cardoso revela as potencialidades do método de análise da ideologia dominante das burguesias locais, quando considera de forma mais acurada a articulação entre os fluxos externos e internos que, como dito, não permeiam a pesquisa da autora exposta ao longo do livro.

Analisando com um pouco mais de cuidado, podemos chegar a concepção de que a ideologia do desenvolvimentismo é um caso particular da ideologia do desenvolvimento em geral, ou seja,

---

em relação à aliança com os Estados Unidos:

“O êxito final da Operação – bem o sabemos – não dependerá unicamente de nossa ação e de nossos esforços. Dependerá, em última análise, de um número de fatores e de circunstâncias latentes na atual situação internacional. O significado da Operação Pan-Americana transcende de muito os limites da política continental e vem ajustar-se às novas modalidades da crise mundial, num momento crítico para o Ocidente. A ameaça soviética era, até há poucos anos, considerada como uma ameaça de tipo puramente militar, localizada no Ocidente europeu. Já agora se percebe claramente que a guerra fria vai mudando de caráter, com a atenuação dos aspectos puramente militares e com uma ênfase cada dia maior nos aspectos econômico, industrial e tecnológico. O Ocidente, ao organizar o seu sistema defensivo, preparou-se para uma guerra que talvez não se materialize, muito embora seja justo reconhecer que poderia ter vindo a materializar-se não fora a adoção das medidas assecuratórias de defesa. A preocupação com a ameaça soviética, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, fez com que todos os esforços da diplomacia ocidental se concentrassem no auxílio e na recuperação das áreas devastadas pela conflagração. Como já disse, não queremos localizar e individualizar responsabilidades. Talvez na ocasião, os Estados Unidos da América não tivessem alternativa, e talvez a liberdade e a democracia tivessem sido sufocadas pela avalanche soviética, se essa política de auxílios não tivesse sido planejada e executada. O que acontece é que não podemos manter, em 1958, o mesmo plano de ação que foi considerado indispensável em 1945. Hoje, a América Latina está em situação mais precária do que a dos países reconstruídos da Europa e constitui o elo mais fraco da coligação ocidental. É para esse fato que não cessaremos de chamar a atenção de nossos amigos dos Estados Unidos da América com franqueza, com lealdade e até com palavras duras e realistas”. JK, Discursos, 1958, 1153, p. 424-5 apud Miriam Limoeiro Cardoso, *La ideología dominante: Brasil – América Latina*, op. cit., p. 132-3, tradução nossa.

<sup>98</sup> “Dadas essas condições, por outro lado, os interesses econômicos de cada polo encontravam canais flexíveis de harmonização, de confluência e de fusão. Isso fazia com que a incorporação não aparecesse como tal na consciência dos agentes econômicos (pelo menos no lado do polo periférico); e, além disso, concorria para conferir à articulação de economias capitalistas desiguais uma sólida base dinâmica (não só flexível e duradoura, mas suscetível de ‘crescer dentro da mudança’). Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, 2014, p. 276.

que coloca, para a zona do mundo, compreendida pelos países subdesenvolvidos, as condições necessárias da sua integração mais dinâmica no sistema capitalistas face às exigências atuais que ele apresenta, e da sua contribuição efetiva para a expansão do sistema como tal. (CARDOSO, 1975, p. 145, tradução nossa).

Mesmo não utilizando o conceito de dependência, Cardoso toca em alguns pontos característicos da nova etapa do capitalismo dependente, a partir da integração monopólica no pós-Segunda Guerra - o que, no campo ideológico, exigiria da autora uma articulação entre as ideias dominantes dos países centrais e não somente a consideração isolada das ideias dominantes locais. Existe no livro, com efeito, uma abordagem da economia política que, se não permite uma compreensão mais profunda do capitalismo dependente, tal como vimos no capítulo anterior, ainda assim possibilita vislumbrar de modo crítico alguns elementos da economia nacional (o problema da exportação e da deterioração dos termos de troca, a necessidade do setor exportador de viabilizar o projeto de desenvolvimento industrial, as carências internas de técnica e capital para assegurar o processo de industrialização, a utilização do Estado como indutor da transformação da economia em setores que a iniciativa privada não se interessaria por conta da margem estreita de lucros, entre outros). Para Juscelino Kubitschek, a cooperação internacional é central para o desenvolvimento nacional: “Se as nações ricas não se dispõem a participar na promoção do desenvolvimento, Juscelino não crê que esta possa passar de um sonho” (1975, p. 163, tradução nossa). Em um discurso em 1956, ainda no início de seu mandato, Juscelino coloca a questão nos seguintes termos:

‘A colaboração do capital estrangeiro não é assim matéria para debate emocional; é uma necessidade técnica... Se a nossa capacidade interna de capitalização é limitada, o recurso ao país é um meio de fortalecer a nossa economia. Rejeitar o capital estrangeiro sem a capacidade técnica e econômica de fazer os investimentos rejeitados não é nacionalismo: é fraqueza e timidez’. Dessa perspectiva, a discussão em torno das interferências que a participação estrangeira maciça possa ter – quanto aos rumos do desenvolvimento econômico nacional, quanto aos interesses que ele tenderá a satisfazer, quanto à nossa autonomia, de um modo geral – aparece como ‘emocional’. Racional para ela é a análise realística da situação, baseada em cifras objetivas, procurando as alternativas possíveis para a solução dos dilemas que a realidade econômica enseja.

[...]. Se o capital estrangeiro contribui para que os subdesenvolvidos se tornem prósperos, ao mesmo tempo contribui também para que se tornem soberanos. Será timidez desastrosa não compreender isso. (CARDOSO, 1975, p. 163-4, tradução nossa).

Em outra passagem que vai no mesmo sentido, Kubitschek é ainda mais contundente:

Necessitamos capitais geradores de capitais produtivos, de investimentos que venham a dinamizar o ativo de nosso País... Os capitais que vierem ajudar-nos nessa conquista devem ser considerados amigos. Não há capital colonizador a não ser nas colônias. Num país como o Brasil, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de emprego de capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa fragilidade, pela nossa anemia completa e irremediável, é ofensa à nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado.' Aí está a resposta que a ideologia do desenvolvimento de JK encontra para a tônica da problemática do nacionalismo em relação ao capital estrangeiro. (CARDOSO, 1975, p. 165, tradução nossa).

Estes dois trechos, não deixam margem de dúvida para a orientação do projeto de desenvolvimento de Kubitschek conquanto ao papel do capital estrangeiro. O governo de Juscelino se torna, com efeito, um dos principais exemplos da passagem do padrão industrial em sua etapa “internalizada” para a etapa de abertura internacional, de integração ao capital estrangeiro.

A ideologia substitui, assim, com vantagem para seu projeto, a relação dos países desenvolvidos com os subdesenvolvidos como exploração, pela relação dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos como inferioridade, receio e servilismo. São os subdesenvolvidos que se sentem inferiores e se tornam servis; e esse servilismo não é, de nenhuma maneira, resultado de uma exploração. (CARDOSO, 1975, p. 187, tradução nossa).

Como se vê, a ideologia desenvolvimentista nessa etapa histórica, de acordo com o estudo da autora, busca obscurecer qualquer problema que haja com a entrada de capitais estrangeiros e com o próprio estreitamento do grau de dependência, aspecto central no padrão de reprodução industrial em sua fase de integração ao capital estrangeiro. Para isso, como vimos, a ideologia burguesa deve reconfigurar inclusive o significado de nacionalismo e a relação exploração/explorado. Ela atua, nessa nova etapa do capitalismo dependente, em direção à uma nova acomodação e compromisso entre os interesses – tanto internos como, principalmente, externos. “O Programa de Metas foi montado contando com uma participação estrangeira da ordem de um terço do total de seus investimentos” (1975, p. 181, tradução nossa).

O hiato presente nesse método, que busca apreender a ideologia dominante, existe pelo fato do estudo estar preso em um lado das relações entre o centro e a periferia. Nesse sentido, quando se refere ao capital internacional é

apenas para colocar os interesses internos da burguesia dependente diante dele – seja pelo interesse de manter a ordem capitalista contra o perigo do comunismo como pela necessidade de capital estrangeiro para o desenvolvimento -, o caminho inverso, os interesses desse capital<sup>99</sup>, não estão expostos claramente, ainda que pressupostos enquanto exercício de exploração, o que claramente não é suficiente.

Ao final de seu livro, Miriam Limoeiro Cardoso consegue articular de forma mais aproximada as condicionantes do âmbito externo com as condições internas, a partir de uma reflexão histórica, ainda que apenas indicando o movimento geral – sem aplicar para o seu estudo de caso.

É útil recordar que esta ideologia toma o poder do Estado sem necessidade de estabelecer nenhuma ruptura ou solução de continuidade, exercendo sua direção e seu domínio como continuação do domínio anterior, que se apoderou do poder e dos aparelhos de Estado com o getulismo. A ascensão dos novos grupos sociais, fração da classe dominante em busca da hegemonia, vem-se dando, portanto, já há algum tempo. Com o desenvolvimentismo, porém, ela se consolida, então como função propriamente hegemônica. Mas é ideologia dominante dentro de um esquema de poder firmemente estabelecido, em que as frações da classe dominante fazem representar as relações que mantêm entre si e com as demais. É expressão, pois, das relações de forças num dado período, dependendo das condições das relações econômicas e ideológicas em que essas forças são determinadas. O sistema que forja estas relações, histórica e concretamente, é que define as condições da articulação social que a ideologia dominante expressa do ponto de vista das frações que exercem a direção e o domínio. Este sistema não pode, no caso, ser pensado unicamente em termos de Nação, pois sua constituição é mais ampla. Representando relações de domínio cujo estabelecimento deriva do sistema global, a ideologia dominante nacional expressa especificidades nacionais, sim, mas também e essencialmente os meios de domínio (não explicitados como tal) no sistema. (CARDOSO, 1975, p. 286-7, tradução nossa).

---

<sup>99</sup> “O Departamento de Comércio dos E.U.A. calcula os fluxos totais de capital por conta do investimento privado, entre 1950 e 1965, dos E.U.A. para a América Latina: US\$ 3, 8 bilhões; e da América Latina para os E.U.A.: US\$ 11, 3 bilhões. O que deixa, tal qual assinalou o ministro Valdés, um fluxo neto da pobre América Latina aos ricos E.U.A., de US\$ 7, 5 bilhões (Magdoff/98)”. André Gunder Frank. *Lumpenburgueia: lumpendesarrollo*. op. cit., p. 107.

Fernandes demonstra o tipo de pressão externa exercido pelo capital internacional:

“[...] uma pressão de fora para dentro, nascida das estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial. Fortificando-se num crescendo avassalador, essa pressão ameaçou vários interesses econômicos internos e pôs em causa a própria base material de poder de certos setores da burguesia brasileira. Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de ‘desenvolvimento com segurança’, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento”. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*, 2014, p. 254

Essa reflexão deveria ter permeado toda a construção de sua pesquisa. De todo modo, ainda que diversos aspectos importantes sejam desvelados, a ausência do conceito de dependência enquanto ponto central na teorização do capitalismo brasileiro, não permite a autora apreender integralmente, em seu estudo, a ideologia dominante das burguesias dependentes. A insistência nesse aspecto, mais uma vez, não é mera formalidade. Ao nosso ver é central para desvelar em sua totalidade os fundamentos da ideologia dominante das burguesias dependentes. No entanto, essa última citação demonstra que a autora, já ao final de seu rigoroso estudo, se dá conta da lacuna ao apontar que a ideologia dominante, produto de relações históricas, expressa o ponto de vista das frações que exercem o domínio, sendo estas não apenas nacionais (ainda que com as especificidades locais), mas derivadas do sistema global - caberia acrescentar que, não apenas do sistema capitalista em geral, mas das próprias burguesias imperialistas. Em uma nota de rodapé desta mesma citação, a autora ciente da questão, observa que:

Para explicar esta ideologia particular, portanto, é necessário investigar as relações econômicas e ideológicas, histórica e concretamente ao nível do sistema que ela se engendra. O que constitui uma tarefa árdua e extensa, que no momento não pode ser mais do que uma proposta ou um projeto. (CARDOSO, 1975, p. 287, tradução nossa).

Essa articulação levada a cabo é o que revela a raiz da ideologia das classes dominantes do capitalismo dependente, de modo que o que ela chama de ideologia particular, consiste na ideologia da dependência, só podendo ser desvelada, portanto, com o instrumental da Teoria Marxista da Dependência. Como a autora percebe, essa é uma tarefa árdua e extensa, exigindo uma investigação que considere os âmbitos econômicos, históricos e ideológicos, ao qual poderíamos adicionar o aspecto político e social.

Enfim, feitas tais considerações específicas sobre esses trabalhos que analisamos para substanciar o debate sobre a questão de método – trabalhos que são muito mais complexos e abordam uma quantidade maior de reflexões -, cabe debater mais a fundo o método proposto para o estudo da ideologia dominante das burguesias dependentes.

### 3.3 – IDEOLOGIA IMPERIALISTA E IDEOLOGIA LOCAL: POR UM MÉTODO CRÍTICO

Como foi possível perceber nos exemplos anteriores, determinadas dimensões ideológicas acabam se perdendo quando a abordagem não é dialética, de modo que, nem o âmbito externo e nem o âmbito interno, tomados isoladamente, dão conta de explicar as ideias dominantes locais em sua complexidade. O balanço crítico dos estudos analisados anteriormente, nos coloca na rota de um método mais apropriado para identificar a ideologia da dependência.

Embora a ideologia dominante tenha sido pouco debatida dentro dos marcos da Teoria da Dependência em sua vertente marxista, alguns trabalhos trazem contribuições fundamentais para a perspectiva que buscamos elaborar. O sociólogo argentino Tomas Amadeu Vasconi, é um dos únicos intelectuais que debateram essa temática, demonstrando as potencialidades do estudo dessa ideologia particular, a partir da dependência. Em seu trabalho *Dependencia y superestructura y otros ensayos (sobre ideologías y educación en América Latina)* (1970), Vasconi se esforça exatamente em identificar as peculiaridades da ideologia das classes dominantes/dominadas - ainda que a perspectiva adotada pelo autor sobre o conceito de ideologia e a concepção não marxista do conceito de alienação, são as grandes debilidades do trabalho, não permitindo identificar todos os efeitos da ideologia da dependência sobre essas sociedades<sup>100</sup>. Contudo, nos interessa observar o método empregado pelo autor. Nesse sentido, Vasconi propõe uma reflexão a partir dos influxos ideológicos externos:

[...] a partir da perspectiva dos países dominantes a difusão ideológica opera como um instrumento de ampliação da dominação que exercem sobre outros países ou regiões, do ponto de vista das classes dominantes do país ou área dominada, sua adoção forma parte da atividade de dominação que exercem na ordem interna. É preciso ter em conta, nesse caso, que sua própria posição de classe dominante na região ou país dominado, deriva de suas relações específicas, de sua

---

<sup>100</sup> Tomas Vasconi adota a perspectiva althusseriana com a qual não convergimos nesse estudo.

particular vinculação com o que, eufemisticamente, se denomina 'setor externo'.

Assim, da perspectiva em que se situa este ensaio, a adoção de determinadas ideologias 'externas' pelas classes dominantes dos países subdesenvolvidos cumpre basicamente duas funções principais: a) Em primeiro lugar, levantar toda uma superestrutura que legitime sua relação de classe dominante local com o 'centro dominante internacional'; b) Logo, já na ordem interna, legitimar sua própria posição dominante, ao operar como instrumento de dominação e meio de distinção com relação às classes e grupos subordinados. (VASCONI, 1970, p. 35-6, tradução nossa).

O movimento da ideologia imperialista se dá na direção da expansão para outros espaços e pela absorção desta pelas classes dominantes locais, constituindo uma relação que, antes de mais nada, legitima os interesses imperialistas contidos nessa ideologia. No entanto, essa absorção se dá no bojo de relações muito concretas. Como vimos no segundo capítulo, a inserção subordinada dos países dependentes ao mercado internacional, condiciona as margens de atuação interna, configurando a situação de dependência. Assim, a absorção da ideologia imperialista acompanha a absorção de estruturas econômicas, políticas e sociais. De acordo com Florestan Fernandes:

A passagem da satelização colonial para a satelização pelos mecanismos do mercado requeria que isso acontecesse, pois se impunha que a economia interna se articulasse, institucionalmente, tanto ao mercado mundial quanto ao mercado hegemônico externo, o que pressupunha a absorção de estruturas econômicas aptas a produzir o desenvolvimento de tipo capitalista inerente a esses dois mercados. (FERNANDES, 2014, p. 265).

Com efeito, a situação de classe da burguesia local dentro do capitalismo dependente é estreita:

Por curioso ou estranho que pareça, todos os tipos de 'empresários' que operavam na agricultura, na criação, na mineração, no comércio, na indústria, com os bancos etc., orientados para dentro ou para fora, sucumbiram às limitações e às inibições do padrão descrito de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo dependente. (FERNANDES, 2014, p. 283).

Como já foi mencionado no capítulo anterior, as burguesias dependentes, sabedoras das restrições impostas pelo intercâmbio desigual com sua expropriação de valor, tomam consciência da situação de dependência e, portanto, da condição de classe dentro da divisão internacional do trabalho. Ao invés de enfrentar essa questão, procuram compensar internamente, essas

“inibições”. É, nessa direção que, por outro lado, a internalização dessa ideologia contribui para a legitimação da ordem interna sobre as demais classes sociais. Nesse sentido, o passo seguinte é pensar a ideologia a partir da própria dependência. Vasconi capta a dialética desse movimento duplamente articulado, indicando a referência externa e a peculiaridade interna:

1) Em um enfoque estrutural consequente é impossível considerar a estrutura social – e por consequência as mudanças e o desenvolvimento – de qualquer país latino-americano (ou da região em sua totalidade) fora da estrutura maior que constitui o sistema capitalista internacional. Em outras palavras, estas estruturas (e suas correspondentes formações superestruturais: instituições, ideologias, etc.) não podem ser analisadas senão como *estruturas regionais*, que ocupam dentro daquela estrutura maior uma posição determinada (dependente).

2) Deste modo, as classes sociais, seus comportamentos e suas ideologias, não poderão ser definidas só com relação aos determinantes *internos* de cada uma das sociedades nacionais, mas mediante uma referência permanente ao contexto inclusive do capitalismo internacional.

Esta não é, no entanto, insistimos, uma referência a um denominado “setor externo”; a dependência se expressa internamente nas sociedades subdesenvolvidas; é a determinante básica de seu modo histórico de constituição.

3) As formações sociais subdesenvolvidas, em nosso caso específico, não são senão o modo de realização histórica do capitalismo em uma área dependente. Dito de outra maneira: o modo de produção capitalista dependente dá nascimento a um tipo de formação social que não reproduz as características das sociedades capitalistas de desenvolvimento originário. As classes sociais, em suas características e seus comportamentos, haverão de ser redefinidas segundo este novo modo de produção.

4) Em relação às formações superestruturais – tanto institucionais como ideológicas -, repetiremos que sua emergência não seria explicável sem a referência ao contexto maior do sistema capitalista mundial e sem relação às características de seu “centro” dominante. No entanto, novamente é um erro considerar que sua “eficácia” deriva “só” da força de “ações externas” (por exemplo, imputar a eficiência com que se difundem certas ideologias aos meios de difusão). Essa eficácia depende também das estruturas internas com as quais tais ideologias resultam perfeitamente compatíveis. É *no interno*, definido como estrutura dependente, onde devemos buscar a explicação da eficácia das ações ideológicas “externas”. (VASCONI, 1970, p. 39, 40, 41, tradução nossa).

O autor sintetiza essa reflexão da seguinte forma:

A função das ideologias dominantes e o comportamento ajustado a elas das classes dominantes, resultarão perfeitamente claros dada a posição dominante destas no “sistema interno” e sua subordinação no sistema maior de dominação internacional. Isto é, se atendemos ao fato de que sua dominação deriva tanto da propriedade e posse dos meios de produção (como em qualquer

modo de produção capitalista) quanto de suas específicas relações com o centro dominante do sistema capitalista internacional.

Em qualquer momento da história destes países, as ideologias dominantes refletirão esta dupla situação: o sistema de dominação interno – e a particular posição dentro dele da classe dominante –, e o sistema de interdependência e dominação internacional. (VASCONI, 1970, p. 41, tradução nossa).

De acordo com o raciocínio de Tomas Vasconi, a ideologia dominante reflete essa dupla situação, ao qual poderíamos complementar dizendo que expressa, assim como também contribui para a reprodução da ordem<sup>101</sup>. A dupla situação ao qual o autor se refere não é nada mais do que a dupla articulação ou, como vimos no segundo capítulo, a relação dinâmica entre a situação de dependência e a estrutura dependente. Nesse ponto, cabe retomar de forma mais precisa uma passagem preciosa de Florestan Fernandes:

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às econômicas centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia 'fazem história'. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. (FERNANDES, 2014, p. 293).

---

<sup>101</sup> Gilberto Vasconcelos, vai nessa mesma direção em seu livro *Ideologia curupira*:

“Embora seja determinante o influxo externo, a análise não deve descartar-se das condições internas da produção ideológica, isto é, da articulação das classes no plano nacional. A ideologia da classe hegemônica não determina, de maneira direta, a vida ideológica na periferia. Talvez o fato tivesse ocorrido na época colonial quando nossa produção intelectual era um simples reflexo da metropolitana. Mas, a partir da formação da sociedade nacional, torna-se impossível a compreensão das ideologias sem levar em conta a relação do influxo externo com a inserção dos grupos ou das classes no interior da sociedade subordinada. O ponto de vista aqui exposto coaduna-se com um ensaio de T. A. Vasconi: o papel das ideologias na América Latina não pode ser interpretado se o sociólogo se ativer apenas ao desenvolvimento da sociedade nacional. Isso porque há uma defasagem entre estrutura e superestrutura, aspecto que marca a diferença em relação ao ‘modelo’ clássico. Que sirva de exemplo o liberalismo: na Europa ele é explicável através do vínculo orgânico que mantém com a estrutura social; no contexto latino-americano isso não ocorre. Por isso, apontam-no como o primeiro grande ‘paradoxo’ histórico da América Latina, pois houve durante muito tempo um desacordo entre as fórmulas da ideologia liberal e as condutas efetivas da vida cotidiana. ‘Sobre um corpo de estrutura agrária e vida tradicional, se estendeu a débil capa de uma doutrina predominantemente liberal e urbana’, escreve A. Vasconi”. Gilberto Vasconcelos, *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, 1979, p. 173- 4.

Em outro trecho, o autor diz:

A dupla articulação não cria, apenas, o seu modelo de transformação capitalista. Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos de dominação imperialista externa. [...]. É claro que nada impedia – a não ser a polarização conservadora da consciência burguesa, exclusivamente isolado *dentro* de seus interesses de classe e de dominação de classe – que a revolução nacional fosse encaminhada de outra maneira, mesmo dentro do capitalismo. (FERNANDES, 2014, p. 349).

Como vimos no segundo capítulo, a conformação da situação de classe com seus horizontes (a posição dominante na região ou no país dependente), seus limites (a subordinação perante as classes dominantes do centro e ao sistema capitalista, bem como as concessões internas devido as tensões e luta de classes) e os interesses que se entrelaçam a partir daí, conformam a consciência das burguesias dependentes, que contribui para a manutenção da dependência – conforme a última observação de Florestan Fernandes.

Essa associação permite aos grupos que dela participam liderar o processo de acumulação e alcançar posições monopólicas em suas regiões ou Estados Nacionais, sem qualquer proporção aos resultados que seriam alcançados com o uso de recursos internos. (MARTINS, 2011, p.240).

Ainda que participe ativamente dos processos de revolucionamento inerentes às passagens das diversas etapas da dependência, a consciência dependente não vislumbra em seu horizonte sequer o revolucionamento dentro da ordem. Em efeito, a ideologia da dependência expressa e reproduz essa história de circuito fechado porque os limites concretos com que a consciência burguesa se depara consistem exatamente no fechamento de circuitos alternativos. Ora, a negação da dependência por parte das burguesias subordinadas, é a negação de sua posição monopólica no âmbito interno, a negação, portanto, de si mesmas.

Dito isto, vale retomar a reflexão de Vasconi para analisar mais de perto esses dois polos da dupla articulação.

Em um nível mais geral dos influxos externos, encontra-se a estrutura do sistema capitalista internacional que, tal como observa o autor argentino, impacta tanto no centro dominante quanto na periferia do sistema capitalista. Em nossa

opinião, foi um trabalho do próprio Tomas Amadeu Vasconi escrito em conjunto com Marco Aurélio Garcia - *Le développement des idéologies dominantes en Amérique latine* (1974) -, que melhor conseguiu aplicar em uma análise histórica o método de apreensão das ideologias das burguesias dependentes. Em relação ao influxo externo em um nível mais sistêmico combinado com a própria condição do imperialismo, os autores apontam a possibilidade de aproximação ou afrouxamento dos laços de dependência, da situação de dependência, que é claro, se reflete na estrutura ideológica das classes dominantes locais. Dizem os autores:

Primeiramente a relativa similitude da conjuntura internacional que provoca a emergência desses fenômenos. Tanto nas circunstâncias atuais quanto nos exemplos do varguismo e do peronismo, a síndrome ideológica em questão surge nesses momentos de crise do sistema imperialista, que permite o “relaxamento” dos laços “metrópole-satélite” para empregar o casal que agrada tanto a Gunder Frank. Ontem a crise de 1929 e seus efeitos, a segunda guerra mundial e o conflito coreano; hoje, a guerra do Vietnã e suas consequências mais dramáticas – crise do sistema monetário internacional, o líder político dos Estados Unidos profundamente contestado no “mundo livre”, acrescentando à perda na crença do prestígio das administrações sucessivas junto aos cidadãos norte-americanos mesmos. (VASCONI; GARCIA, 1974, p. 185, tradução nossa).

Como pudemos ver no capítulo anterior, a reflexão sobre as tendências de estreitamento ou afrouxamento dos laços de dependência, da situação de dependência, isto é, dos parâmetros exteriores condicionantes, já estavam em André Gunder Frank. O autor observa que nos 25 anos que vão da grande depressão de 1929 até o fim da guerra da Coréia e escassez de divisas, em 1955 – ao que podemos acrescentar a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como novo centro dominante do sistema capitalista -, constituem o período em que os limites condicionantes se encontravam menos rígidos, mais porosos, quando esses laços estiveram mais distantes. Se foi nesses anos, de acordo com Frank, que o processo de industrialização adquiriu seu status de maior “independência” sendo levado mais longe do que em qualquer outra época, foi também quando a ciência oficial burguesa adquiriu, aparentemente, seu caráter mais autônomo. O mérito de Vasconi e Garcia foi o de incorporar essa reflexão e aplicá-la a uma nova etapa histórica (abarcando a Guerra do Vietnã, a crise do sistema monetário internacional e a perda de prestígio das administrações no seio

da própria sociedade norte-americana)<sup>102</sup>.

Entretanto, é fundamental fazer uma ressalva quando dizemos que a questão sistêmica é um componente do âmbito externo, já que os países dependentes são parte estrutural do sistema capitalista, não estando fora ou a margem, mas exercendo seu papel na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, estão tão dentro do sistema capitalista quanto os países imperialistas. Dizemos aqui influxo externo, tão somente pois não é oriundo das condições internas dos países dependentes.

Contudo, a pujança ou crise sistêmica (que arrastam consigo países imperialistas e dependentes, é verdade) não expressam o âmbito externo em sua integralidade. Octavio Ianni, em *Imperialismo na América Latina* (1974), aponta outro aspecto essencial do influxo ideológico externo na constituição da ideologia da dependência, a saber, justamente a promoção dos interesses imperialistas – pode parecer, a princípio, que o autor acaba recaindo no mesmo equívoco de James Petras e outros autores ao estender a ideologia imperialista à toda estrutura ideológica das burguesias dependentes, mas como veremos, esse não é o caso de Ianni. Para o autor:

[...] a ideologia e prática envolvidas nas relações, processos e estruturas imperialistas somente se tornam efetivas quando elas se generalizam no interior da sociedade subordinada. Note-se, contudo, que a ideologia – sob as mais diferentes modalidades – desempenha uma função fundamental nesse processo de internalização do domínio imperialista. Ela opera no nível da constituição da consciência de subordinação. Em geral, ela está na base da ideologia da classe dominante no país dependente. (IANNI, 1974, p. 179).

Ou seja, a ideologia imperialista opera no sentido de efetivar sua dominação buscando generalizar na consciência social e, em particular na consciência das burguesias dependentes, a ideia de subordinação. Esse influxo externo reflete a situação concreta que existe na divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, desempenha uma função de manter a subordinação dentro de hierarquia nas relações internacionais. No entanto, o risco da análise que considera o conjunto de ideias locais como mera reprodução do sistema de

---

<sup>102</sup> Bambilra vai nessa direção ao observar que:

“A partir de meados de 1960, quando nos Estados Unidos se inicia uma crise política – como resultado dos efeitos da guerra do Vietnã -, seguida por uma grande crise econômica, diminui a capacidade relativa de imposição intransigente dos objetivos do centro hegemônico frente às classes dominantes dos países dependentes”. Vânia Bambilra, *op. cit.*, p. 146

ideias estrangeiras (dos países centrais), é o de acabar recaindo no erro que já mencionamos anteriormente, a saber, o de compreender essas ideias como deslocadas da realidade, como um conjunto de ideias que estão fora do lugar. O famoso ensaio de Roberto Schwarz, *As ideias fora do lugar*, identifica a contradição presente no desajuste das ideias dominantes oriundas da Europa (o iluminismo, o liberalismo) com a condição concreta do Brasil da primeira metade do século XIX.

Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. [...]. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência – mas nem só disso vivem as ideias. [...]. Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. (SCHWARZ, 2012, p. 12-3).

Notemos como a falsa consciência se exprime de uma forma original para o mesmo arcabouço de ideias vigentes na Europa. Se por um lado, somente a classe dominante local era capaz de estar em contato com as novidades ideológicas oriundas da Europa, as “ideias mais avançadas da época” e que, portanto, estava em condições de importá-las, por outro lado, tais ideias iluministas, de liberdade, igualdade e fraternidade, em suma, as ideias liberais, que estavam até mesmo transcritas parcialmente como Declaração dos Direitos do Homem na Constituição Brasileira de 1824, circulavam pelas mãos dessa mesma classe dominante que sustentava o instituto da escravidão. Estas são as ideias fora de lugar, apontadas por Schwarz.

No livro *O labirinto latino-americano* (1995), Ianni retoma a polêmica levantada por Schwarz sobre esse deslocamento das ideias iluministas para a América Latina. Diz Ianni:

A realidade parece não conformar-se com as ideias, noções, conceitos. Não se conforma às coordenadas cartesianas, aos critérios do positivismo, pragmatismo, utilitarismo. Mesmo os ideais do liberalismo econômico revelam-se exteriores, deslocados. E os da democracia ainda mais. No vasto e intricado espelhismo em que se revela a América Latina, conceitos e ideias parecem extraviados. (IANNI, 1995, p. 121-2).

Com efeito, esta é a impressão que se tem quando se observa o transplante das ideias dominantes no centro capitalista para as realidades locais.

A rigor, no empenho de buscar a contemporaneidade, de ser contemporâneo do seu tempo, o pensamento latino-americano revela, também, um contínuo ou periódico desencontro com a realidade. A força ou o fascínio das ideias, noções, conceitos, teorias e doutrinas buscadas na Europa e Estados Unidos faz com que esse pensamento se veja, periódica ou continuamente, desencontrado do que são as relações, os processos e as estruturas que constituem a realidade. Por isso é que nele perdura a impressão de que a realidade é e não é; refere-se e não se refere à realidade latino-americana. É como se houvesse um hiato entre a realidade e a reflexão, o pensamento e o pensado. Por isso subsiste a impressão de que a América Latina, como um todo e em suas sociedades nacionais, parece uma realidade em busca de conceito. (IANNI, 1995, p. 123-4).

Para verificar do que subsistem essa ideologia que, como diz Schwarz, não vive apenas de descrever a realidade, é necessário considerar satisfatoriamente o âmbito interno. Por levarem em conta, em certo sentido, esse aspecto interno da realidade social brasileira e latino-americana, nem Schwarz e nem Ianni entendem a reprodução das ideias estrangeiras como uma mera desconexão entre o pensamento e o pensado, como se fossem simplesmente um apanhado de ideias exóticas e fora de lugar que circulam pelo continente. Nesse sentido, nos esclarece Schwarz:

*[...] adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente 'objetiva', para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. [...]. De ideologia que havia sido – isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências – o liberalismo passa, na falta de outro termo, a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio por meio de alguma razão 'racional', o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vê, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo. [...]. E nada melhor, para dar lustre às pessoas e à sociedade que formam, do que as ideias mais ilustres do tempo, no caso as europeias. (SCHWARZ, 2012, p. 18-9).*

A ideologia liberal, transportada para uma sociedade escravocrata, exercia a função de justificar e legitimar a arbitrariedade. Servia, ademais, como elemento de distinção.

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as ideias mais adiantas do planeta, ou quase pois o socialismo já vinha à

ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgrças, ambiguidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. (SCHWARZ, 2012, p. 26).

Ora, a ideologia liberal não se resume à falsidade, ela inicia seu trajeto enquanto influxo externo, para em seguida enraizar-se e tornar-se parte concreta sendo, também, verdadeira; está fora e ao mesmo tempo em seu lugar. Nessa mesma direção, Octavio Ianni coloca a questão da ideologia liberal em seus termos, articulando os dois polos desse problema, isto é, observando a vinculação com a vida social interna, com a vida material - tal como vimos n'A ideologia alemã - e percebendo a existência de uma função determinada.

Mas esse exotismo não é sempre inócuo, inocente ou equívoco. Ao contrário, às vezes pode ser importante para esclarecer aspectos e criações do pensamento latino-americano. O descolamento entre a ideia e a realidade, o pensamento e o pensado, nem sempre é tão geral como sugere o conceito. Em certos casos, há segmentos da realidade social latino-americana que se articulam no conceito emprestado, na ideia produzida noutro lugar. O conceito, a ideia ou a interpretação pode estar fora do lugar, no sentido de que não corresponde plenamente à realidade adotiva. São evidentes e chocantes as diferenças, os desencontros. Mas, ao mesmo tempo, pode haver segmentos da realidade, compreendendo relações, processos e estruturas, ou indivíduos, grupos sociais, classes sociais e instituições, que ressoem a ideia, o conceito, a interpretação. Além de que, em certos casos, esses segmentos podem ser os elos sem os quais as articulações da sociedade, deste ou aquele país latino-americano, não se situa nem se integra no 'concerto das nações civilizadas', ou na 'civilização ocidental e cristã'. As ideias emprestadas tanto servem para a inteligência dos problemas que os setores dominantes são obrigados a equacionar como para legitimar o peso da dominação sobre os trabalhadores, a massa ou, simplesmente, os nativos" (IANNI, 1995, p. 133).

A reflexão sobre o lugar das ideias, trazidas à guisa de ilustração, recoloca o problema de que ambos influxos ideológicos externos (sistêmicos e imperialistas) são apenas uma parte do momento da constituição da ideologia da classe dominante/dominada. No entanto, não obstante os evidentes avanços e contribuições trazidas por Schwarz, para o propósito de identificar a constituição da ideologia da dependência, "*As ideias fora do lugar*" acabam ficando no meio do caminho.

Como a relação do âmbito externo não é monológica, mas dialógica, no decorrer do processo histórico a burguesia dependente tenciona, em vista de seus interesses e condições, tal interação. Com efeito, a conjunção da situação de dependência e da estrutura dependente comporta uma articulação tensa, com choques e até lutas, seja no âmbito interno que no âmbito externo. Nesse sentido, o trabalho de Miriam Limoeiro Cardoso demonstra como as burguesias locais podem utilizar os conflitos internos (a classe trabalhadora em ofensiva, o perigo do comunismo, etc.), como forma de barganha com o imperialismo – o governo de Kubitschek utilizou esse discurso para atrair uma maior quantidade de inversão estrangeira no Brasil, ainda que, no fundo, tal perspectiva fosse diretamente de encontro com os interesses norte-americanos. De toda forma, isso demonstra, em períodos históricos determinados, uma possibilidade de alargamento da situação de dependência em benefício das classes dominantes locais, o que por certo, penetra em sua consciência<sup>103</sup>.

Passando para a reflexão do polo interno, a estrutura da dependência, Florestan Fernandes parece indicar um caminho sólido:

É evidente que as nações hegemônicas exportam suas ideologias e utopias. Nesse sentido as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes. Contudo, é preciso levar-se em conta que isso ocorre dentro de uma linha que responde a novas condições econômicas, histórico-sociais e políticas. (FERNANDES, 2014, p. 366).

Nesse sentido, a reprodução da ideologia imperialista no âmbito interno, deve levar em contas as especificidades da dependência. Assim, o que era antes

---

<sup>103</sup> De acordo com Tulchin, foi no período do entre-guerras que o México se valeu do afrouxamento da situação de dependência para melhor acomodar seus interesses:

“No período posterior à guerra, o governo mexicano batalhou para restaurar a força do Estado e ao mesmo tempo criar uma relação bilateral com os EUA que desse ao México algum senso de autonomia como uma nação soberana. Nas duas décadas entre as guerras mundiais, a meta dupla da política externa mexicana foi usar as nações de fora do hemisfério como alavancas em suas relações com os EUA e ao mesmo tempo buscar estabelecer uma defesa contra as agressões norte-americanas, principalmente em favor de seus interesses econômicos. Durante esse período, sucessivos governos tentaram obter as mesmas vantagens estratégicas dentro de suas próprias fronteiras que os EUA tinham em todo o hemisfério. O petróleo tornou-se a principal causa de tensão entre EUA e México pela nacionalização dos polos petrolíferos pertencentes a grupos estrangeiros, em 1938, no governo Lázaro Cárdenas, as intensas negociações bilaterais destinadas a acalmar a crise acabaram produzindo uma parceria estratégica construtiva, que concretizou as principais metas das duas nações”. Joseph S. Tulchin. *op. cit.*, p. 71-2.

Evidentemente, isso foi possível justamente por conta desse momento de afrouxamento dos laços de dependência, no bojo de uma crise sistêmica que apontava para a “troca de guarda” da potência imperialista, com os Estados Unidos substituindo a Inglaterra

meramente uma operação ideológica imperialista nos países dependentes que, como diz Ianni, age no sentido de cristalizar a situação de subordinação perante o sistema internacional e às burguesias imperialistas, sob os expedientes ideológicos com os quais já debatemos (obscurecer, justificar, naturalizar, inverter, etc.), deve ser entendida em função dessas particularidades.

De um modo geral, Florestan Fernandes, capta a função interna dessa ideologia dominante:

Em uma economia capitalista dependente e subdesenvolvida, a ordem social competitiva tende a reproduzir a acumulação dual de capital e a apropriação repartida do excedente econômico nacional, ou seja, a sobreapropriação capitalista do trabalho. Para assegurar eficácia e continuidade, tal ordem social não pode depender, exclusivamente, de meios opressivos e violentos de reprodução social do trabalho sobre-explorado. Nem tudo que as classes 'baixas' fazem (ou deixam de fazer), em detrimento de seus interesses de classe, de sua consciência de classe, de forma exequíveis de atuação como classe e de solidariedade de classe, procede de 'manipulações' diretas das classes privilegiadas ou do que se chama vulgarmente 'as imposições do sistema'. Nas condições dinâmicas em que opera, a ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida também libera motivações, disposições e identificações que tendem a envolver as classes 'baixas' e vinculá-las aos processos de *continuidade da ordem* (em termos de estabilidade e de mudança). (FERNANDES, 2009, p. 84-5).

Fernandes parece refutar uma abordagem mais vulgar, em que as classes trabalhadoras são compreendidas como massas manipuláveis. A questão é mais complexa, a ideologia dominante não apenas incide sobre as demais classes sociais, mas leva em conta, de certa maneira, sua identidade e motivações, para melhor envolvê-las. Conforme vimos com Terry Eagleton no primeiro capítulo, a ideologia dominante, para sobreviver, para se manter como tal, deve levar em conta as vontades, necessidades e desejos das demais classes, em especial da classe trabalhadora, o que a obriga, no mínimo, a reconhecer um "outro"; deve, portanto, superar uma tendência autoritária, monológica, ainda que o seja, para ter uma abordagem dialógica. Com efeito, o estudo do domínio da burguesia industrial dos países dependentes, por exemplo, deve ter em conta que, o "compromisso com os interesses de várias classes e setores é, portanto, a condição para que a hegemonia burguesa-industrial se torne efetiva" (BAMBIRRA, 2012, p. 92).

Em suma, o movimento do capitalismo dependente apreendido pelo conceito de dupla-articulação, permite evidenciar as diversas dimensões dos

aspectos externos e internos. No caso desse estudo, o conceito foi mobilizado para identificar a estrutura ideológica das burguesias dependentes, revelando os diversos elementos que a configuram. Portanto, explicitado o método para sua apreensão, podemos enfim, apontar com mais rigor a essência da ideologia da dependência.

Para efeitos metodológicos, debatemos anteriormente como a operacionalização de pesquisas de campo, questionários, análise de dados quantitativos ou qualitativos influem na capacidade de apreensão da ideologia. Fernando Henrique Cardoso recorreu à um questionário feito diretamente com as burguesias industriais brasileiras e argentinas com o intuito de desvendar as contradições e cisões no seio da burguesia, não obstante apontar para a efetividade do levantamento de dados como tratados e acordos internacionais, manifestos sindicais, entre outros como recurso que melhor indique a ideologia dominante. Miriam Limoeiro Cardoso, por seu turno, escolheu fazer uma análise da ideologia dominante a partir da análise de discursos e de livros escritos por Juscelino Kubitschek. Acreditamos que a metodologia se torna mais rica ao incorporar outros elementos, em especial, a análise de tratados, acordos e conferências internacionais, conforme indica Octavio Ianni. Segundo o autor, o grau de vínculo e a circularidade entre uma e “outra ideologia aparece de forma clara nos acordos, pactos, tratados e alianças econômicos, políticos, militares e culturais, estabelecidos entre uma e outra burguesia, por sobre as outras classes sociais, em especial o proletariado urbano e rural” (IANNI, 1976a, p. 14). Um exemplo dessa possibilidade metodológica foi exposto por Gunder Frank<sup>104</sup>,

---

<sup>104</sup> André Gunder Frank traz um caso interessante que ilustra a existência das tensões e choques, conforme descrito por Vânia Bambirra, na relação entre as burguesias dependentes e imperialistas.

“Enquanto isso, a reintegração da América Latina no desenvolvimento imperialista, conduziu a uma tal descapitalização da América Latina em direção ao exterior que a burguesia latino-americana agora grita ao céu em uma tentativa de pressionar seu sócio maior na exploração do povo latino-americano a conceder-lhe um melhor trato na repartição dos benefícios resultantes. ‘É crença generalizada que nosso continente está recebendo uma ajuda real em matéria financeira. As cifras demonstram o contrário. Podemos afirmar que a América Latina está contribuindo a financiar o desenvolvimento dos Estados Unidos da América e de outras nações industriais. Os investimentos privados, significaram e significam para a América Latina que as quantidades que são retiradas do nosso continente são várias vezes superiores aos que se investem. Nosso capital potencial se empobrece. Os benefícios do capital investido crescem e se multiplicam enormemente, mas não em nossos países e sim no estrangeiro. A chamada ajuda, com todos os condicionantes que conhecemos, significa mercado e maior desenvolvimento para os desenvolvidos, mas não tem conseguido por certo compensar as somas que saem da América Latina em pagamento da dívida externa e como resultado dos lucros que geram o investimento privado direto. Em uma palavra, temos consciência que é mais o que a América Latina dá do que o que a América Latina recebe.

através do caso do Ministro de Relações Exteriores chileno, Gabriel Valdés, que representou, em Washington, em 1969, a insatisfação comum dos países da América Latina diante da transferência de excedentes para os Estados Unidos – consistindo em um caso de clara tentativa de ampliação dos limites da situação de dependência, permitido por um período breve de afrouxamento dos laços entre “satélite e metrópole”, conforme observado por Vasconi e Garcia.

### 3.4 - A IDEOLOGIA DA DEPENDÊNCIA

Situação de dependência e estrutura dependente conformam-se dinamicamente na constituição e reconstituição da dependência, na produção e reprodução da vida nas sociedades dependentes (mas também, na vida das sociedades dos países do centro), produzindo uma sensação de *déjà vu* permanente, fruto dessa história de circuito fechado. A inserção subordinada no sistema capitalista, tal como Ruy Mauro Marini apontou, e a orientação dos setores hegemônicos do capitalismo dependente em função das necessidades do centro – mesmo nas etapas mais recentes do padrão de reprodução do capital -, estabeleceu uma perpétua transferência de valor produzido internamente para as burguesias imperialistas. Os entraves econômicos, que essa situação de dependência impunha, colocou diante das burguesias dominantes locais o seguinte dilema: romper com o capitalismo dependente e,

---

Sobre estas realidades não pode se basear uma solidariedade, nem sequer uma cooperação estável ou positiva'. Esta afirmação oral de Gabriel Valdés, Ministro de Relações Exteriores do Chile, feita à Richard Nixon, Presidente dos Estados Unidos, na sala do Gabinete da Casa Branca, em 12 de junho de 1969, deriva sua autoridade não somente dos que estavam presentes (todos os embaixadores latino-americanos em Washington) mas também do fato que Valdés falava como porta-voz oficialmente designado de todos os ministros de Relações Exteriores latino-americanos (exceto Cuba) que se reuniram recentemente em Viña del Mar e aprovaram em forma unânime uma declaração que, a pedido deles, devia ser entregue pessoalmente por seu colega Valdés ao Presidente Nixon". André Gunder Frank. *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo – dependencia, clase y política en Latinoamérica*, 1970, p 105-6.

Como outro exemplo, seria o caso também de relembrar que Limoeiro Cardoso observa o processo de barganha que existe entre Juscelino Kubitschek e os Estados Unidos, com o propósito de acelerar o desenvolvimento econômico.

por consequência, colocar em risco sua própria posição monopólica interna e, no limite, sua existência, ou compensar a expropriação do valor produzido internamente. Como vimos, e é evidente, a escolha foi a de aceitar o papel de sócio menor dentro da roda do sistema capitalista mundial, articulando-se com as burguesias imperialistas para manter e fortalecer sua posição monopólica no âmbito interno – Florestan Fernandes (2014) já havia observado que a burguesia não iria cumprir o papel histórico clássico que as burguesias dos países centrais cumpriram, de modo que não conseguiriam realizar uma revolução dentro da ordem. Em outras palavras, foi constituída uma situação de compromisso que perpetua a dependência. Assim, para compensar a extração de excedente ocorrida no âmbito da circulação, recorreu-se a superexploração da força de trabalho no âmbito da produção mesma, sendo esta a essência da conformação da dialética da dependência. A estrutura dependente configura uma sociedade radicalmente antagônica, cindida e presa no impasse da impossibilidade de formar um mercado interno amplo e autossustentado, tal como nas sociedades capitalistas que se formaram originariamente.

Este movimento, expresso no âmbito econômico, pode e deve ser entendido na companhia das demais dimensões: política, social e ideológica. Em realidade, enquanto o estudo econômico da dependência não for acompanhado dessas múltiplas determinações, a dependência não poderá ser apreendida em toda sua complexidade. É nesse espírito que, por um lado, nos propusemos a interpretar a ideologia da dependência para melhor entender as particularidades da conformação da vida nessas sociedades e, por outro, como dimensão que incide diretamente para perpetuar tais condições.

Concordando que a ideologia, não apenas expressa as condições materiais, mas se torna fundamental para a manutenção e reprodução do capitalismo, Octavio Ianni observa que “o capitalismo é um modo de produção material e intelectual, sendo que ambas as produções inserem-se recíproca e dinamicamente no processo de reprodução das relações capitalistas”, de modo que “essa produção intelectual conforma a essência da ideologia burguesa, tanto no país dominante como no subordinado” (IANNI, 1976a, p. 13-4).

Para esclarecer o nexos entre imperialismo-dependência sob a perspectiva da ideologia (imperialismo ideológico-ideologia da dependência), devemos ter

em conta a necessidade da ideologia dominante se organizar de acordo com o modo de produção capitalista.

A interdependência e a solidariedade dos interesses econômicos, políticos, militares, ou outros das burguesias metropolitanas e dependentes, passa por esse mercado das ideias, valores, princípios e doutrinas que compõem a ideologia burguesa. Na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante em geral informa, influencia e predomina no pensamento das outras classes sociais. Em plano internacional, devido à indústria cultural do imperialismo, parece que esse fenômeno tende a repetir-se, ainda que em formas e gradações distintas do que se verifica em âmbito nacional. As distinções parecem resultar das descontinuidades e contradições que surgem em níveis sociais, políticos, linguísticos, religiosos, raciais e, obviamente econômicos, entre o país hegemônico e o dependente. Em sentido lato, a ideologia da burguesia imperialista tende a ser uma síntese dos ideais, crenças ou concepções que caracterizam a cultura do imperialismo. Reciprocamente, a ideologia da burguesia dependente tende a sintetizar os ideais, crenças ou concepções que caracterizam a cultura da dependência, entendendo-se que esta é fortemente determinada por aquela. (IANNI, 1976a, p. 14).

A burguesia dependente, a classe dominante-dominada nas palavras de Vânia Bambirra, é o elã entre o âmbito externo e o âmbito interno. Isso significa levar em conta as incidências sistêmicas e imperialistas no âmbito externo e as incidências internas oriundas das demais classes sociais, em especial, da classe antagonica, e se posicionar a partir dessas múltiplas interações tensionadas. Sobre isso, Bambirra traz um exemplo pedagógico:

[...] é preciso considerar que, se as classes dominantes nacionais aceitam essa situação em nome da preservação do sistema, o imperialismo também tem seus interesses substanciais vinculados a tal preservação. Este fato outorga às classes dominantes nacionais uma margem de manobra frente ao imperialismo e lhes permite implementar, em alguns momentos e em proveito próprio, uma série de políticas com autonomia relativa. Esta autonomia relativa consiste em que, em circunstâncias especiais, as classes dominantes dos países dependentes têm a possibilidade de tornar vigentes alguns dos seus próprios interesses que são contraditórios aos do imperialismo. Isso se dá especialmente nas situações críticas mais agudas do sistema, quando as burguesias dependentes necessitam implementar toda uma série de medidas políticas de política econômica com o objetivo de superar as crises e expandir e tornar mais efetiva sua dominação. Em geral, em tais situações o movimento popular está na ofensiva contra o sistema, acossando as classes dominantes com suas reivindicações. As burguesias dependentes procuram então apresentar toda uma série de chantagem frente ao imperialismo, buscando assim alcançar algumas concessões e vantagens e fortalecer sua capacidade de manobra. (BAMBIRA, 2012, p. 145-6).

Para a manutenção da situação da dependência, a ideologia da

dependência deve assegurar internamente e reafirmar para si, isto é, para a própria burguesia local, a condição de subordinação da sociedade. Nesse aspecto, a ideologia da dependência absorve os influxos da ideologia imperialista, modelando uma certa consciência de subordinação, tal como indicou Octavio Ianni.

Num âmbito mais profundo da subjetividade, no entanto, a reificação presente na consciência social nos países dependentes contribui para a manutenção da subordinação dessas sociedades. Leandro Konder, em *Marxismo e alienação*, intui essa condição.

O subdesenvolvimento coloca o país em uma *situação alienada*. Não propriamente por se tratar de uma situação de atraso, de miséria, mas por se tratar de uma situação na qual a permanência no atraso e na miséria lhe é imposta por forças interessadas, forças estranhas ao legítimo interesse nacional, que é o interesse do povo – e especialmente das classes trabalhadoras – do país subdesenvolvido.

O povo do país subdesenvolvido produz. Porém, forças que lhe são estranhas se apropriam da produção, do fruto do seu trabalho. *A atividade do país subdesenvolvido – tal como a atividade do operário no interior de uma fábrica capitalista – não é uma atividade em que ele se realize, é uma atividade não livre, uma atividade que se realiza em condições impostas por outrem*. Tal como o produto do trabalho do operário na fábrica do capitalista é apropriado pelo capitalista, o produto do trabalho de um povo que vive em um país subdesenvolvido sofre controle por parte do mercado capitalista internacional e é sangrado por empresas monopolistas ou oligopolistas cuja sede se encontra fora do país.

[...]

As analogias existentes entre a situação dos povos subdesenvolvidos em face do mercado internacional e a situação do operário em face do empresário capitalista ensejam o emprego do conceito de *alienação* (elaborado por Marx na análise da relação operário-capitalista) ao estudo da primeira relação mencionada (país subdesenvolvido-mercado internacional). A divisão internacional do trabalho, levada às suas últimas consequências pelo capitalismo da fase imperialista, criou, assim, condições que ampliam o campo de aplicação da teoria marxista da *alienação*: à *alienação* da classe operária, acrescenta-se agora a *alienação* do chamado *proletariado histórico*, isto é, o conjunto dos países subdesenvolvidos, explorados pelos centros imperialistas. (KONDER, 2009, p. 230- 1).

A transferência de valor, o intercâmbio desigual, consiste exatamente na apropriação da produção interna por forças estrangeiras e estranhas àquele que Konder denomina de *proletariado histórico*. Por outro lado, a cisão que ocorre entre a alta e a baixa esfera de circulação de mercadorias consolida a importação

de bens (em sua maioria suntuários), configurando um elemento de distinção das classes dominantes e as classes médias entre si e em relação às classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, revela uma situação em que a produção desses bens pelas burguesias dos países centrais, consolida tais burguesias como forças estranhas e poder hostil. Em outras palavras, contribui para a percepção da condição de subordinação.

As burguesias locais devem, no entanto, se preocupar imediatamente com as consequências dessa inserção subordinada<sup>105</sup> nas condições internas, isto é, da superexploração da força do trabalho, do subdesenvolvimento e da situação de miséria. É nesse âmbito que a dependência produz uma instabilidade social que requer não somente o uso da força, como bem demonstrou Florestan Fernandes (2014) ao se referir à autocracia burguesa, mas também a operação ideológica.

Parece incrível que semelhante tipo de opressão sistemática possa existir nos dias atuais; e, mais ainda, que ela e os terríveis mecanismos de repressão a que precisa recorrer possam ser conciliados com os ideais igualitários, de respeito à pessoa humana, aos direitos fundamentais do homem e ao estilo democrático de vida. No entanto, ela aí está – e não apenas na sociedade brasileira. Variantes da mesma forma de dominação burguesa surgiram, se mantêm e se aperfeiçoam em outras nações da América Latina, da Ásia, da África e da Europa. (FERNANDES, 2014, p 353).

A luta desesperada que a ideologia da dependência deve travar, consiste na busca pelo consentimento dessa configuração social pelas classes trabalhadoras das cidades e do campo, naturalizando as coisas como são. A superexploração do trabalho e a situação relativa de pobreza, não deve aparecer de modo algum enquanto tal, essência do capitalismo dependente, ou seja,

---

<sup>105</sup> Esse é o momento propício para fazer uma ressalva sobre as especificidades de alguns países dependentes que adquiriram o estatuto de subimperialistas. Para estes países e, em especial para o Brasil, a noção de subordinação não é suficiente, principalmente se tomarmos o período atual, do padrão de exportação e especialização produtiva (período neoliberal). Com a etapa financeirizada do capital monopolista, surge um elemento de integração que se expressa na consciência da burguesia dependente de tal modo que, em muitos setores (capital financeiro, agronegócio, construção civil, mineração) elas se veem como integradas e concorrentes e não mais como dependentes, como subordinadas à divisão internacional do trabalho, às burguesias imperialistas. Passam a se ver como concorrentes e, de fato são, ao se expandirem para os demais países dependentes. Tudo isso se reverte, é verdade, nos momentos de crise, quando estas se dão conta da sua real posição no sistema capitalista. De toda forma, procuramos trabalhar os traços mais gerais da dependência na região, ao passo que o subimperialismo é uma característica de alguns poucos países dependentes (atualmente, talvez, somente do Brasil), de modo que, em geral, as classes dominantes da América Latina têm como estrutura central na sua consciência o elemento da subordinação.

enquanto condição estrutural, mas uma situação em que somente o esforço do trabalho pode superar<sup>106</sup>. Tendo seu presente negado, é no futuro que a consciência social se apoia. Mais uma vez, o exemplo de Limoeiro Cardoso ilustra bem a mobilização que a ideologia, na etapa do padrão industrial voltado para o exterior (mas que está presente atualmente), busca exercer sobre a classe trabalhadora, isto é, a forma que a ideologia dominante se dirige aos trabalhadores:

[...] inculcando no trabalhador a fé em melhores perspectivas para o futuro e na necessidade de seu trabalho para que esse futuro se concretize. 'O processo de desenvolvimento econômico deve ser realizado sem sacrifícios exclusivos das classes trabalhadoras, mas, ao contrário, com a transformação dessas em participantes diretas dos benefícios do progresso. A margem de poupanças da coletividade dependerá, em última análise, de um progressivo acréscimo de produtividade do trabalhador, e isto se dará na medida em que o trabalho deixar de ser artigo e desalento, para se tornar uma esperança de melhores dias'. O que se indica como 'participação direta das classes trabalhadoras no progresso' é a identificação do trabalhador com o seu trabalho, é o entusiasmo e o otimismo com que ele enfrenta as tarefas que o presente lhe impõe, com a esperança de que no futuro as coisas sejam melhores. No fundo, aquela 'participação direta' quase se restringe ao aumento da produtividade do trabalho. Isto é, a questão cuja resposta está na citação acima é: como o trabalhador pode contribuir para o processo do crescimento econômico nacional? Não se trata, pois, da sua participação direta no progresso em termos dos benefícios que ele possa trazer-lhe. Seria, pois, melhor dizer da sua participação *para* o progresso. Ou seja, da sua participação no progresso, mas em termos da contribuição que possa oferecer para que ele seja atingido. (CARDOSO, 1975, p. 201, tradução nossa).

Em realidade, a "ideologia procura a adesão, assim, dos demais setores, convencendo-os de que também serão beneficiados" (1975, p. 227, tradução nossa), de sorte que, "a ideologia se dirige muito mais para a mobilização política", isto é, "ao exercício de um controle das forças de trabalho através da apresentação do desenvolvimento como uma promessa efetiva de melhora das condições de vida e inclusive da eliminação da pobreza" (1975, p. 256, tradução nossa). Sendo assim,

Para o desenvolvimentismo, a expansão do sistema é uma finalidade universalmente positiva: para os que comandam a expansão e para os que cooperam com ela, assim como para os que são por ela incorporados. Não é necessário um esforço muito grande para localizar aí um processo em que as vantagens

---

<sup>106</sup> Elementos como o empreendedorismo, a ação individual, o mérito próprio, as saídas pessoais são algumas expressões presentes no próprio seio da classe trabalhadora. Não temos espaço, contudo, para aprofundar esse debate.

de alguns são racionalizadas e por eles mesmos apresentadas como abrangendo todos, escurecendo, deste modo, a exclusão de outros, talvez muitos, e conseguindo a participação destes na produção daquelas vantagens de que eles próprios estão excluídos. Já tivemos oportunidade de ver que é exatamente esta a via de efetivação das ideologias dominantes. Com o desenvolvimentismo as coisas não se passam de forma diferente, o que já fica patente quando se verifica que a expansão que ele propicia é altamente concentrada e apresenta tendências a uma concentração ainda maior – produtiva, distributiva e política. De fato, pois, é ela uma perspectiva dos grupos sociais que fazem parte dessas áreas de concentração, os novos beneficiados e guardiães da ordem. No entanto, com a apresentação da sociedade como essencialmente harmônica, a ideologia propicia a união de todos os que a compõe em torno do projeto de alguns deles. Deste modo, torna social o projeto e lhe dá condições de que se efetive. (CARDOSO, 1975, p. 281, tradução nossa).

Como vimos no capítulo anterior, Fernando Henrique Cardoso reproduz essa ideologia, exprimindo seu otimismo ao referir-se a nova etapa da dependência, de internacionalização do mercado interno, em que haveria uma solidariedade entre os interesses de classes (a burguesia imperialista, burguesia dependente e setores da classe trabalhadora). Isso se daria, primordialmente pelo fato da reprodução do capital passar a se basear no mais-valor relativo.

Sua perspectiva sobre a etapa do padrão industrial internacionalizado desconsidera qualquer espaço teórico de superação da situação de dependência – uma *aufhebung* –, indo exatamente no sentido oposto da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento de André Gunder Frank, adotada pelos demais teóricos marxistas da dependência, inclusive por Florestan Fernandes. Seu horizonte teórico é o próprio limite do capitalismo dependente, explicando por aí sua positivação teórica com todas as contradições e mazelas, de modo que o autor tem necessariamente que obscurecer, por outro lado, a superexploração e apontar uma suposta solidariedade entre as classes<sup>107</sup>, uma

---

<sup>107</sup> Hegel observa dois tipos de movimento da contradição: a *umschlagen* e a *aufhebung*. A *umschlagen* leva ao que o autor denomina de infinito ruim; uma perpetuação do movimento da contradição enquanto passagem incessante nos opostos, sem ir além do limite posto. Já o segundo é uma superação que suspende o ritmo de tais passagens incessantes, pois produz uma nova forma de determinação; é a atualização que levaria a um infinito verdadeiro.

Neste sentido, a *umschlagen* perpetua infinitamente o limite, afirmando-o em sua impotência. O “para além” do limite é algo que nunca se alcança ou nunca se encarna; como uma essência que nunca se faz presente, ao mesmo tempo que deixa sentir sempre sua ausência, marcando a realidade com o selo do que está em contínua falta de si mesma. É a representação presa em si, que não conseguindo pensar aquilo que lhe escapa, não logra determinar o que lhe escapa, levando-a a confessar sua impotência enquanto representação. O que ocorre é que, conseqüentemente, deixa tudo o que é exterior a representação com a figura do negativo, conservando a própria representação como única forma de pensar e de determinar. Em suma, o infinito ruim é uma forma de tematizar a perpetuação de um finito, sendo, nesse sentido, necessário

“unidade de interesses para a realização da política de desenvolvimento capitalista nacional” (BAMBIRRA, 2012, p. 95). Cardoso acaba se tornando, com efeito, um representante ideológico da burguesia dependente na etapa internacionalizada do padrão industrial. Esta, por seu turno, não pode abrir mão da superexploração do trabalho ao mesmo tempo que teme que ela seja exposta. Assim, a ideologia da dependência busca naturalizar a exploração do trabalho nos níveis qualitativos inerentes ao capitalismo dependente, ao mesmo tempo que obscurece sua existência e promete a universalização das vantagens geradas pelo desenvolvimento econômico.

Aquilo que estamos aqui chamando de ideologia da dependência comporta, portanto, dois aspectos centrais em sua estrutura, a manutenção da subordinação perante o sistema capitalista e seu centro dinâmico e a necessidade de evitar, no nível da consciência social, qualquer insurreição por conta da superexploração da força do trabalho e do desenvolvimento do subdesenvolvimento<sup>108</sup>. No âmbito subjetivo, com efeito, a ideologia da dependência não pode ir em outra direção que não a reprodução do capitalismo

---

pensar o infinito verdadeiro como via de dissolução ou autodissolução desse finito. Em suma, quando o finito entra em movimento e não se dissolve, tem-se, portanto, o infinito ruim.

A *aufhebung* seria a outra forma de negação, uma superação que “estabiliza” aquela passagem incessante de um oposto no outro, pois, ao superar o que se nega chega-se a uma outra forma de determinação. A essência, para Hegel, levaria diretamente ao pensamento do infinito verdadeiro. É por isso que a dialética nunca poderia ser determinada como a perpetuação da melancolia, daquilo que vê a possibilidade que nunca se realiza, mesmo que esta aponte para a sociabilidade no capitalismo que não logrou superá-lo ou para o século XX como o portador histórico de experiências traumáticas. Cf. G. W. F. Hegel. *Ciência da Lógica (excertos)*, 2011, p. 98-9.

A reflexão de Fernando Henrique Cardoso, ao tematizar a existência da dependência e do imperialismo, ao mesmo tempo que busca conservá-los em suas contradições e com os limites postos, nos parece que acaba recaindo exatamente na *umschlagen*, terminando por fazer uma apologia da dependência.

Preso nestes “limites estruturais precisos”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apontam para a “internacionalização do mercado interno” como uma nova articulação da sociedade dependente, que daria lugar “ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado”. Neste sentido, os autores apontam para o “reforço dos vínculos especificamente políticos nas relações entre centro e periferia, como um condicionante importante das alternativas de desenvolvimento”. Ou seja, para ambos, existia a possibilidade de acumulação e desenvolvimento capitalista, sem haver, no entanto, saída para a dependência dentro do sistema capitalista, ao mesmo tempo que a saída pela ruptura era peremptoriamente descartada, o que os fazia perpetuar a posição destes países na divisão internacional do trabalho, qual seja, “na periferia do mercado mundial e integrado a ele”. Fernando Henrique Cardoso; Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, 2011, p. 150.

<sup>108</sup> “O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada”. Vânia Bambirra, *op. cit.*, p. 217.

dependente, uma história de circuito fechado no qual constantemente se engendra e se renova as formas ideológicas de acordo com as condições dadas em cada período histórico<sup>109</sup>, de acordo com os padrões da ideologia da dependência<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> Nildo Ouriques articula com rigor a reflexão sobre a força das ideias dominantes e o processo histórico em que ela se insere – ainda que não se municie da dupla articulação proposta como método para dar conta da ideologia da dependência:

“O historiador marxista inglês Eric Hobsbawn, em um livro de pretensão secular, manifestou surpresa diante do ressurgimento do liberalismo como ideologia dominante no final do século XX, uma vez que este havia sido derrotado após a segunda guerra, justamente por sua responsabilidade intelectual nos dois conflitos mundiais. [...].

Na atualidade, devemos perguntar: de onde nasce a força do pensamento dominante em economia? É impossível compreendê-la sem considerar a tentativa de retomada da hegemonia estadunidense, pois o retorno da teoria neoclássica no terreno das ideias expressa a força material dos Estados Unidos na economia mundial. Observando a situação global desde uma perspectiva latino-americana, constatamos que a partir de Ronald Reagan o continente curvou-se! A Revolução Cubana criou mecanismos suficientemente fortes para defender-se do criminoso bloqueio econômico e das eternas hostilidades, mas limitou-se heroicamente a defender as conquistas sociais da Revolução e a soberania da maior ilha do Caribe; a Revolução Sandinista foi hostilizada na raiz desde o primeiro dia da vitória militar, ainda que tenha mudada radicalmente o cenário centro-americano por algum tempo; os movimentos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala foram desmobilizados e cada qual a sua maneira assinaram acordos de paz; os movimentos sociais, com rara exceções, declinaram em todas partes, especialmente porque os mecanismos inerentes ao terrorismo de Estado jamais foram eliminados em qualquer parte; a democratização dos sistemas políticos se reduziu à esfera eleitoral sem jamais debilitar as reservas estatais controladas minunciosamente pelas classes dominantes, desde o Banco Central, ao Exército e à Polícia Militar; a soberania das nações foi severamente limitada; a economia latino-americana aprofundou sua dependência a níveis jamais imaginados; a astuta combinação entre endividamento externo e interno se transformou em eficaz mecanismo de acumulação de capital, dominando e empobrecendo milhões de pessoas que as estatísticas tiveram que dividir entre pobres e miseráveis”. Nildo Ouriques. *O colapso do figurino francês*, 2015, p. 171-2.

Poderíamos colocar em questão se o ressurgimento do liberalismo, na esteira da crise dos Estados Unidos enquanto país hegemônico, antes de expressar a força material desse país na economia mundial – o que por certo é verdadeiro – não expressaria uma crise estrutural do sistema – uma crise de superprodução, conforme aponta Robert Brenner (2003) - e de sua potência imperialista. Daí porque o ressurgimento do liberalismo viria acompanhado de uma falsidade da consciência, uma deterioração moral completa dos representantes ideológicos da burguesia imperialista e das burguesias dependentes e, portanto, nesse último caso, da ideologia da dependência. Essa é uma questão a ser pesquisada com mais rigor em outro estudo.

Cf. Robert Brenner, *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*, 2003.

<sup>110</sup> As pesquisas que enveredarem por esse caminho deverão entender quais são os padrões ideológicos de reprodução da dependência, os padrões da ideologia da dependência.

## CONCLUSÃO

[...] o valor supremo não é o futuro, mas sim o presente; o futuro é um tempo falaz que sempre nos diz 'ainda não está na hora' e assim nos nega. O futuro não é o tempo do amor: o que o homem quer de verdade, quer *agora*. Quem constrói a casa da felicidade futura edifica o cárcere do presente.  
Octavio Paz.

A ideologia, enquanto expressão e elemento transformador da vida material, consiste numa dimensão importante a ser levada em conta no estudo do capitalismo dependente. Em grande medida, a Teoria Marxista da Dependência, esforço teórico que mais longe chegou na compreensão das peculiaridades da reprodução da vida nas sociedades dependentes, se concentrou no debate econômico e em certos aspectos do debate político. Tendo em vista esse hiato, buscamos elaborar um método de estudo da ideologia dominante das burguesias dependentes, aquilo que estamos chamando por ideologia da dependência.

Tentamos pavimentar um caminho mais consistente para isso que, ao mesmo exigiu um esforço maior: uma reflexão mais detalhada sobre a questão da ideologia; um estudo com mais ênfase sobre os movimentos gerais e específicos (históricos e locais) do capitalismo dependente; e, então, identificar uma metodologia e um método de estudo que capte o movimento dessa ideologia dominante e aponte alguns veículos pelas quais esta se manifesta afim de melhor agarrá-la.

Inicialmente, num plano mais profundo, é possível indicar que a ideologia da dependência parte da própria alienação das atividades sociais nos países dependentes. A reificação é a base para a perpetuação da subordinação e do subdesenvolvimento, em suma, da dependência, conforme sugere Leandro Konder. À alienação da classe trabalhadora, conforme estudado no primeiro capítulo, se soma a alienação do conjunto dos trabalhadores dos países dependentes, explorados consistentemente pelos países imperialistas.

Os mecanismos de universalização, naturalização, velamento, inversão, mistificação são componentes da ideologia da dependência, tal como em

qualquer ideologia. No entanto, a função que a ideologia dominante nos países dependentes é chamada a cumprir, como vimos em Schwarz, Ianni, Fernandes, mas também em Limoeiro Cardoso, é uma tarefa mais complexa. Por um lado, ela expressa e atua para consolidar uma situação de subordinação na consciência da burguesia dependente que, por sua vez deve incidir sobre as demais classes sociais. O compromisso entre as classes dominantes do centro do capitalismo e as classes dominantes locais se desenrola dentro dessa condição de subordinação. No entanto, essa situação de compromisso que acomoda ambos os interesses, carrega em si um tensionamento oriundo da situação de classe dessas burguesias ao longo do processo histórico – como vimos, ela se modifica conforme o grau de dependência se estreita ou se afrouxa – que, por sua vez, redefine os limites e horizontes desses interesses na consciência das burguesias. Com efeito, esse compromisso, essa acomodação de interesses, não é de nenhuma forma estanque, mas ao contrário, é dinâmico.

Por outro lado, dentro do contexto de articulação dos interesses imperialistas com os interesses da burguesia da dependência, existe uma articulação dos diversos interesses internos. A pequena-burguesia e as classes médias, ávidas por galgar posição social, pressionam para entrar na roda do consumo suntuário reservado à classe dominante, ao passo que as classes trabalhadoras, superexploradas, tendem a alternar entre uma posição que vai na direção de revolucionamento dentro da ordem (tal como coloca Florestan Fernandes), buscando atenuar ou mesmo suprimir a superexploração de seu trabalho e, no limite, uma posição contra a ordem. Nesse sentido, a luta de classes interna, molda também os limites e possibilidades da burguesia dependente – e, nesse caso, o trabalho de Limoeiro Cardoso, mais uma vez demonstra como Kubitschek utilizou o perigo da subversão comunista para barganhar com o imperialismo.

A ideologia da dependência deve ser entendida como uma síntese constante desses conflitos, tensões e acomodações, externos e internos orientada para dentro do país dependente. Por um lado, naturaliza para si (para a própria burguesia local) e internamente a situação de dependência, isto é, a condição subordinada que o país dependente acaba cumprindo no sistema capitalista, ao mesmo tempo que universaliza essas ideias dominantes no âmbito local. É dentro dessa situação condicionante geral que se expressa a situação de

classe da burguesia dependente nos diversos momentos históricos, barganhando com as burguesias imperialistas um alargamento da situação de dependência ou aceitando um estreitamento dela. Em todo caso, existe uma internalização dos interesses das burguesias imperialistas. Por outro lado, e aqui constitui o núcleo dessa ideologia, busca mobilizar às classes médias e trabalhadoras em direção aos seus interesses – de valorização do valor dentro da situação de dependência. Nesse sentido, a ideologia opera no sentido de naturalizar as condições gerais de trabalho<sup>111</sup> e obscurecer os mecanismos de superexploração da força de trabalho. Naturalização, universalização, obscurecimento e internalização da subordinação e dos interesses imperialistas por um lado e, naturalização e velamento da superexploração do trabalho por outro, constituem as bases da ideologia da dependência.

As formas em que se expressa e incide são cambiantes, acompanhando historicamente as constituições das sociedades dependentes. Ao nosso ver, portanto, apesar da ideologia não guardar uma relação mecânica com a economia, ambas estão inseridas num processo histórico que deve ser reconstituído constantemente. Nesse sentido, a periodização das ideologias dominantes deve estar relacionada com a periodização das diferentes configurações do capitalismo dependente<sup>112</sup>.

Enfim, se nos propusemos a estudar a ideologia, não foi apenas por considerar um exercício teórico importante na conformação da Teoria Marxista da Dependência, mas também porque consideramos uma exigência política fundamental. A pesquisa do movimento das ideias dominantes nos países dependentes, nesse sentido, adquire um caráter de crítica ideológica. Em outras palavras, o estudo sobre a ideologia da dependência, busca colocar em evidência o labirinto escuro que, no capitalismo dependente chega a apoteose, dentro do qual a consciência social latino-americana reiteradamente se encontra, e onde o espírito latino-americano se mantém cativo. Sua crítica visa contribuir no processo de tomada de consciência social, especificamente da classe

---

<sup>111</sup> Como vimos com Miriam Limoeiro Cardoso, na etapa de desenvolvimento industrial aberto ao mercado externo, isso se dá reafirmando a sua necessidade para a mudança social e colocando no futuro as expectativas de superação das condições do presente.

<sup>112</sup> Ao nosso ver, realizar um resgate histórico com uma periodização que contenha a estrutura em suas determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, ainda é um desafio em aberto para a Teoria Marxista da Dependência.

trabalhadora latino-americana, constituindo-se numa etapa necessária para qualquer processo que se pretenda radical. Em suma, ainda que de forma insuficiente, este trabalho buscou dar um primeiro passo nessa direção. Certamente, todo um campo de estudo se insinua a partir dessa perspectiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: Ideologias do empresariado industrial Argentino e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.

\_\_\_\_\_. "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência". In: SERRA, José (Coord.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 364-393.

\_\_\_\_\_; SERRA, José. **As Desventuras da Dialética da Dependência**. Estudos CEBRAP, n°. 23. São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **La ideología dominante: Brasil – América Latina**. México/DF: Siglo Veintiuno, 1975.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependencia**. México D.F.: Ediciones Era, 1978.

\_\_\_\_\_. **A estrutura da dependência**. In: Revista Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 30, 2011, p. 5-18.

\_\_\_\_\_. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Boitempo, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Global, 2009.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2014.

FRANK, André Gunder. **Lumpenburguesia: lumpendesarrollo – dependencia, clase y política en Latinoamérica**. Medellín: La oveja negra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina**. México: Siglo XXI, 1978.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica (excertos)**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

HORKHEIMER, Max. “Un nuevo concepto de ideología?”. In: LENK, Kurt (Org.). **El Concepto de ideología: comentario crítico y selección sistemática de texto**, Buenos Aires: Editorial Amorrortu, 1982, p. 245-63.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976a.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da sociologia Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976b.

\_\_\_\_\_. **O labirinto latino-americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. “Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais”. In: DEL ROIO, Marcos (Org.). **Marx e a Dialética da sociedade civil**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Ediciones Era, 1982.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a dialética da estrutura e da história**. vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MORSE, Richard M. “O multiverso da identidade latino-americana, c. 1920-1970”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1981.

OSORIO, Jaime. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de reprodução do capita: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo: 2012.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2015.

PETRAS, James. “La ‘armonia de intereses’: ideologia de las naciones dominantes”. In: *Desarrollo Económico*; Vol. 6. n. 22-23. Buenos Aires: Ed. Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), 1966, p. 443-467.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUIJANO, Aníbal. “Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica”. In: Danilo Assis Clímaco (Org.). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder/* Aníbal Quijano. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.

TOLSTÓI, Liev. **Guerra e paz**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

WADDEL, D.A.G. “A política internacional e a independência da América Latina. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2008.

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VASCONI, Tomas Amadeo. **Dependencia y superestructura y otros ensayos: sobre ideologias y educacion en America Latina**. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1970.

\_\_\_\_\_; GARCIA DE ALMEIDA, Marco Aurélio (1974). “Le développement des idéologies dominantes en Amérique latine”. In: Guy Caire (Org.). *Pouvoir, mythes et idéologies*. Tiers-Monde, Paris, v.15, n.57, 1974, p. 171-188.

ZIZEK, Slavoj. “Como Marx inventou o sintoma?”. In: *Um mapa da ideologia*.

ZIZEK Slavoj (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.